



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

**«SEGURANÇA EM ÁFRICA - Intervenção da UE no
processo de democratização da RDC: A Missão Eupol-
Kinshasa»**

José Carlos Fernandes Gonçalves (M3699)

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre na especialidade
de Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)**

Orientadora: Prof. Doutora Teresa Cierco

Covilhã, Novembro de 2011

Dedicatória

Aos meus pais
José e Maria Augusta,
pelo berço que me proporcionaram,
e pelo carinho e ternura que me dispensam,
que alicerçam as sólidas bases de educação e saber estar,
que me conduzem no percurso de vida, que junto a eles começou.

A ti
Carla Alexandra,
pela compreensão, paciência,
atenção, esforço, dedicação, ajuda,
companheirismo e ligação, traduzidas em amor,
com que posso contar nos dias bons e menos bons da vida.

À filhota
Ana Carolina,
pelo sorriso contagiante,
pela rebeldia característica,
pela meiguice, ternura e entusiasmo,
pela sintonia, compreensão, afeição e carinho
que manifestas e me faz sentir orgulhoso de ser pai.

Ao lugar onde nasci, cresci e me fiz Homem,

Dedico.

Resumo

Numa vertente de contextualização própria, tratamos o caso da República Democrática do Congo (RDC), um país de enormes recursos, mas onde o conflito tem impedido o desenvolvimento. Para isso, integramos o tema nas referências teóricas relativas a Conflito, Paz e Democracia, conferindo-lhe assim, o enquadramento necessário, ao mesmo tempo que fazemos a delimitação conceptual.

Depois de caracterizarmos o país, percorremos os marcos da sua História recente, que é marcada por conflitos sangrentos, fomentadores de pobreza e de uma situação humanitária dramática. Tais ocorrências, numa linha de relacionamento histórico entre a Europa e África, levaram a União Europeia (UE), na construção e afirmação da sua Política de Segurança e Defesa, a privilegiar a parceria com o continente africano.

A UE concretizou essa ligação, participando no processo de democratização, que a RDC iniciou após a saída do poder do ditador Mobutu em 1997, através da implementação em 2005, de uma Missão Europeia de Polícia, denominada Eupol-Kinshasa, inicialmente criada para formar, aconselhar e enquadrar a acção de uma Unidade de Polícia congoleza, com vista a garantir a segurança das Instituições e das Autoridades congolezas da transição.

Palavras-chave: África, Conflito, Democracia, Desenvolvimento, Paz, Segurança, RDC e UE.

Abstract

Considering its own context, we focus on the Democratic Republic of Congo (RDC), a country with many resources where the development has been hindered by the conflict. For that, we integrate the theme's theoretical references on Conflict, Peace and Democracy, which will give the necessary framework and at the same time we do a conceptual restriction.

After we characterize the country, we go through the landmarks in its recent history, which is marked by blood conflicts, developers of poverty and a dramatic humanitarian situation. Such occurrences, in a row of historical relationship between Europe and Africa, led the European Union (EU) to construct and claim the Security and Defense Policy to focus on the partnership with Africa.

The EU made this connection by participating in the process of democratization, which the DRC began following the departure of the dictator Mobutu from power in 1997, through the implementation in 2005 of an European Union Police Mission (EUPM), named Eupol-Kinshasa, initially created to form advise and fit the action of a Congolese police unit, to ensure the safety of the Institutions and the Congolese transition Authorities.

Keywords: Africa, Conflict, Democracy, Development, DRC, EU, Peace, Security.

Agradecimento

Não ficava completo este trabalho, sem o agradecimento à minha professora, directora de curso e orientadora de dissertação, Professora Doutora Teresa Cierco, pela confiança depositada, invulgar disponibilidade, paciência inesgotável, apoio nas dificuldades sentidas, explicações minuciosas e acompanhamento ao longo de todo o trabalho, principalmente pela constante motivação para trabalhar sempre com qualidade e rigor científico.

À minha família, quero agradecer a compreensão manifestada nos momentos em que não pude ser tão presente, quanto era necessário. Saberei e deverei, poder retribuir, aquilo que estou em dívida.

Uma referência ao contributo da equipa de professores do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior (nomeadamente, ao Professor Doutor José Fuinhas e à Professora Doutora Carla Luís), pela promoção de conhecimentos nas diferentes áreas curriculares e pela introdução de pistas importantes para a elaboração da dissertação.

Finalmente agradeço ainda aos colegas de Mestrado, que apoiaram sempre que se impôs tal necessidade. Outras pessoas foram importantes na ajuda que me deram e de entre elas quero agradecer especialmente a colaboração da Sandrinha Oliveira (um grande bem-haja para ti, menina), sem esquecer o Hélder, o Paulo, a Adriana, a Lia, a Ni, a Ju, o Carlos Rodrigues, a Rosarinho e a Gaby, que me apoiaram, incentivaram e ajudaram de diferentes maneiras. Cada qual à sua medida, deram contributos que me foram importantes, para que pudesse construir esta dissertação.

Índice

	Página
Introdução	1
Parte I Fundamentação teórica	3
Capítulo I Interligação de conceitos	3
1.1 O conflito	4
1.2 A paz	6
1.3 A democracia	10
1.4 Ligação entre teoria e factos acontecidos na RDC	14
Parte II RDC: Um país dizimado pelos conflitos	16
Capítulo I RDC: país da África Negra	16
1.1 Breve referência histórico-geográfica	16
1.2 Caracterização socioeconómica	18
1.2.1 Sector agrícola	19
1.2.2 Sector mineiro	21
1.2.3 Sector florestal	24
1.2.4 Dados económico-financeiros	26
Capítulo II RDC: O conflito armado	31
2.1 As guerras do Congo	31
2.1.1 A guerra de libertação	32
2.1.2 A guerra de agressão	34
Capítulo III RDC: Obstáculos ao processo de transição	43
3.1 Corrupção	43
3.2 Tensões étnicas	45
3.3 Religião	45
3.4 Lei e Ordem: O fenómeno “Kuluna”	46
3.5 Administração pública / burocracia	46
3.6 Infra-estruturas de base: água e electricidade	47
Parte III As relações da UE com África e a implementação da “política de segurança e defesa” europeia	48
Parte IV Intervenção da UE na RDC em matéria de polícia: formação e apoio à UPI	54
Capítulo I Criação da Missão de Polícia “Eupol - Kinshasa”	56
1.1 Formação especializada	58
1.2 Acompanhamento da UPI	59
1.3 Formação complementar	62
Conclusão	64
Anexo I Índice de Desenvolvimento Humano:	66
A - Índice de Desenvolvimento Humano 2010	66

	A1 - Indicadores que contribuem para o IDH de 2010	67
	A2 - Evolução Índice de Desenvolvimento Humano (1980-2010)	68
Anexo II	Índices globais de fome:	69
	A - Cálculo dos índices globais de fome (1990-2010)	69
	B - Taxa de má nutrição severa por província na RDC	71
Anexo III	Ajuda em alimentos por ano/província na RDC	72
Anexo IV	Estado de Direito na RDC:	73
	A - Estado de Direito 2010 (Comparativo regional)	73
	A 1 - Estado de Direito 2010 (valores individualizados da RDC)	73
	A 1.1 - Responsabilidade e Liberdade de expressão 2010 (piores países do mundo)	74
	A 1.2 - Liberdades individuais 2010 (piores países do mundo)	74
	A 1.3 - Estado de Direito 2010 (piores países do mundo)	75
Anexo V	Mudança de estrutura económica na RDC	76
Anexo VI	O conflito mudou a produção agrícola e comercial na RDC:	77
	Exemplo 1 - produção de óleo de palma	77
	Exemplo 2 - produção de algodão	77
	Exemplo 3 - comércio de produtos na província de Maniema:	78
	A - comércio antes do conflito	78
	B - comércio durante o conflito	79
Anexo VII	Estado das vias de comunicação na RDC (2010):	80
	A - caminhos-de-ferro	81
	B - estradas	82
Anexo VIII	Índice de corrupção no Mundo (2010)	83
	A - Influência da corrupção na economia informal	84
	B - Efeitos da corrupção no sistema judicial	84
	C - Efeito da falta de transparência nas negociações internacionais	84
Anexo IX	Electricidade e água na RDC	85
	A - Dados sobre electricidade na RDC 2010	85
	B - Dados sobre água na RDC 2010	86
	C - Maiores obstáculos ao desenvolvimento dos negócios na RDC	87
Anexo X	Estrutura de decisão da UE na gestão crises	88
Anexo XI	A - Desenvolvimento de capacidades da UE	89
	A1-Carta de desenvolvimento de capacidades da UE / 2005	90
Anexo XII	Estrutura de Comando da UPI	96
Anexo XIII	Organigrama da EUPOL	97
Anexo XIV	Plano de Kinshasa	98
Bibliografia		99

Lista de Figuras

Figura	Assunto	Página
1	CICLO DA PAZ	9
2	MAPA ADMINISTRATIVO DA RDC	16

3	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA RDC	17
4	POSSIBILIDADES DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NA RDC	20
5	RECURSOS MINEIROS DA RDC	21
6	LOCALIZAÇÃO DAS MINAS NA RDC	22
7	EXPORTAÇÕES MADEIRA DA RDC PARA OS PAÍSES VIZINHOS	25
8	CONTROLO TERRITÓRIO PELAS PARTES LITIGANTES NA RDC	36
9	MOVIMENTOS ARMADOS NO TERRENO (RDC)	37

Lista de Tabelas

Tabela	Assunto	Página
1	EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NA RDC (1960-1998)	18
2	INDICADORES DE POBREZA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA NA RDC (1960-1998)	18

3	PRODUÇÃO MATÉRIAS-PRIMAS RDC (COM ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO ILEGAL-2005)	23
4	FLORESTA DA RDC (2005)	24
5	EVOLUÇÃO DO PIB DA RDC POR SECTOR DE ACTIVIDADE (1996-2000)	27
6	FINANÇAS PÚBLICAS DA RDC (1999-2009)	29

Lista de Gráficos

Gráfico	Assunto	Página
1	COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES OFICIAIS DA RDC (2005)	23
2	ÁREA FLORESTAL E CARVÃO NOS PAÍSES TROPICAIS	24

3	EVOLUÇÃO DO PIB NA RDC (2000-2005)	26
4	EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO NA RDC (2000-2005)	27
5	CRESCIMENTO ECONÓMICO E RENDIBILIDADE REAL POR HABITANTE NA RDC (2000-2008)	28
6	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DA RDC (2001-2009)	30
7	PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE OURO DO UGANDA (2001-2009)	38
8	DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS NA RDC (1996-2010)	42

Lista de Acrónimos

AC	Acção Comum (da UE)
ACP	África, Caraíbas e Pacífico

AE	Alta Entidade
AGI	Acordo Geral e Inclusivo
AICD	Africa Infrastructure Country Diagnostic / Diagnóstico de Infra-estruturas de Países Africanos
AI	Amnistia Internacional / Amnesty International
AN	Assembleia Nacional
ANC	African National Congress / Congresso Nacional Africano
APF	Africa Peace Facility / Facilitador da Paz em África
BGR	Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe / Instituto Federal para as Ciências da Terra e Matérias-primas
Bp	Berlin Plus
C3I	Comando, Coordenação, Controlo e Informação
CEI	Comissão Eleitoral Independente
CE	Conselho Europeu
CFK	Centro de Formação de Kasangulu
CIA-TWF	Central Intelligence Agency - The World FactBook
CIL	Conferência Internacional de Lisboa (XXV Europa - África)
CIVCOM	Comité Civil da UE
CMUE /EUMC	Comité Militar da União Europeia / European Union Military Committee
CPS / COPS	Comité Político de Segurança / Comité Politique de Sécurité
CS	Conselho de Segurança (da ONU)
DIC	Diálogo Inter-congolês
DM	Declaração do Milénio (da ONU)
EIU	Economist Intelligence Unit / Núcleo de Investigação económica do jornal "The Economist"
EM	Estados Membros (da UE)
EMUE	Estado-maior da União Europeia
ESS	European Security Strategy / Estratégia de Segurança Europeia
EU / UE	European Union / União Europeia
EUPM	Missão de Polícia da União Europeia
EUA/USA	Estados Unidos da América / United States of America
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FH	Freedom House
FHQ	Force Head Quarter / Quartel-general da Força
FCSISR	Failed and Collapsed States in the International System Report
FM	Monitorização das Florestas / Forest Monitor
FMI / IMF	Fundo Monetário Internacional / International Monetary Fund
GDP / PIB	Gross Domestic Product / Produto Interno Bruto
GHI	Global Hunger Index
HRUE	Alto Representante da União Europeia
HIV/SIDA	Human Immunodeficiency Virus / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
HRW	Human Rights Watch
ICG	International Crisis Group
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDMC	Internal Displacement Monitoring Centre / Centro de Monitorização de Deslocamentos Internos
IEEI	Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
IFC	International Finance Corporation
IFHR	International Federation for Human Rights
IFPRI	International Food Policy Research Institute
IPTF/UNMIBH	International Police Task Force And Un Civilian Office In Bosnia And Herzegovina (United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina)
IRCBI	International Rescue Committee and Burnett Institute
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
MGC	Missão de Gestão de Crises
MRAC	Museu Real da África Central / Musée Royal de l'Afrique Centrale
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NIZA	Netherlands Institute for Southern Africa
OECD	Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento / Organization

	for Economic Co - operation and Development
OHQ	Operational Head Quarter / Quartel-general de Operações
ONU / UN	Organização das Nações Unidas / United Nations
OUA	Organização de Unidade Africana
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Externa de Segurança e Defesa
PGR	Procuradoria-geral da República
PNC	Polícia Nacional Congoleza
RDC / DRC	República Democrática do Congo / Democratic Republic of the Congo
RFI	Radio France Internacional
RI	Relações Internacionais
ROE	Regras de Empenhamento Operacional / Rules of Engagement
SADC	Southern African Development Community
SI	Sistema Internacional
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TO	Teatro de Operações
TPI	Tribunal Penal Internacional
TUE	Tratado da União Europeia
UA	União Africana
UCDP	Uppsala Conflict Data Program
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UN DESA	United Nations - Department of Economic and Social Affairs
UNDP/PNUD	United Nations Development Programme /Programa Desenvolvimento das Nações Unidas
UN FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura / Food And Agriculture Organization
UN HCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados / United Nations Refugee Agency
UN HR	Direitos Humanos das Nações Unidas / United Nations Human Rights
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância / United Nations Childrens Fund
UN IRIN	Gabinete de Análise de notícias Humanitárias da ONU / UN Humanitarian News and Analysis
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional / United States Agency for International Development
WB	World Bank / Banco Mundial

Partidos, grupos e forças armadas durante o conflito armado:

AFDL	Alliance des Forces Démocratiques pour la Libération du Congo, movimento rebelde lançado contra Mobutu Sese Seko, pelo Ruanda e Uganda em Outubro de 1996 e entregue ao comando de Laurent Désiré Kabila.
ALiR	Armée de Libération du Rwanda: nome da rebelião hutu ruandesa, entre 1997 e 2000, compreendendo elementos das <i>Ex FAR et Interahamwe</i> . Depois de negociações, a ALiR dissolve-se na FDLR, em 30 de Setembro de 2000.
ANC	Armée Nationale Congolaise: braço armado do RCD Goma.
APR	Armée Patriotique Rwandaise.
ARENA	Alliance pour le Renouveau National: partido de oposição ruandesa no exílio.
CODEP	Collectif de l'Opposition Démocratique Plurielle: plataforma política congoleza (pró-governo) dirigida por Raymond Tshibanda.
DCF	Démocratie Chrétienne Fédéraliste: partido político congolês dirigido por

	Venant Tshipasa.
Ex FAR	Anciennes Forces Armées Rwandaises: que tomaram parte no genocídio em 1994.
FAC	Forces Armées Congolaises.
FAR	Forces Armées Rwandaises: antigo exército do Presidente Juvenal Habyarimana.
FARDC	Forces Armées de la République Démocratique du Congo.
FAZ	Forces Armées Zaïroises: antigo exército do Presidente Mobutu Sese Seko.
FDD	Forces de Défense pour la Démocratie: grupo de rebeldes hutu do Burundi dirigidos por Jean-Bosco Ndayikengurukiye que combatia ao lado das FAC.
FDLR	Forces Démocratiques de Libération du Rwanda: nome genérico do movimento político-militar da rebelião hutu ruandesa.
FLC	Front de Libération du Congo: movimento político que reunia diferentes facções rebeldes posicionadas sob protecção do Uganda (MLC, RCD-ML, RCD-National, RCD-Kisangani).
FNL	Forces Nationales de Libération: movimento rebelde hutu do Burundi.
FNLC	Front National de Libération du Congo.
FONUS	Forces Novatrices pour l'Union et la Solidarité: movimento político congolês dirigido por Joseph Olenghankoy.
FPR	Front Patriotique Rwandais: partido que tomou o poder no Ruanda depois do genocídio de 1994.
FRD	Forces Rwandaises de Defense: ex-APR.
FRUONAR	Front Uni de l'Opposition Non Armée: plataforma de oposição ao Governo da RDC com base no Kivu e dirigido por Rwakabuba Shinga.
FSD	Front pour la Survie de la Démocratie: Movimento político congolês pró governamental dirigido por Eugène Diomi Ndongala.
FUNA	Former Uganda National Army: antigo exército do Uganda.
INTERAHAMWE	Milícia extremista hutu que foi actor no genocídio do Ruanda em 1994 e mais tarde reconvertido em ALir.
MAI MAI	(ou Mayi Mayi) Milices Populaires de Défense Congolaises.
MILOBS	«Military observers» - Observadores militares da MONUC.
MLC	Mouvement de Libération du Congo: Movimento rebelde lançado em Agosto de 1988 sob a protecção do Uganda e dirigido por Jean-Pierre Bemba.
MNC - Lumumba	Mouvement National Congolais - Lumumba: partido Lumumbista dirigido por François Lumumba.
MONUC	Mission de l'Organisation des Nations Unies au Congo.
MPR - Fait privé	Mouvement Populaire pour la Révolution - fait privé: herdeiro do partido

	Mobutista MPR dirigido por Catherine Nzuzi wa Bombo.
MPLA	Movimento para a Libertação de Angola: partido no poder e suporte do governo de Angola.
MSDD	Mouvement Solidarité pour la Démocratie et le Développement : partido político congolês dirigido por Christophe Lutundula.
NALU	National Army for the Liberation of Uganda: guerrilha Ugandesa.
NATION du Congo	Mouvement monarchiste: partido de oposição congolês no exílio.
PALU	Parti Lumumbiste Unifié : partido político congolês dirigido por Antoine Gizenga.
PDSC	Parti Démocrate Social Chrétien: partido político congolês dirigido por André Boboliko.
PNC	Police National Congolaise.
RCD	Rassemblement Congolais pour la Démocratie: movimento rebelde lançado em Agosto de 1998 sob protecção do Ruanda para retirar LD Kabila do poder.
RCD - Goma	Rassemblement Congolais pour la Démocratie - Goma: facção do RDC com base em Goma e dirigido por Adolphe Onusumba.
RCD - Kisangani	Rassemblement Congolais pour la Démocratie - Kisangani : facção do RCD com base em Kisangani e dirigido pelo professor Wamba dia Wamba.
RCD - ML	Rassemblement Congolais pour la Démocratie - Mouvement de libération: facção do RCD, com base em Isiro e dirigido por Mbusa Nyamwisi.
ROC	Regroupement de l'Opposition Congolaise: plataforma política congoleza pró governamental dirigida por Zahidi Ngoma.
ROM	Regroupement de l'Opposition Modérée: plataforma política congoleza pró governamental dirigida por Patrice Aimé Sesanga.
UDPS	Union pour la Démocratie et le Progrès Social: partido político congolês dirigido por Etienne Tshisekedi.
UNAFEC	Union des Nationalistes Fédéralistes du Congo: plataforma política pró governamental dirigida por Honorius Kisamba-Ngoy.
UNITA	União para a Independência Total de Angola
UPDF	Uganda People's Defence Force : Exército do Uganda do Presidente Yoweri Kaguta Museveni.
UNRF II	Uganda National Rescue Front II / Front National de Libération de l'Ouganda II).
WNBF	West Nile Bank Front / Front de la Rive Ouest du Nil (Ouganda).

Introdução

Tratar o tema «*Processos de Democratização*» é desde logo aliciante porquanto nos coloca perante o mergulhar no universo da participação e da cidadania e como tal, do mais interessante que se nos afigura enquanto cidadãos e estudantes. Quando particularizamos a caminho da «*Intervenção da União Europeia (UE) no processo de democratização da República Democrática Congo (RDC)*» a motivação aumenta, pois, por um lado, o estado da arte mostra que existe bastante investigação, sobre os problemas resultantes dos conflitos na RDC, mas pouco trabalho feito no caso concreto da intervenção da UE, naquele país da África Central, embora noutro sentido, endosse obviamente, responsabilidade acrescida.

A *escolha da problemática* e orientação dada, deve-se sobretudo ao percurso profissional que tivemos, resultante da experiência internacional, em Missões de Polícia em África (RDC - Kinshasa). Esta *experiência de terreno*, permitiu o contacto com autoridades locais e internacionais, o que proporcionou uma visão global, integrada e marcadamente interventiva, em ligação directa com a elite política (com aqueles que têm o poder de decisão), nomeadamente Ministros do país e outras Altas Entidades, Comandante Geral da Polícia Nacional e Ministros e outras figuras de Estado de diferentes países da UE e dentro desta, Altos Dirigentes da Comissão e do Conselho Europeu.

O *objectivo deste estudo*, consiste em entender as razões, que por um lado, levam a que um país como a RDC (riquíssimo em recursos naturais), possa ser um dos mais pobres do mundo. E por outro lado, a partir da intervenção da UE no país (através da formação de uma Unidade de polícia e, conseqüente acompanhamento da sua intervenção operacional, implementada para atingir os fins propostos com vista garantir a segurança das elites políticas e das instituições, bem como à segurança para a realização de eleições livres), procuramos saber de que forma e em que medida, a intervenção foi ou não decisiva, para o processo de democratização da RDC.

Servindo como orientação ao desbravar do tema que tratamos, segundo a estrutura proposta, estabelecemos duas *hipóteses de partida*, atendendo aos dois focos em questão:

Pode a riqueza de um país constituir simultaneamente a sua desgraça?

Atentas as realidades distintas (europeia, face à especificidade africana), garante o modelo europeu de formação e intervenção policial, resultados positivos em África?

Quanto à *metodologia*, o método de abordagem utilizado consiste no método dedutivo, tendendo as leituras a construir conjecturas analisadas criticamente. A importância da utilização deste método reside no facto de ser possível tecer, a partir de pesquisas já desenvolvidas e de outros dados empíricos, novas considerações sobre a problemática exposta.

Relativamente à *estrutura definida*, dividimos o estudo, em quatro partes, procurando as interligações entre si, de modo a conseguir a necessária articulação:

I - Fundamentação teórica;

II - RDC: Um país dizimado pelos conflitos;

III - Evolução da política de segurança e defesa na UE / relações com África;

IV - Intervenção da UE no processo de democratização da RDC;

Conclusão

Na primeira parte, fazemos o enquadramento teórico do tema, no âmbito das Relações Internacionais (RI), através de uma revisão bibliográfica que contempla “Conflito”, “Paz” e “Democracia” (com ligação à realidade factual na RDC), promovendo simultaneamente uma delimitação conceptual própria, que serve e molda a compreensão, do que nos propomos analisar.

Na segunda parte, promovemos o conhecimento sumário do país, através da sua caracterização, numa perspectiva histórica, social, política, económica e financeira. No final desta segunda parte do nosso trabalho teremos respondido à primeira das perguntas de partida que nos colocamos.

Na terceira parte, caminhamos no conhecimento do vector “segurança e defesa comum europeia”, focados na Gestão de Crises. Sequencialmente, percorremos marcos importantes da construção europeia em termos de segurança e defesa com atenção prioritária às relações de cooperação da UE com África.

Na quarta parte, centramo-nos na intervenção da UE na RDC, de modo a perceber a forma como se concretizou essa intervenção, traduzida na acção da Missão Eupol - Kinshasa, em relação à formação, enquadramento e aconselhamento da Unidade de Polícia Integrada (UPI), que foi criada no espírito da Reforma do Sector de Segurança (RSS) da RDC, para assegurar a protecção das autoridades congolenses da transição, o funcionamento das Instituições e posteriormente, a segurança do acto eleitoral, em parceria com as restantes Unidades de polícia e Serviços de Segurança. Terminada esta parte do trabalho respondemos à segunda pergunta de partida que nos colocamos.

No final formulamos conclusões e atendendo à experiência que temos do terreno e na medida em que “a experiência é a madre de todas las cousas” como refere Duarte Pacheco Pereira, no «Esmeraldu de Sítu Orbis», levantamos algumas questões. Deixamos dessa forma o nosso contributo, na perspectiva de poderem ser merecedoras de atenção (pelas entidades políticas decisoras), de modo a que futuras iniciativas análogas, possam ser menos afectadas naquilo que a Missão Eupol-Kinshasa (embora sendo pioneira e enquanto tal, a ter de desbravar caminho), sentiu como dificuldade.

Parte I - Fundamentação teórica

Capítulo I - Interligação de conceitos

A RDC depois da Independência (1960) passou por um demorado período de governação de autoritarismo ditatorial, entre Novembro de 1965 e Maio de 1997. Após este período seguiu-se o conflito armado (1997-2002) que teve acalmia com a assinatura dos acordos de Paz de Pretória em Dezembro de 2002. Em 2003 iniciar-se-ia um período de transição, que culminaria com a realização de eleições livres em Junho de 2006. Começava assim o período democrático, com exercício pleno da soberania¹, que até então estava condicionada, pela presença de forças militares estrangeiras no território congolês.

No caminho traçado, importa que comecemos pela fundamentação teórica, relativamente a formulações sobre conceitos como conflito, paz e democracia. Este enquadramento teórico permitirá compreender e analisar o estudo de caso a que nos propomos na terceira parte desta dissertação. Fundamentar teoricamente é mergulhar nas teorias e por isso, antes de mais, importa referir (marcando um sentido posicional), que a teoria em RI² é um tanto volátil e marcadamente evolutiva (atendendo à sua imperatividade prática), na medida em que os dados em presença, se alteram significativamente, implicando procura permanente de novos modelos, que melhor se apliquem às mudanças ocorridas no cenário do sistema mundial em transição.

As mudanças são estudadas numa perspectiva relacional, existindo em RI uma ligação intrínseca entre teoria e prática, que se complementam, de modo a que as teorias se comparem “a mapas da realidade, destinados a indicar os elementos importantes na concretização histórica, ou, em termos mais próximos à sua aplicação, quais as variáveis que afectarão a vida de cada país e de que maneira” (Vigevani *et al.* 1994: 6-7).

Numa interligação entre os conceitos, iniciamos a reflexão sobre como os autores estudam e entendem o conflito, nomeadamente, na especificidade africana, já que é o nosso campo de trabalho.

¹ É um “conceito político - jurídico tradicionalmente entendido (em última instância) como afirmação do poder de mandar, estando intimamente ligado ao exercício do poder político já que pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo resultante do direito” (Bobbio *et al.*, 1998: 1179-1181).

² Conjunto de “relações e comunicações que os grupos sociais estabelecem através das fronteiras” (Brailard e Djalili, 1988: 5) e que Colard diz englobarem as relações “pacíficas ou belicosas entre Estados, o papel das organizações internacionais, a influência das forças transnacionais e o conjunto das trocas ou das actividades que cruzam as fronteiras dos Estados” (Colard, 1999: 5).

1.1 - O conflito

Se durante o período da guerra-fria as potências internacionais garantiam segurança aos seus aliados africanos (através do equipamento e manutenção de exércitos fortes, mediante a contrapartida de recursos naturais), com o fim do modelo bipolar assistiu-se à redução ou mesmo ao *términus* do apoio que anteriormente era concedido.

“In the international arena, the superpowers have adjusted to the end of the Cold War by withdrawing or reducing support to client states, thereby undercutting authoritarian regimes” (Bratton, 1994: 1).

A colonização não configurava os problemas, que com o fim da mesma se revelaram, ganhando particular ênfase no que é costume designar de «Estados falhados»³.

Os Estados, nessa acepção e condição, necessitam do apoio da comunidade internacional de forma solidária, como evidencia Ruggie quando refere que “para bem das suas próprias populações e para benefício dos nossos objectivos comuns, devemos ajudar a fortalecer as capacidades desses Estados [falhados] para se governarem e não subvertê-los ainda mais” (Ruggie: 2000: 4). Tal ajuda, permite que o Estado⁴, recupere a sua posição de controlo, enquanto titular de funções e capacidades próprias, para assim poder exercer plenamente a sua soberania, o mesmo é dizer, ser um «Estado efectivo»⁵.

No entanto os “rituais da intervenção/ajuda internacional, requerem a necessária legitimação, já que os países ajudados, são reconhecidos internacionalmente como livres e as medidas a implementar, vão limitar a sua liberdade de acção, impondo muitas vezes, custos políticos e económicos a esses governos e por inerência aos cidadãos seus constituintes” (Killick, 2002: 481).

³ Caracterizados por uma “falta de capacidade das estruturas estatais ou má governação destas” (Doornbos, 2006: 2) para “executar as funções [básicas] requeridas para passarem por Estados” (Zartman, 1995: 5), traduzidas na provisão do bem-estar e da segurança ou na aplicação da lei e ordem, que não conseguidas fomentam a perda de legitimidade política e de autoridade e são geralmente acompanhadas por uma violência interna continuada [Peace Studies Group - Universidade de Coimbra (PSG-UC) *et. al* 2003: 3]. São “Estados incapazes de providenciar aos seus cidadãos os mais básicos serviços e onde direitos e obrigações recíprocas não são uma realidade” (Ghani e Lockhart 2008: 21).

⁴ Entendido como uma “sociedade política necessária, dotada de um governo soberano, que exerce o seu poder sobre uma população, dentro de um território bem definido, onde cria, executa e aplica o seu ordenamento jurídico, visando o bem comum” (Maluf, 1995: 19).

⁵ Definido como “Estado de direito, capaz de poder garantir segurança e ordem e com capacidade para estabelecer e implementar uma estratégia efectiva, de modo a garantir o seu crescimento sócio-económico” (Green, 2008: 12).

Quando são impostos custos pode ocorrer o conflito. Este, engloba como componentes a “acção, a incompatibilidade e os actores. Ao combiná-los chegamos à definição de conflito, entendido como uma situação social na qual um mínimo de dois actores (partes) luta para adquirir, ao mesmo tempo, um conjunto de recursos escassos que estejam disponíveis” (Wallensteen, 2002: 16).

Já falamos das mudanças ocorridas a propósito do fim da guerra-fria e tal serve-nos para referir que a evolução social promoveu, também ela, uma mudança da tipologia do conflito em que a “ausência de mecanismos de responsabilização e a inexistência de autoridade e segurança permitem que a violência seja dirigida contra a população civil (que se torna objectivo militar principal dos beligerantes) e dão lugar a violações de direitos humanos e a deslocamentos populacionais em massa” (Kaldor, 2001: 2).

A adaptação à evolução é permanente, existindo situações que promovem disputas e podem conduzir à violência⁶. Esta, nomeadamente em lugares que carecem de alternativas, “em vez de ser uma ocorrência temporária, torna-se medida de sobrevivência [originando uma reorientação nos seus fundamentos] e conduz a que as guerras de libertação de orientação ideológica, sejam substituídas por guerras de recursos” (Duffield, 1994a: 44).

Tais adaptações “assentam em clivagens sociais que podem ser verticais e horizontais. As primeiras originam conflitos étnicos, de raça ou religião, enquanto as segundas têm na base o controlo dos recursos económicos” (Hyden, 2006: 192).

Quando se atinge este patamar do controlo de recursos, há “repercussões ao nível da intensificação do conflito de fronteiras e do comércio ilegal de armamento que, por sua vez, vão promover uma economia política de guerra” (Duffield, 1994b: 57).

As actividades económicas ilegais não são um processo anárquico. Fazendo parte de um sistema de economia paralela a diferentes escalas (que levam a que o conflito se prolongue), promovem simultaneamente, situações humanitárias dramáticas, destruição das organizações sociais, vagas de refugiados e diversas violações ao nível dos direitos humanos (PSG-UC *et. al*, 2003: 7-8).

Resultante dos efeitos das situações enunciadas antes, a comunidade internacional actua através de pressão, seja pela visibilidade dos horrores, seja por razões específicas de cada conflito, que levam a que aconteçam tentativas de obtenção da paz.

⁶ Provem do latim *violentia* que “remete para *vis* (emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É portanto a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o acto como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente” (Zaluar, 1999: 28) e acontece “quando os seres humanos são influenciados por força das suas realizações somáticas e mentais estarem abaixo do seu potencial de realização” (Galtung, 1969: 168).

É nesses momentos, que importa construir “uma situação social onde os partidos armados em conflito concordem (voluntariamente) em viver pacificamente com - e/ou dissolver - as suas incompatibilidades básicas, acarretando, desta forma, o fim do uso de armas uns contra os outros” (Wallensteen, 2002: 50).

Se a situação não evoluir dessa maneira, o conflito continua a perdurar (mesmo que tenha sido assinado um acordo de paz, que assim, passa a ser violado). Neste campo, a investigação mostra que no período compreendido entre 1945-1993, do total de acordos de paz firmados no mundo, metade deles, falharam nos primeiros cinco anos após a sua assinatura (Licklider, 1993: 681).

A decisão de acordar a paz é um ponto fulcral na resolução de conflitos, mas não significa contudo o fim do processo. O perdurar do consenso depende fundamentalmente das condições particulares para a sua implementação no caminhar para a «construção da paz». A essência é que, para além de conter a violência que se vai manifestando, importa sobretudo que as partes resolvam as suas incompatibilidades de modo a encontrar a melhor forma de conviver pacificamente (Wallensteen, 2002: 51).

Esta referência teórica nos seus diferentes aspectos é um retrato perfeito do que aconteceu na RDC como veremos adiante.

1.2 - A paz

Interligado com o conflito, o tema paz, está na ordem do dia da discussão académica, sendo diversas as produções apresentadas pelos autores, com as suas visões particulares de paz.

Em sentido literal, paz aponta para a ausência de guerra. Considera-se ser “um processo holístico que implica a existência de condições básicas estruturais que incluem a ausência de violência física e psicológica, a satisfação das necessidades humanas básicas e a nível institucional representativa de estruturas de partilha do poder e da promoção e protecção dos direitos humanos” (Freire e Lopes, 2010: 9). Esta definição assenta numa linha conceptual «déjà vu» em Galtung⁷ na sua «paz negativa» (ausência de guerra e de violência) e

⁷ Johan Galtung, pensador norueguês considerado o pai dos «Estudos para a Paz» concorrendo para tal, a criação do *Instituto de Pesquisas de Paz de Oslo* em 1959 e posteriormente, o *Journal of Peace Research*, que se tornaram importantes difusores dessa corrente teórica.

«paz positiva» (estrutural, com a comunidade humana integrada, pressupondo justiça social e liberdade) (Galtung, 1964: 2).

Enquanto objecto de pesquisa e investigação, tem predominado a perspectiva de controlo e redução do uso da violência não sendo a paz o objecto central de estudo. A maior parte “das teorias das RI tem-se esquivado a uma análise profunda e coerente da paz, privilegiando, o estudo das dinâmicas de poder, do conflito e da violência” (Richmond, 2008: 82).

Isto parece ser devido ao “sobredimensionar do papel da violência na História” (Pureza, 2009: 10), a que não são alheias enquanto modelo tradicional, as teorias de Clausewitz e o paradigma da violência entre Estados a que se referem Van Creveld (1991) e Mary Kaldor (2001).

De resto, o conflito e a violência estão enraizados nas práticas sociais existindo uma cultura de violência a marcar os tempos que correm. O “etnocentrismo, fundamentalismo ideológico, reducionismo estratégico e realismo político são os ingredientes principais de um senso comum de perfil conflitualista que naturaliza a cultura de violência dominante no nosso tempo” (Booth, 1998: 32).

Na sociedade, “existem dinâmicas pacíficas e violentas, que se manifestam de maneira independente na sua coexistência, através de condições estruturais. Mesmo em contexto de violência, a paz não desaparece e os indivíduos ou grupos, podem recorrer a meios pacíficos para as suas vidas diárias” (Freire e Lopes, 2010: 10).

Assentes no pensamento de Galtung, os «Estudos para a Paz», afirmam-se como “ramo autónomo dentro da «construção da paz», após o triunfo no confronto contra o idealismo de fundação” (Cravinho, 2002: 116).

Esta corrente teórica sustenta que “embora os seres humanos tivessem capacidade para causar danos, também empregam essa capacidade para cooperar e escolher um caminho não violento para resolver os seus conflitos” (Freire e Lopes, 2010: 2) emergindo assim “como guia para a elaboração de políticas de promoção da paz” (Pureza e Cravo 2009: 10).

Nesse percurso, é fundamental que seja vista numa “ideia de paz enquanto governação, em que o modelo político difundido sustente mecanismos de vigilância e estabilização” (Richmond, 2004: 140-143). É na implementação desses mecanismos que as sociedades terão de apostar, de maneira a que funcionem como garantias de uma estabilidade, que fomente o desenvolvimento.

Isto, porque o importante, é que as diferentes estratégias possam conduzir a «culturas de paz»⁸, levando a que os meios pacíficos sejam utilizados para resolver os conflitos, na construção de uma paz verdadeira e efectiva.

Como construção, a paz é “uma criação do exercício generoso do diálogo entre as pessoas que não pode ser outorgado. Um dever de direitos que nos cabe, por quem somos individual e colectivamente responsáveis, seres da sociedade, dos povos e nações da Terra” (Brandão, 1995: 48).

Mas para construir uma cultura de paz “é preciso mudar atitudes, crenças e comportamentos, até se tornar natural resolver os conflitos de modo não violento (por meio de acordos) e não de modo hostil” (Maldonado, 1997: 96).

A Organização das Nações Unidas (ONU), é uma organização vocacionada para estabelecer a união entre os povos e logo no prólogo da *Carta das Nações Unidas*, é feita a apologia à paz, quando aparece postulado: “Nós os povos das Nações Unidas, decididos a preservar as gerações futuras dos flagelos da guerra e a garantir pela aceitação de princípios e a instituição de métodos que a força armada não será usada, salvo no interesse comum, decidimos conjugar os nossos esforços para consecução desses objectivos” (ONU, 1945).

Assente numa lógica em que a paz surge como estado ideal do Sistema Internacional (SI)⁹, a tensão, a hostilidade e o conflito armado, são anomalias a combater e que devem ao máximo ser evitadas.

Mas uma coisa é a apologia e a intenção, outra bem diferente é o que vemos acontecer e, nesse campo, a realidade é manifestamente outra, sendo recorrente tomarmos conhecimento de intervenções de operações de paz “em apoio aos direitos humanos, à democracia e a uma mais intensa cobertura mediática das violações dos direitos humanos (Jakobsen, 2002: 268) tanto da ONU como da UE, em diferentes pontos do mundo.

O que está em causa, é sanar os conflitos com vista à promoção da paz. A construção teórica que vigora desde 1992, segue o modelo de Boutros-Ghali¹⁰, constante da Agenda para

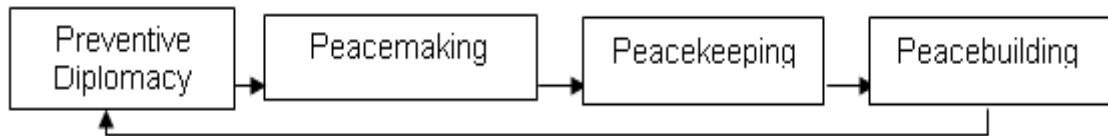
⁸ Definidas pela ONU, como “um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida” que rejeitem a violência e a impeçam, abordando as suas causas para resolver os problemas através do diálogo e da negociação (ONU, 1999a: Resolução 53/243).

⁹ Conjunto de elementos em interacção e interdependência “definidos pelas relações entre agrupamentos humanos organizados politicamente em territórios distintos e que não estão sujeitos a nenhum poder ou autoridade superior, desfrutando e exercendo uma certa independência entre eles” (Jackson e Sorensen, 2007: 31).

¹⁰ De nacionalidade egípcia, foi o sexto secretário-geral da ONU exercendo o seu mandato entre Janeiro 1992 e Dezembro 1997, sucedendo a Pérez de Cuéllar e antecedendo Kofi Annan.

a Paz - documento que promove novas estratégias e valores, conducentes à resolução de conflitos violentos e à construção de paz (ver Figura 1).

Figura 1 – Ciclo da Paz



Fonte: Adaptado de Boutros-Gali (1992) e Freire e Lopes, 2010: 11.

O «Ciclo da Paz» assenta no conceito de «Operações de Paz» da ONU, que diferencia operações de construção da paz (*peacemaking*), de manutenção da paz (*peacekeeping*) e de consolidação da paz (*peacebuilding*) na sequência de acções de diplomacia normalmente levadas a efeito por diferentes actores (*preventive diplomacy*):

- a) *Preventive diplomacy* - supõe a tomada de medidas que limitem ou evitem a possibilidade de ocorrerem litígios entre as partes [podendo ser de natureza processual associadas à arbitragem ou de assistência às partes em disputa (Hopmann, 1996: 228);
- b) *Peacemaking* - supõe a implementação de medidas de construção de paz promovendo a pacificação entre grupos hostis de modo a fazer com que cheguem a um acordo, através de meios pacíficos, tais como os previstas no Capítulo VI, da Carta das Nações Unidas;
- c) *Peacekeeping* - supõe medidas de manutenção da paz implementadas no terreno mediante comum acordo e consentimento das partes interessadas;
- d) *Peacebuilding* - supõe medidas de consolidação da paz pós-conflito, identificando e apoiando estruturas que tendem a fortalecer e solidificar a paz, a fim de evitar o reacender do conflito (ONU, 1992, S/24111).

Este modelo teve a força de “disseminar um projecto universal com uma agenda global de intervenção em nome da segurança e da estabilidade” (Barnett *et al*, 2007: 44), levando a que a paz se tornasse “um conhecimento alcançável e partilhável enquanto parte de um sistema internacional liberal defendido globalmente” (Richmond, 2007: 103) com capacidade para “promover internacionalmente e, no mais longo prazo, uma sociedade liberal” (idem: 264).

Nessa medida e consequência dessa nova forma de intervenção, este modelo, nas suas fases sucessivas, teve aplicação na RDC, concretizando-se com a intervenção da ONU numa primeira fase e, complementarmente, da UE numa segunda fase.

1.3 - A democracia

“Democracy is derived from *demokratia*, the root meanings of which are *demos* (people) and *kratos* (rule). Democracy refers to a form of government in which, in contradistinction to monarchies and aristocracies, the people rule. Democracy entails a political community in which there is some form of political equality among the people (Held, 1996: 1).

Kelson refere-se-lhe, considerando valores do direito, como significando “que a vontade representada na ordem jurídica do Estado, é idêntica à vontade dos sujeitos (indivíduos)” (Kelsen, 2003: 406).

Para este autor, os fundamentos básicos da democracia, são a liberdade combinada com a igualdade, numa síntese que assegure a participação directa ou indirecta do povo na criação e aplicação da ordem jurídica e a protecção da minoria através de uma carta de direitos fundamentais (Kelsen, 2000: 27-69). Isto leva-o a definir democracia como um “sistema legitimado por um governo no qual o povo participa directa ou indirectamente através de decisões de uma assembleia popular” (Idem: 141).

Schumpeter, afirma que o método democrático, é “um sistema institucional, para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (Schumpeter 1961: 328). Na mesma linha vai Huntington, ao definir democracia como “um sistema político, no qual os governantes são seleccionados por eleições justas, honestas e periódicas nas quais os candidatos competem livremente pelos votos e onde toda a população adulta tem direito ao voto” (Huntington 1991: 7).

O conceito de democracia é particularmente “influenciado por um outro, o de «sociedade civil»¹¹, que enquanto tal, complementa e ajuda a entender o primeiro” (Bratton, 1994: 2). Culpeper acrescenta que a sociedade civil, desempenha um papel fulcral em democracia:

¹¹ Definida na “esfera da interacção social entre a família e o Estado, que se manifesta nas normas de cooperação da comunidade (nos valores de confiança, reciprocidade, tolerância e inclusão), nas estruturas de associação voluntária (associados por identidade ou interesses na prossecução de um objectivo) e redes de comunicação pública (através dos diferentes meios de gente aquicommunicação) ” (Bratton, 1994:2). Numa outra definição, é referido ser “o conjunto das organizações sociais que desfrutam de autonomia do Estado (não fazem parte dele nem são sua criação) e com um importante papel na influência da acção/decisões dos governos” (Blair 1997: 25), havendo mesmo ênfase de que é “um antídoto ao Estado, enquanto bastião de liberdade e autonomia” (Van Rooy 2002: 492).

“Civil society plays a crucial role in bringing about and maintaining democracy. But if civil society is to play such a role, new processes of engagement will be required at the local, national and international levels. There is an urgent need for governments and inter-governmental organizations to examine and define the rules of engagement with civil society in the coming years” (Culpeper 2001: 9-10).

A participação na vida pública “torna-se a essência da democracia. Um sistema democrático, não só permite, como encoraja os cidadãos, a terem papel activo na vida pública, que, sendo organizado com vista a formular e expressar os seus interesses, valores e entidades, é mesmo uma das chaves da democracia” (Raik, 2006: 4).

A sua importância é tal, que há autores que sustentam, que a grande personagem do século findo (XX) é a democracia (Moisés, 1992), pois é através dela que se verifica a defesa das ideias de «liberdade», «igualdade» perante a lei, «direitos individuais fundamentais» e «legalidade institucional», valores que encontram as suas raízes, na filosofia clássica e no pensamento cristão (Sarlet, 2002: 41).

Na definição de democracia, cabem então, diferentes elementos que a enformam:

“freedom, the rule of law, accountability, responsiveness, equality (...) participation, competition, transparency and the effectiveness of representation (Diamond and Morlino, 2004: 21).

Os valores democráticos, encontraram um eco maior no mundo, com o fim da guerra-fria e o desmoronamento do modelo comunista, resultante da implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que provocou mudanças e promoveu janelas de oportunidade como refere Burnell: “The reforms caused by Michael Gorbachov¹² led to an opening window of opportunity” (Burnell, 1993: 6).

África, com largo período de dominação colonial, tinha despertado para caminhos de independência, que se traduziram em diferentes tipos de regime, “em função da estrutura política do Estado e dos atributos gerais da sociedade civil” (Potter, 1997: 4) e por isso não ficou alheia, a esse soprar de novos ventos que vinham do até então, continente colonizador.

¹² Nascido a 2 de Março de 1931 em Privolye, Stavropol Krai, Rússia, URSS, foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1985-1991 e presidente da União Soviética em 1990-91. Os seus esforços para democratizar o sistema político e descentralizar a economia da URSS levaram à queda do comunismo e ao colapso da União Soviética em 1991. Pela sua acção recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1990 (Encyclopedia Britannica, 2011).

Os “ventos novos que sopravam da Europa, abanaram os coqueiros em África, como referiu o Presidente Omar Bongo do Gabão” (Packham, 2004: 209).

“The changes taking place in Eastern Europe have far-reaching political implications for the Third World in general and for Africa in particular. The win: Is that swept away dictatorships and autocratic one-party systems and State structures, inefficient economic systems and unresponsive social institutions in Eastern Europe, and fuelled a democratic rejuvenation and the observance of human rights, are not unfamiliar to Africa. The winds of change in Eastern Europe are providing considerable opportunities for the African people and oppressed peoples the world over to intensify their just struggle for democracy” (Kpundeh, 1992: 1).

Emergindo os valores de democracia, vivem-se situações de «transição para a democracia»¹³, vincando-se a importância daquilo que é recebido de fora, ou seja, marcado pela dimensão internacional, que pode chegar a um país ou a uma região, de três formas distintas, desde que exista já uma comunidade democrática, como explica Whitehead (2001).

Numa minuciosa explicação, este autor refere, que as dimensões de democratização, acontecem ao nível de “*contagion*” (vide as mudanças ocorridas na Europa, que deram força aos desenvolvimentos políticos na África do Sul, potência regional, que, por sua vez, influenciaram os demais países africanos¹⁴); “*consent*” (por vezes imposto por pressões internacionais); “*intervention*” (os modelos chegados de outros lugares, onde a sua aplicação teve sucesso, promovem os movimentos e força, das oposições internas e no exílio) (Whitehead, 2001: 3-25).

Kubicek também escreve sobre o assunto, identificando quatro maneiras de influência externa na democratização: controlo, contágio, convergência e condicionalismos (Kubicek 2003: 4-8). Igualmente acontece com Diamandouros e Larrabee, ao defenderem que existem factores que afectam e enquanto tal, são determinantes, no sucesso da afirmação democrática:

¹³ Neste contexto, O’Donnell e Schmitter dizem corresponder ao “intervalo entre um sistema político e outro” (O’Donnell e Schmitter, 1986: 6), tendo “um significado específico, referido à transferência do poder não eleito a um governo eleito, permitindo a este, ser capaz de implementar decisões soberanas” (Ibeanu, 2000: 52) e que levam a defini-la como “período de acentuada incerteza e indeterminação em que se desenvolvem regras para a execução de novas políticas reunindo apoios para a sua adopção e implementação” (Diamandouros e Larrabee, 1999: 5).

¹⁴ Desenvolvimentos políticos que foram marcantes e tiveram a ver com a libertação de Nelson Mandela, com a legalização do African National Congress (ANC), a aceitação do princípio do sufrágio universal, o fim do apartheid e a realização de eleições livres na África do Sul.

“Democratization, conceptualized as a process, entails a combination of background factors and sub processes affecting and, more often than not, cumulatively determining its evolution” (Diamandouros and Larrabee, 1999: 6).

David Potter, argumenta, que este fenómeno da transição democrática é um movimento contínuo:

“From less accountable to more accountable government; from less competitive (or non-existent) elections to freer and fairer competitive elections; from severely restricted to better protected civil and political rights; from weak (or non-existent) autonomous associations in civil society to more autonomous and more numerous associations” (Potter, 1997: 6).

Defendendo o pluralismo político, em que os governos devem prestar contas aos cidadãos, com respeito pelos direitos humanos e afirmação do estado de direito (numa menção clara à ideia de «esfera pública»¹⁵ de que fala Jurgen Habermas), Potter, socorre-se de três abordagens distintas para explicar os movimentos de democratização:

- a) Teoria da modernização - salienta a importância dos requisitos económicos e sociais na modelação dos regimes políticos defendendo que o sucesso das democracias está ligado à vitalidade socioeconómica da sociedade;
- b) Teoria da transição - destaca o importante papel das elites na transformação da natureza dos regimes políticos especialmente durante os períodos de transição democrática;
- c) Teoria estruturalista - explica a propensão para alterações em função das mudanças ocorridas nas estruturas de poder durante processos de longa duração” (Potter, 1997:6-8).

Na linha da cultura política, Almond e Verba (1963) defendem que a sustentação democrática tem por base uma forte cultura cívica, a que Inglehart (1990) acrescenta a mobilização cognitiva (níveis de educação induzem a uma maior participação política), face à visão de Converse (1964) e Lipset (1963;1967), que sustentam haver associação entre democracia e modernização: “todos os vários aspectos do desenvolvimento económico (industrialização, urbanização, riqueza e educação) encontram-se tão inter-relacionados que formam um factor predominante na correlação da democracia” (Lipset, 1967: 57).

¹⁵ “A discussão pública dos assuntos de interesse geral está institucionalmente garantida, na esfera de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado” (Habermas, 1989: xi).

Neste estudo, pela sua ligação intrínseca à realidade, consideramos igualmente as teorias neo-institucionalistas de Norris (1999) ou Seligson (2002) sustentadas na confiança institucional e nos efeitos da corrupção que são traduzidas na constatação e evidência, de que maior índice de corrupção, está associado a uma menor legitimidade democrática.

Isto tudo, para chegar ao quadro de África, com países que são demasiado pobres, onde a corrupção grassa, muito fragmentados culturalmente, com o capitalismo pouco desenvolvido e onde é patente a ausência de uma cultura cívica alargada (transmitida por um complexo processo que inclui treino em muitas instituições sociais, como sejam a família, os pares, a escola, o trabalho e o próprio sistema político) (Almond e Verba, 1963: 498).

Os factores apontados traduzem especificidades e originalidades próprias, funcionando como condicionantes e criando dificuldades à afirmação da democracia de que é exemplo a RDC. Vamos concluir esta parte teórica, recuperando aspectos factuais que marcam a História da RDC, para demonstrar que, efectivamente, a teoria encontra eco, no que aconteceu neste país.

1.4 - Ligação entre teoria e factos acontecidos na RDC

O fim da guerra-fria levou os Estados Unidos da América (EUA) a retirarem o apoio militar que davam ao Zaire¹⁶, porquanto se esfumava o receio de contaminação ideológica comunista naquela zona do mundo após o desmembramento da URSS.

O país que regionalmente impunha a sua força, mediante o apoio da super-potência, acabou por se envolver num conflito armado sangrento, alimentado por pretensões de dominação geoestratégica regional e de domínio da exploração dos inúmeros recursos naturais existentes, que conduziram à catástrofe humanitária e ao impasse no desenvolvimento.

A ONU em colaboração com a então designada Organização Unidade Africana (OUA), hoje União Africana (UA), foram chamadas a ter uma acção participativa na tentativa de conseguir a paz para resolver o conflito, que estava a impedir o desenvolvimento e a democracia do país, após anos da ditadura¹⁷ do Presidente Mobutu.

¹⁶ Nome que tomou a RDC durante a governação de Mobutu (adiante explicitaremos).

¹⁷ Forma de governo que os gregos, apesar de ser diferente, associavam a tirania (Fossey, 1934: 432). Evoluiu no conceito para “exercício do poder imediato pela cabeça sem recurso aos corpos intermédios da sociedade” (Schmitt, 1968: 76), em que “a ilegalidade, violência e arbitrariedade são ameaças comuns à liberdade política, constitucionalismo e estado de direito” (Bobbio, 1989: 166), referindo-se a “poderes de um indivíduo que sem terem sido legalmente conferidos, são usurpados através da força ou engano” (Nicolet, 2004: 263). Contextualizamos exactamente com Mobutu que afirmava: “Anything I say is law. Literally law. It is a fact in this country. Everything is my business. Everything: education, economy, agriculture and transports” (Young and Turner, 1985: 387).

A RDC, começa assim um período de transição, que tinha por objectivo, a instituição de um regime constitucional democrático, como consignava o Acordo de Pretória:

“II- Des objectifs de la transition

Les objectifs principaux de la transition sont :

1. La réunification, la pacification, la reconstruction du pays, la restauration de l'intégrité territoriale et le rétablissement de l'**Etat** sur l'ensemble du territoire national ;

2. La réconciliation nationale ;

3. La formation d'une armée nationale, restructurée et intégrée ;

4. L'organisation d'élections libres et transparentes à tous les niveaux, permettant la mise en place d'un régime constitutionnel démocratique.

5. La mise en place des structures devant aboutir à un nouvel ordre politique."

(Acordo Pretória, 2002).

Fonte: Acordo de Pretória (AGI) (2002)

No seguimento, a UE, enquanto parceiro na comunidade internacional solidária, entra em cena na RDC, através da implementação de uma Missão Internacional de Polícia (Eupol Kinshasa), com o objectivo de formação e apoio a uma unidade policial, com capacidade para garantir a segurança das pessoas e instituições, com vista à realização das eleições livres, que abririam ao país, o caminho para a democracia.

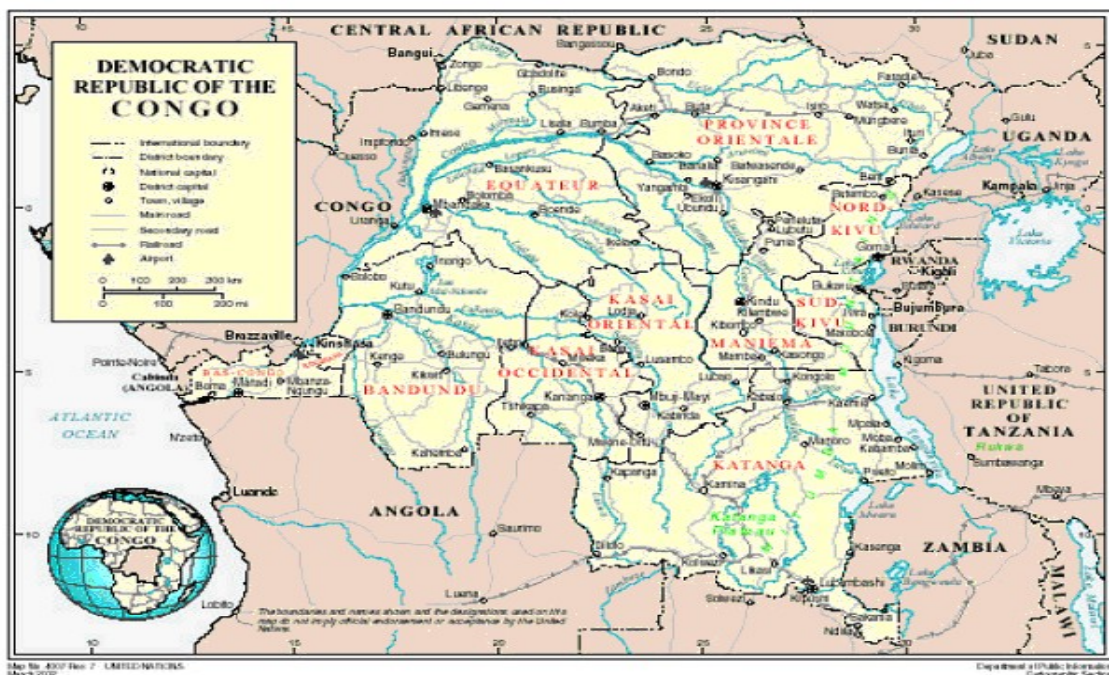
Parte II - RDC: Um país dizimado pelos conflitos

Capítulo I - RDC: país da África Negra

1.1 Breve referência histórico-geográfica

Durante a conferência de Berlim (19 de Novembro de 1884-26 de Fevereiro de 1895), o rei Leopoldo II da Bélgica, recebeu como possessão pessoal, o território denominado «Estado Livre do Congo», ocupado maioritariamente por Bantus¹⁸ (Hernandez, 2005: 62). Manteria essa posse até 1908, altura em que passou a colónia e recebeu o nome de «Congo Belga» assim continuando até 30 de Junho de 1960 quando se tornou um país independente (sob a acção de nacionalistas como Lumumba¹⁹ e Kasavubu²⁰), assumindo o nome de República Democrática do Congo (ver Figura2).

Figura 2 - Mapa Administrativo da RDC



Fonte: ONU Maps, 2002

¹⁸ Família linguístico-cultural que se estende da África Central ao Índico, constituída por inúmeros grupos étnicos (Encyclopædia Britannica, 2011).

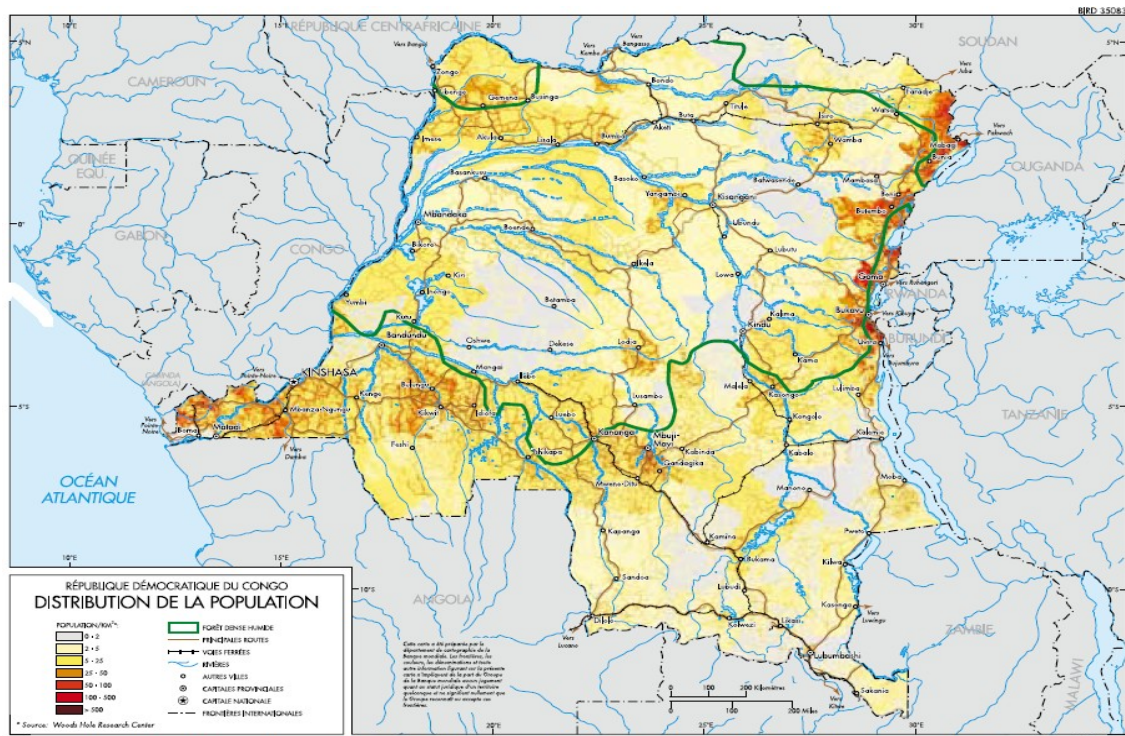
¹⁹ Nascido a 2 de Julho de 1925 em Onalua no Congo Belga, foi um líder do nacionalismo africano, sendo primeiro-ministro da RDC entre 24 de Junho e 14 de Setembro de 1960 (Encyclopædia Britannica, 2011).

²⁰ Nascido em 1910 em Tshela no Congo Belga, faleceu a 24 de Março de 1969 em Boma. Foi homem de Estado e o primeiro presidente da RDC, enquanto estado independente, entre 1 de Julho de 1960 e 24 de Novembro de 1965 (Encyclopædia Britannica, 2011).

Localizada na África Subariana,²¹ a RDC faz fronteira com Angola, Burundi, República Centro Africana, República Congo, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia, cobrindo uma área de 2.344.858 Km²; situa-se na região dos Grandes Lagos²², sendo a zona mais populosa do continente (em muito devido à existência de importantes recursos naturais e terras férteis).

Com uma população estimada para 2011, de cerca de 72 milhões de habitantes²³ (Central Intelligence Agency/The World Factbook (CIA-WF), 2011), o grosso populacional habita preponderantemente zonas rurais, dedicando-se à agricultura, caça e pesca tradicionais. Encontra-se repartida de forma desigual pelo país, cifrando-se a densidade populacional nos 22hab/km² (WB, 2010: 17) (ver Figura 3).

Figura 3 - Repartição da população na RDC



Repartition de la population en RDC. La population se répartit de façon inégale à travers le pays: principalement le long de l'axe du Bas-Congo au Kasai; le long de la frontière orientale dans les deux Kivu et l'Ituri; et dans le nord de la province de l'Equateur. Ces trois axes se trouvent en lisière du massif forestier central. Source: d'après Oak Ridge National Laboratory (2004).

Fonte: WB, 2007

Há zonas habitadas na percentagem 2p/Km² (graficado a mais claro) e outras zonas com 500 e mais pessoas p/Km² (graficado a mais escuro) (World Bank (WB), 2007: 5).

²¹ Correspondente aos países africanos abaixo do deserto do Saara, zona também conhecida, como África Negra.

²² A designação provém do elevado número de lagos existentes na região: Albert, Eduardo, Kioga, Kivu, Niassa ou Malawi, Tanganica, Turkana e Vitória.

²³ Não há censos desde 1985, mas está em curso um recenseamento geral da população (Afrique Redation, 2011).

1.2 Caracterização socioeconómica

Respondendo a uma das nossas questões “pode a riqueza de um país, constituir simultaneamente a sua desgraça?” iremos analisar agora as condições socioeconómicas da RDC. Esta análise centra-se no período dos conflitos após a independência e desenvolve-se até à data da realização de eleições livres, caracterizando a situação real do país.

Considera-se riqueza, o “poder de comprar, resultante da posse de mercadorias ou serviços, com valor de troca, sendo considerado rendimento o seu acréscimo periódico” (Chambers, 1987: 100). Quando um país, tem uma economia pujante, com as matérias-primas existentes a propiciarem desenvolvimento, a educação é um referencial, os direitos humanos são manifestos e se afirma um determinado poder, considera-se que existem condições de riqueza efectiva.

Inversamente, pobreza é entendida genericamente como uma “situação na qual as pessoas carecem daquilo de que têm necessidade para viver” (Johnson, 1997: 176). São consideradas suas determinantes: “o crescimento económico, a incidência dos choques exógenos (económicos, climáticos, conflitos, etc), tendências demográficas, indicadores de macroeconomia (inflacção, desemprego) e a produtividade” (Fall, 2005: 5).

Tabela 1 - Evolução das condições de vida na RDC (1960 - 1998)

Evolution of some living conditions indicators

Year	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Percent of people likely to die before age 40	44.8	43.9	39.8	37.2	33.3	30.1	30.6	30.5	30.4	30.3	30.2	30.1	32.4	32.2	31.7
Adult illiteracy rate	69	63	58	56	42	34	26.0	29.7	30.1	31.5	32.7	32.9	33.3	34.0	30.9
Percent of people without access to safe water	92.4	87.7	84	82.3	67	67	55.0	55.6	56.2	56.8	57.4	58.0	54.5	51.2	46.7
Percent of people without access to health services	75	75	74	74	74	72	72.0	72	73	73	73	74.0	72.0	70.0	69.0
Percent of underweight children under five	27	28.2	29	29	28	28	33.0	33	34	33	34	34.0	35.0	34.0	33.0
Percent lacking decent standard of living	64.8	63.6	62.3	61.8	56.3	55.7	53.3	53.5	54.4	54.3	54.8	55.3	53.8	51.7	49.6
Human poverty indicator (HPI-1)	61.3	58.2	55.0	53.6	45.9	43.0	40.4	41.1	41.6	41.8	42.3	42.6	42.3	41.3	39.4

Fonte: FMI, 2002

Tabela 2 - Indicadores de pobreza por área de residência na RDC (1960 - 1998)

Poverty indicators by area of residence in the DRC

Years	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998
Urban	45.4	40.7	36.5	34.7	25.2	22.3	20.6	18.5	19.1	18.9	17.9
Rural	67.7	65.0	61.9	60.4	53.0	50.0	47.7	49.2	49.0	47.9	46.0
HPI-1	61.3	58.2	55	53.6	45.9	43	40.4	42.6	42.3	41.3	39.4

Fonte: FMI, 2002

Olhando para os indicadores expressos na Tabela 1, confirmamos que a RDC apresenta condições globais de pobreza: 46,7 % de pessoas sem acesso a água potável (em 1998), depois de ter havido 92,4% (em 1960); 69% de pessoas em 1998, sem acesso a condições de saúde; 30,9 % de pessoas em 1998 analfabetas, depois de conhecer valores de 69% em 1960; indicador de 39,4% relativo à pobreza humana em 1998, quando em 1980 ainda se situava nos 45,9% e em 1960 nos 61,3. A incidência da pobreza atinge mais as zonas rurais, como verificamos nos valores constantes da Tabela 2.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁴ de 2010, coloca o país, no penúltimo lugar da lista (ONU/UNDP, 2010: 239 - Ver Anexo I, aparecendo igualmente em destaque negativo, no «Global Hunger Index» (GHI)²⁵, como o país do mundo em que as condições de fome mais se fazem sentir, com 75% da população subalimentada (IFPRI, 2010: 45 - Ver Anexo II), o que traduz uma situação de extremo alarme, que implica necessidade de ajuda (Ver Anexo III). Em relação a indicadores relativos a Estado de Direito, os índices também são muito baixos (ver Anexo IV).

Esta constatação de pobreza, acaba por parecer no entanto contra-senso, pois apesar da RDC apresentar índices de pobreza muito elevados, dispõe de recursos naturais/riquezas consideráveis.

1.2.1 - Sector agrícola

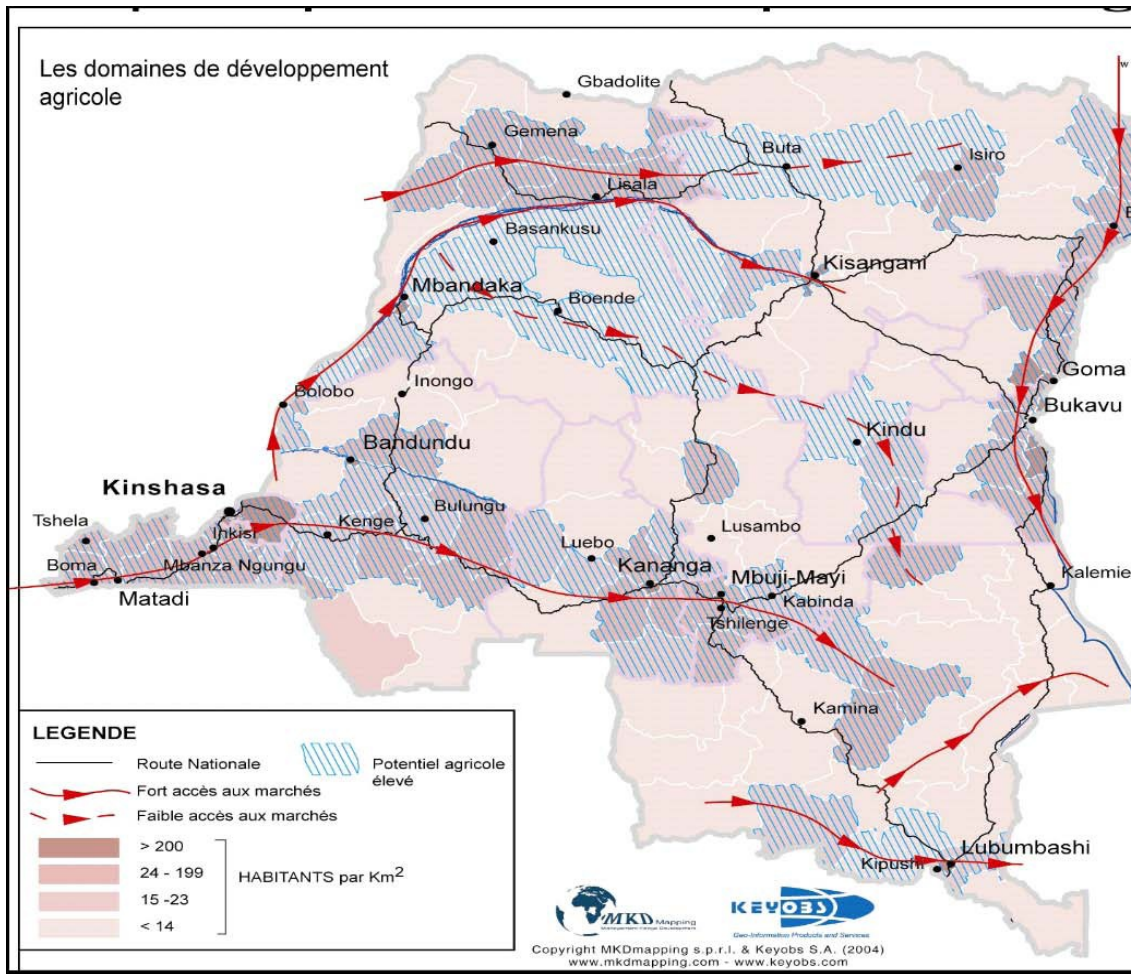
Dos “27 milhões de pessoas que constituem a população activa [da RDC], 74% das pessoas ocupam-se do sector primário e dentro deste, 59% dedicam-se à agricultura. Esta sofreu fortemente com as guerras recentes, que originaram destruição e pilhagens, impossibilidade de circular e desestruturação generalizada do sector, fazendo-o retornar ao nível de subsistência. O desenvolvimento agrícola apresenta uma multiplicidade de contrariedades: infra-estruturas destruídas ou muito degradadas que limitam o acesso aos mercados e aos serviços sociais de base; dificuldade no acesso às sementes tratadas; não domínio das técnicas de conservação, transformação e stock que levam a perdas significativas das colheitas; pequenos agricultores descapitalizados e com enormes dificuldades no acesso ao crédito” (Le Potenciel, 2009).

Apesar desta descrição, considera-se a agricultura, a “pedra angular da economia congoleza”, sendo as terras muito férteis (com produções bianuais em algumas colheitas) e consideradas “de potencialidade agrícola elevada” (ver Figura 4), (World Bank, 2010: 17).

²⁴ Tabela que é elaborada anualmente pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas / United Nations Development Programme em inglês (UNDP) em relação ao desenvolvimento de cada país.

²⁵ Tabela que é elaborada anualmente pelo International Food Policy Research Institute (IFPRI) em relação às condições de fome no Mundo.

Figura 4 - Possibilidades de desenvolvimento agrícola RDC



Fonte: WB, 2010

As terras da RDC são de potencial agrícola elevado, nomeadamente nas províncias do Equador, Maniema, faixa central da Província Oriental e a linha que passa pelas províncias de Bandundu e Kasai.

Além da produção agrícola que inclui café, óleo de palma, feijão, borracha, algodão, açúcar, chá, cacau e tabaco, as culturas alimentares incluem a mandioca, banana, milho, amendoim e arroz. A RDC possui um subsolo com enormes e múltiplas riquezas, levando mesmo a que fosse considerado por Jules Cornet²⁶ em 1892, um “scandal géologique”. É um dos países mais ricos de África em recursos naturais e tem uma floresta tropical, que constitui depois da Amazónia a segunda mais importante do Planeta.

1.2.2 - Sector mineiro

²⁶ Geólogo Belga (1865-1929) “le fondateur de la géologie du Congo” (MRAC, 1961: HA.01.009).

De facto abundam e são diversificados os recursos naturais existentes no país (ver Figura 5)

Figura 5 - Recursos mineiros na RDC



Fonte: BGR, 2007.

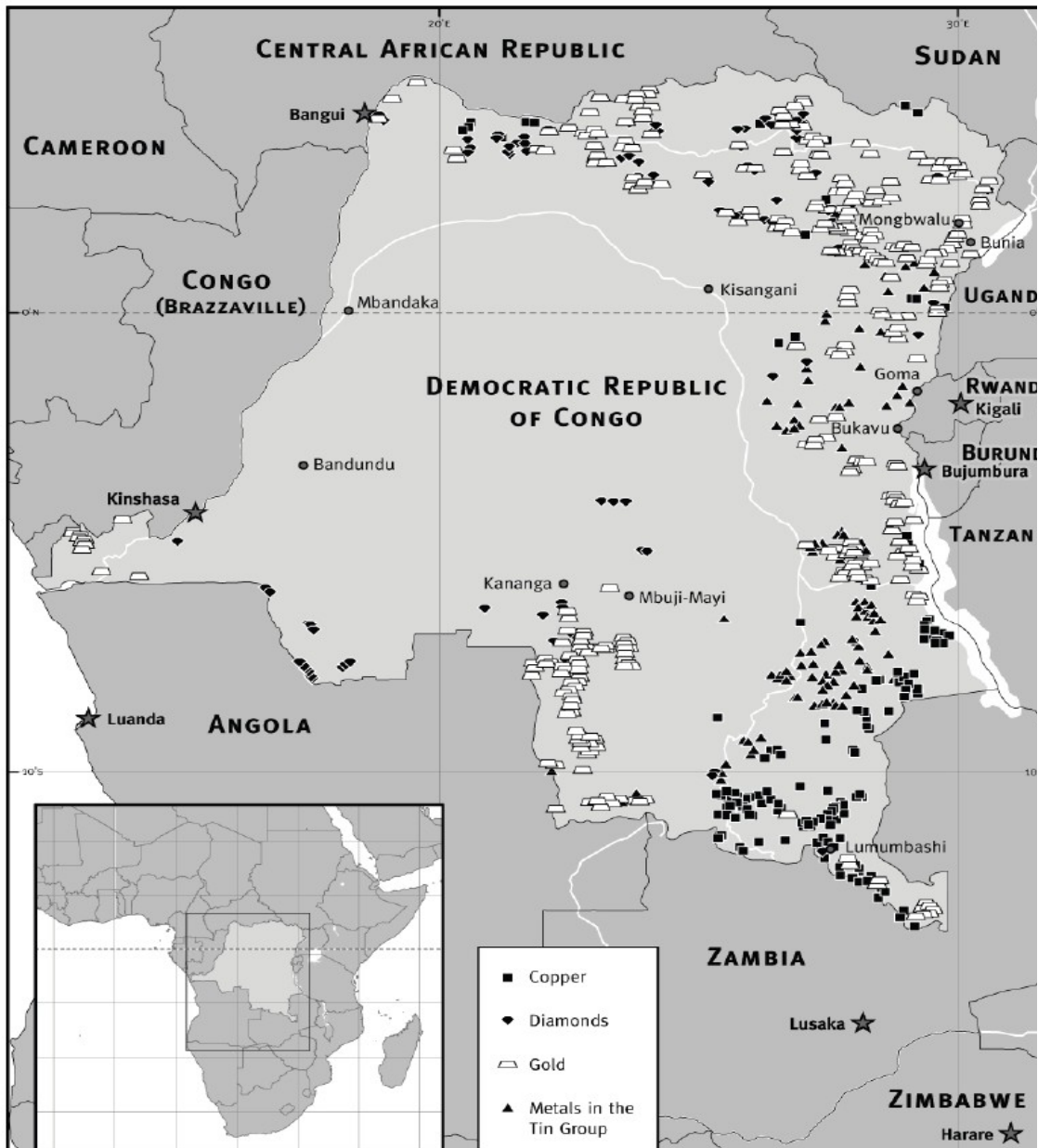
A concentração de minérios verifica-se essencialmente nas seguintes províncias:

- Katanga²⁷ - jazidas de cobalto, cobre, zinco, chumbo, prata, germânio e urânio;
- Kasai - jazidas de ouro e diamantes;
- Regiões orientais (nos Kivus e no Ituri, especialmente nas zonas fronteiriças a leste) - jazidas de diamantes, ouro, tantalite-columbite (coltran), estanho e carvão;
- Zonas litorais - jazidas de petróleo e gás natural.

²⁷ Na sequência da Independência da RDC, o Katanga, uma das províncias com maiores riquezas minerais do país, declarou a sua independência em 11 de Julho de 1960, sob a liderança de Moïse Tshombé, que levaria a manter uma guerra civil, que terminaria com a intervenção das forças da ONU, em 1963. A RDC conseguia contrariar aquela tomada de posição, reintegrando a província, mas em 1977 e 1978 repetiram-se tentativas de secessão, afirmando a latência do problema (Ziegler, 1964: 214-16).

Numa representação ainda mais concreta, relativa às localizações de minas de ouro, diamantes, estanho e cobre, verificamos as enormes potencialidades do país (ver Figura 6).

Figura 6 - Localização das minas na RDC

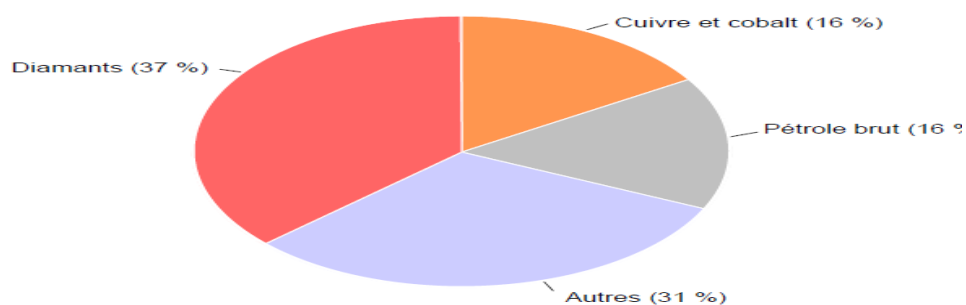


Fonte: Human Right Watch (HRW), 2005

País muito rico em minerais, com concentração de jazidas de ouro nas províncias Oriental, Kivus, Maniema e Kasai. Abundância de diamantes nos Kivus e nos Kasai. O Katanga é uma província de produção mineral diversa, nomeadamente de cobre, zinco e germânio.

No conjunto, as jazidas existentes na RDC, representam entre 50-65% das reservas mundiais de tântalo, 34% cobalto, 25% diamantes, 7% estanho, 6% de cobre e a maior reserva de África em carvão (BGR, 2007: 23).

Gráfico 1 - Composição das exportações oficiais da RDC (2005)



Fonte: BGR, 2007

O peso dos recursos naturais nas exportações da RDC é enorme (mais de 65%), como retiramos da análise às exportações da RDC, relativas ao ano de 2005.

Um dos grandes problemas do país é que existe uma economia informal (definida adiante) muito vincada, que se instalou ainda durante o tempo da colonização e que foi progredindo, mediante a fraca governação subsequente.

Tabela 3 - Produção de matérias-primas RDC (com estimativa de produção ilegal - 2005)

Matière première	Unité	1985	2000	2003	2004	2005	2006	Production illégale
Pétrole	mio. t			1,1	1,0	1,0	1,0	
Charbon	t					110 000	-	
Diamants	Mct	20	16	27	30	33	-	15 - 30
Cuivre	t (métal)	471 000	30 821	59 800	80 500	104 000	150 000	env. 50 000
Cobalt	t (métal)	10 677	7 000	7 300	8 900	11 900	14 500	env. 9 000
Or	kg	8 000	4 500	4 800	5 100	5 300		env. 6 000
Zinc	t (métal)	74 500	214	4 886	1 200	15 000	15 000	
Étain	t	2 907	1 750	2 600	6 800	7 000		500 -1 000
Tantale	t		150	26	42			env. 50
Argent	t		2	35	33	53	68	
Niobium	t		15	3	5			env. 5
Germanium	t			2,5	2,5			
Forêt	m ²	446 800			200 000			

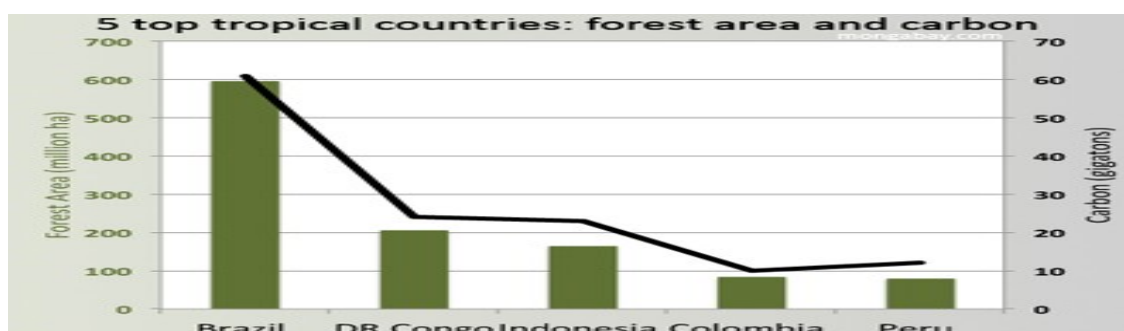
Fonte: BGR, 2007

O peso da produção ilegal, no global da produção de matérias-primas, entre 1985 e 2006 é muito elevado. Estes dados permitem perceber melhor, parte do que leva a RDC a apresentar os indicadores de pobreza referidos antes.

1.2.3 - Sector florestal

Depois dos minérios, passamos agora a analisar o sector florestal. As florestas da RDC “cobrem cerca de 145 milhões de hectares (ha) ou seja 62% do seu território, constituindo a maior floresta tropical de África e a segunda no Mundo” (WB, 2007: 1) (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Área florestal e carvão nos países tropicais



Fonte: WB, 2007

As diferentes classes de floresta²⁸ (ver Tabela 4), são favorecidas por variedades climáticas e ecológicas, que tornam possíveis diferentes formas de produção vegetal e animal. As províncias responsáveis pela maior produção florestal são o “Equador (40 milhões de ha), Oriental (37 milhões de ha) e Bandundu (12 milhões de ha)” [WB, 2007: 1; ONU/Food and Agriculture Organization (FAO), 2010], a partir de onde, as empresas exportam a madeira (utilizando o rio Congo para Oeste, ou a via terrestre, profundamente danificada, para Leste), para ser utilizada nos sectores da construção e do mobiliário (Forest Monitor (FM), 2007: 12).

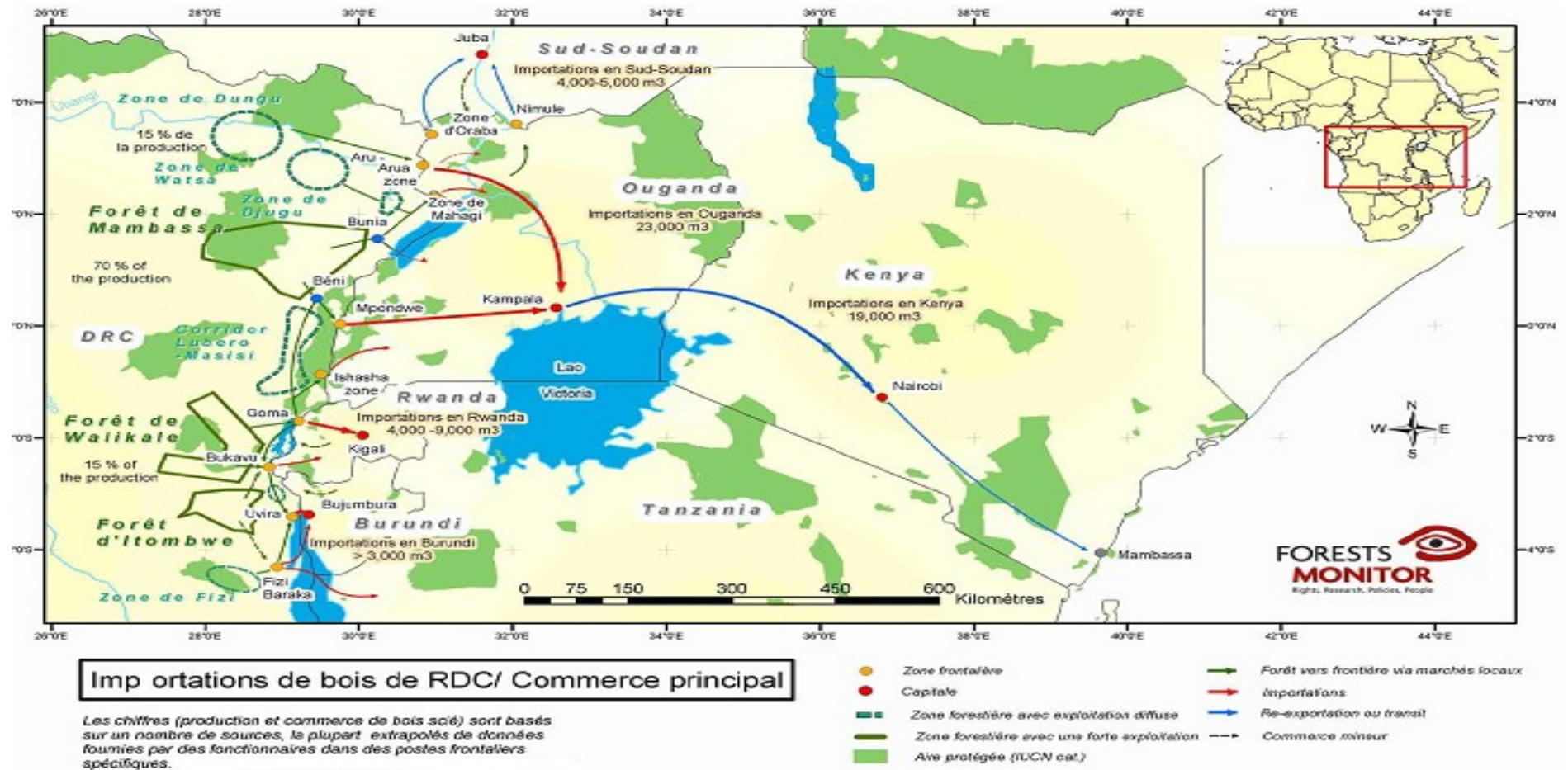
Tabela 4 - Floresta da RDC (2005)

2005	Surfaces (ha)
Classes nationales	
Forêt dense de basse altitude	83761542
Forêt submontagnarde	5995494
Forêt montagnarde	955071
Forêt marécageuse	8200098
Mangrove	0
Totale forêts denses	98912205
Mosaïque forêt culture	21144384
Mosaïque forêt savane	28592334
Forêt décidue dense (Miombo)	28023714
Autres formations végétales	50825421
Terres sous culture	825390
Autre utilisation des terres (ville, villages, sites industrielles)	4613904
Total national	232937352

Fonte: FAO, Relatório Anual – Evolução recursos florestais mundiais, RDC, 2010

²⁸ Definidas como “terras que ocupam uma superfície de mais de 0,5 ha com árvores que atingem uma altura superior a 5 metros e uma cobertura arborizada de mais de 10% do espaço ocupado. São excluídas as terras com vocação agrícola ou urbana predominante” (ONU/FAO, 2010: 5).

Figura 7 - Exportação de madeiras da RDC para países vizinhos 2005



Fonte: FM, 2007

A produção de madeira, é parte importante nas exportações da RDC. Verificamos que em 2005, o volume de importações dos países da Região dos Grandes Lagos, relativamente à madeira produzida na RDC foi considerável (Uganda: 22.000 m³; Quênia: 19.000 m³; Ruanda: 9.000 m³).

Se, relativamente à actividade mineira, o peso da exploração «ilegal/informal»²⁹ é muito elevado, também no sector florestal, em relação à produção de madeiras, acontece idêntico cenário, podendo mesmo “corresponder até ao dobro do volume da madeira produzida nos circuitos oficiais” (FM, 2007: 11).

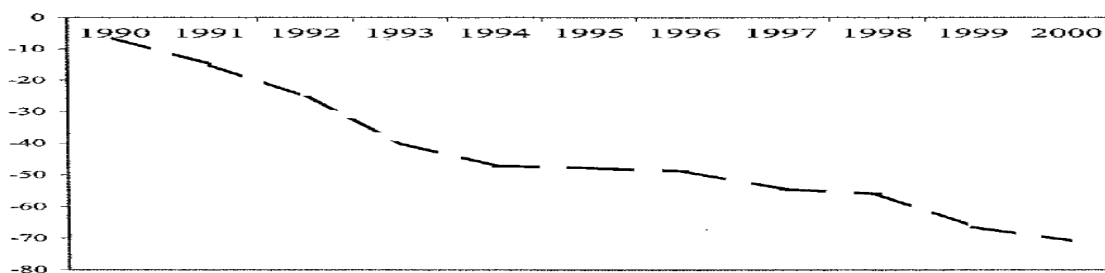
Toda esta riqueza que a RDC tem em recursos naturais “em nada contribuiu ao desenvolvimento do país. Pelo contrário, grande parte ou até mesmo a totalidade dos conflitos que existiram e se perpetuam até hoje, é financiada por estes mesmos recursos naturais, explorados ilicitamente. Essa questão é descrita por alguns autores como a maldição dos recursos naturais” (Lalji, 2007: 34). Isto ajuda a entender melhor que os “Estados que dependem da exportação de minérios, estão hoje em dia entre os mais problemáticos do Mundo” (Montague, 2002: 103).

1.2.4 - Dados económico-financeiros

Para fazermos a caracterização económica, interessa agora centrar-nos relativamente à época que estudamos, nos valores do Produto Interno Bruto (PIB), comércio externo, estado das finanças e dívida externa, do país. Constatamos variações significativas, que demonstram o peso que o conflito teve, na evolução das condições socioeconómico/financeiras da RDC.

As quebras acentuadas que verificamos nos valores relativos ao PIB real da RDC (ver Gráfico 3) são consequência “das más políticas económicas e financeiras e corrupção persistente e generalizada, mas sobretudo da instabilidade política e guerra civil, resultante dos conflitos abertos, que implicaram entre outras coisas, o descontrolo governamental das finanças e globalmente do país, que assim entrou em colapso” (FMI, 2001: 5).

Gráfico 3 - Evolução do PIB da RDC (1990-2000)



Fonte: FMI, 2001

²⁹ Apesar de à primeira vista poder não ser muito relevante a distinção entre “economia formal e informal/paralela, quando o informal se torna comum e o formal quase desapareceu” (De Boeck, 1996: 91), parece-nos importante clarificar este conceito de economia informal em África, que é entendida como “um conjunto de actividades e práticas atípicas que escapam ao quadro institucional e regulamentar oficial da economia, que não são controladas nem registadas, constituindo uma dimensão fundamental do processo de mudança sócio-cultural na África Negra” (Villers, 1992: 4-5). E é tão mais importante, quando, por si, “conduziu ao declínio do Estado, pela destruturação da economia congoleza” (Marysse, 2003: 81), (Ver Anexo V).

A ocorrência de conflitos armados na RDC, provocou mudanças radicais na produção agrícola, no comércio (ver Anexo VI) e nas vias comunicação (ONU/PNUD, 2004: 54) (ver estado das vias em Anexo VII) e paralisou a economia, como verificamos a seguir:

Tabela 5 - Evolução do PIB da RDC por sectores de actividade (1996-2000)

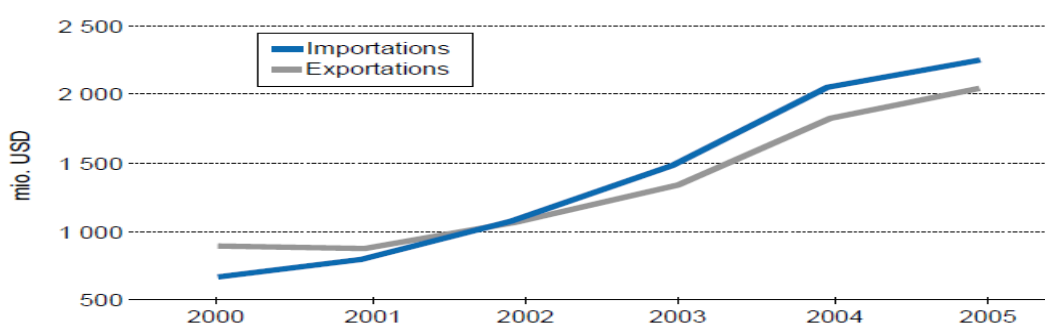
(In millions of Congo francs)

	1996	1997	1998	1999	2000 Prel.
Primary sector	1.036	0.994	0.991	0.926	0.880
Agriculture, forestry, livestock, hunting, and fishing	0.919	0.894	0.881	0.836	0.790
Mining 1/	0.117	0.100	0.110	0.090	0.090
Secondary sector	0.218	0.167	0.163	0.135	0.126
Manufacturing	0.106	0.083	0.077	0.066	...
Construction and public works	0.074	0.051	0.054	0.036	...
Electricity and water	0.038	0.033	0.032	0.033	...
Tertiary sector	0.530	0.523	0.497	0.429	0.419
Market services	0.130	0.128	0.119	0.080	0.075
Transportation and telecommunications	0.056	0.053	0.047	0.037	0.038
Trade and commerce	0.330	0.323	0.303	0.268	0.292
Public administration	0.035	0.040	0.049	0.065	0.035
Other services	-0.021	-0.021	-0.021	-0.021	-0.021
GDP at factor costs	1.784	1.684	1.651	1.491	1.425
Import duties	0.023	0.022	0.028	0.014	0.015
GDP at market prices	1.807	1.706	1.679	1.505	1.440
(annual changes in percent)	-1.0	-5.6	-1.6	-10.4	-4.3

Fonte: FMI, 2001

A diminuição da produção, nos diversos sectores de actividade levou o sector primário a passar de 1.036 milhões de francos congolezes antes dos conflitos em 1996, para 880 mil, a meio do conflito em 2000. No sector secundário deu-se uma perda de cerca de metade da produção. O sector terciário teve igualmente perdas, passando de uma produção em 1996 de 530 mil francos congolezes para 419 mil em 2000, segundo o FMI (2001).

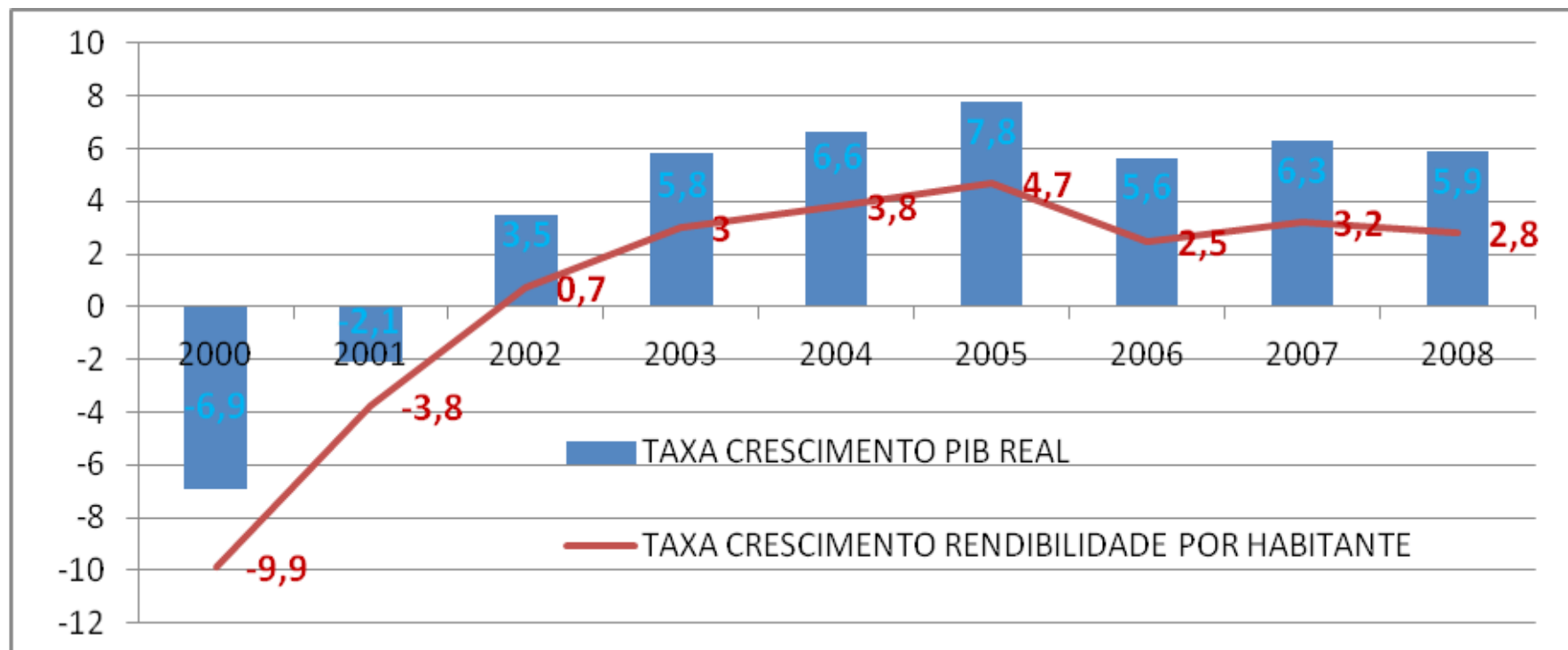
Gráfico 4 - Evolução do comércio externo da RDC (2000-2005)



Fonte: BGR, 2007

Constatada a retracção económica, durante o período dos conflitos armados, verificamos que regressa o desenvolvimento, a partir de 2002, ano em que os combates deixam de ser permanentes na grande parte do país e se concentram no Leste da RDC.

Gráfico 5 - Crescimento económico e Rendibilidade real por habitante na RDC (2000 - 2008)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do FMI 2000-2008

Neste gráfico é possível distinguir duas fases distintas: uma fase de valores negativos, durante a ocorrência de conflitos, que evolui de (-) 6.9 em 2000 (ano de combates intensos), para (-) 2.1 em 2001 (quando se verifica um atenuar dos combates no terreno). Outra fase (esta positiva) atingindo os (+) 3.5 em 2002 e os 7,8 em 2005, decaindo em 2006 (ocorrência de combates de novo em Kinshasa, por altura da realização das eleições que colocavam frente a frente, Kabila, presidente da transição, frente a Bemba, um dos vice-presidentes da transição).

Verificamos que a rendibilidade real por habitante (linha vermelha) acompanha a evolução do PIB.

Tabela 6 - Finanças Públicas da RDC (1999 - 2008)

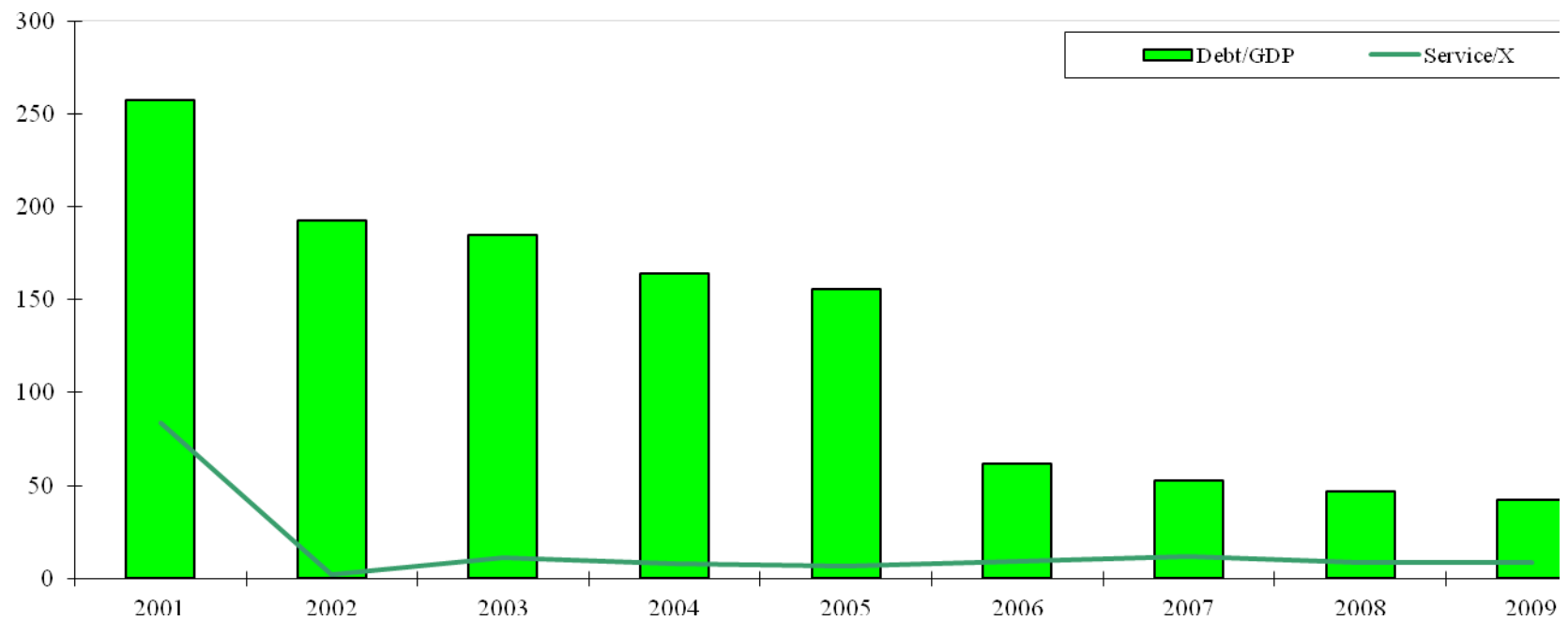
	1999	2004	2005	2006	2007(e)	2008(p)
Total revenue and grants ^a	4,5	11,5	16,8	21,4	22,9	25,5
Tax revenue	4,5	9,5	11,6	13,2	13,1	13,6
Oil revenue	0	2	5,2	8,2	9,9	11,9
Total expenditure and net lending ^a	9,5	15,6	19,9	22,1	20,8	25,9
Current expenditure	8,5	12,8	16,5	18,7	17,5	19,4
<i>Excluding interest</i>	6,3	9,2	12,8	15,3	14,7	16,8
Wages and salaries	4	3,6	4,4	5,5	5	5,4
Interest	2,2	3,6	3,7	3,5	2,7	2,6
Capital expenditure	1,1	2,8	3,4	3,4	3,3	2,1
Primary balance	-2,9	-0,5	0,6	2,8	4,9	2,2
Overall balance	-5	-4,1	-3,1	-0,7	2,2	-0,4

a. Only major items are reported.

Fonte: OECD (2008) data: estimates (e) and projections (p) based on authors' calculations: <http://dx.doi.org/10.1787/321615187433>

Nesta tabela, verificamos uma melhoria significativa das finanças públicas com evolução positiva de (-) 5 no ano de 1999, para (-) 0.7 em 2006, numa demonstração de forte aumento coincidente com o fim dos conflitos continuados na globalidade do país.

Gráfico 6 - Evolução da Dívida Externa da RDC (2001 - 2009)



Fonte: OECD 2008 <http://dx.doi.org/10.1787/318572435603>

Neste Gráfico podemos constatar uma regressão significativa da dívida pública, que acontece com o diminuir da intensidade dos conflitos.

Capítulo II - RDC: O conflito armado

Pelo demonstrado no capítulo anterior, é patente que assistimos na RDC, a uma fragilidade do tecido económico e social com a “destruição da quase totalidade das infra-estruturas de base, estando o país mergulhado num caos a que dificilmente a normalização política pode fazer face, devido à ocorrência de conflitos armados³⁰ que levaram à guerra civil, desordem interna e violência generalizada, acontecidos numa lógica de influência e com motivações externas. Como razões mais importantes dos conflitos armados na RDC, apontam-se o impacto da pobreza, baseada nas divisões étnicas, fracturas tribais, competição extremada pela posse de terra, exploração ilícita dos recursos naturais, especialmente ouro e diamantes” [International Rescue Committee and Burnet Institute, (IRCB) 2004:1]. Atendendo à importância que os mesmos tiveram, importa conhecer a génese, o desenvolvimento e as razões da duração dos conflitos armados na RDC.

2.1 - As «Guerras do Congo»

Após a Independência da RDC (ocorrida em Junho de 1960), Mobutu³¹ ocupou o poder em Novembro de 1965, através de um golpe de Estado, governando em regime ditatorial cleptocrático³² apoiado pelos Estados Unidos da América (EUA) e França que deram apoio militar e tecnológico à RDC, em troca de recursos, numa relação que permitiu ao Zaire³³, ficar incólume a guerras (Mokoli, 1997: 124-125). No entanto, na África Central que foi particularmente marcada pela colonização (o tráfico negreiro durou três séculos) ficaram marcas profundas entre captores e capturados que “alimentaram um conjunto de movimentos

³⁰ De acordo com o “Uppsala Conflict Data Program” (UCDP) um conflito armado traduz “uma incompatibilidade num território, com uso da força entre duas partes, sendo que uma delas representa o Governo de um Estado, da qual resulta a morte, de pelo menos 25 pessoas, durante um ano” (UCDP, 2010).

³¹ De baptismo Joseph Désiré Mobutu, mudaria o nome para para Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga (o guerreiro todo-poderoso que pela sua força e inabalável vontade de vencer vai de conquista em conquista, deixando um rasto de fogo na sua passagem) durante a africanização que empreendeu. Foi Presidente do país entre 24 de Novembro de 1965 e 16 de Maio de 1997) (Université Laval, 2011).

³² Cleptocracia ou “governo de ladrões”, está associada a práticas generalizadas de corrupção: “In the 1970s, 15-20 percent of the operating budget of the state went directly to Mobutu. In 1977 Mobutu's family took \$71 million from the National Bank for personal use and by the early 1980s his personal fortune was estimated at \$5 billion” (Leslie, 1987: 72). “Zaire's kleptocrat Mobutu Sese Seko had mansions in Belgium, France, Morocco, Spain, and Switzerland” (Riley, 2000, 149).

³³ Mobutu promoveu em novembro de 1973, a africanização ou “zairenização” (descolonização económico-cultural) do seu país, retirando os nomes europeus da colonização que eram usados. Fez isso nomeadamente aos nomes do rio, moeda e do país, mudando para “nzere” (termo de linguagem kikongo maioritária na época) / Zaire. A capital Leopoldville (evocação do rei belga Leopoldo II) passou a designar-se Kinshasa e as pessoas tiveram de se rebaptizar com nome africano, exemplo que ele mesmo seguiu (Université Laval, 2011). Por outro lado, esta política permitiu redistribuir os activos económicos (empresas, plantações, etc), que antes pertenciam aos estrangeiros investidores na RDC, pela elite político-comercial próxima de Mobutu (ONU/PNUD, 2004: 20).

de resistência que se estenderam pelo século XX” (Hernandez, 2005: 568). Também, nesta zona do mundo, a etnicidade e a língua são múltiplas e diferenciadoras (por força de raízes e culturas diversas). É recorrente, a luta por melhores terras e/ou, controlo de recursos (nomeadamente em zonas onde a demografia apresenta valores de saturação). Se juntarmos a estes factores, níveis de fraca governação, tudo contribui de forma decisiva para a ocorrência de conflitos. Nkurunziza, resume assim, referindo-se às causas dos conflitos em África:

“Firstly, the high dependence on natural resources; secondly, low levels of education; thirdly, the poor level of governance and weak institutions” (Nkurunziza 2008: 2).

Collier e Hoeffler, argumentam igualmente, que as causas da Guerra civil, resultam da combinação de múltiplos factores:

“Low and declining incomes, badly distributed, create a pool of impoverished and disaffected young men who can be cheaply recruited by ‘entrepreneurs of violence’. In such conditions the state is also likely to be weak and incompetent, offering little impediment to the escalation of rebel violence, and maybe even inadvertently provoking it. Natural resource wealth provides a source of finance for the rebel organisation, and encourages the local population to support political demands for secession. It is also commonly associated with poor governance” (Collier and Hoeffler, 2003: 46-47).

2.1.1 - A «guerra de libertação»

Para compreender os conflitos na RDC, temos que recuar à independência do Ruanda/Burundi, em 1962 (também uma colónia belga), já que, depois de tempos de conflitualidade étnica entre “*Hutus* [a maioria populacional excluída] e *Tutsis* [minoría dominante], os Hutus ao tomarem o poder no Ruanda, fizeram com que os Tutsis, saíssem do país e procurassem refúgio em países vizinhos (tendo escolhido como destino, o Leste do Zaire).

“The relations between Rwandans and Congolese people of the Eastern DRC Kivus had always been strained. The Banyarwanda people, who had emigrated from Rwanda and had been living there for hundreds of years but could not obtain Congolese citizenship, were antsy. The influx of Banyarwanda presented a problem for the Banyamulenge, the people who lived in the Mulenge Hills. The Banyamulenge are a distinct group amongst the many Kinyarwanda-

speaking communities [approximately half of the 3 million residents are speakers of Kinyarwanda, a language spoken in the neighbouring country of Rwanda] that have settled in Kivu over the past 200 years. As in Rwanda and Burundi, these communities are not ethnically homogenous. In North Kivu, relations between Banyarwanda of Hutu or Tutsi ancestry were often strained, but not genocidal” (ONU/UNHCR, 2008: 9).

As lutas entre Hutus e Tutsis continuaram no Ruanda e provocaram em 1994 o «genocídio», que levaria mais de 1 milhão de ruandeses, agora, maioritariamente Hutus, a refugiam-se no leste do Zaire.

“In 1994, the influx of some 1 million Hutu refugees fleeing the Rwandan genocide and accompanied by ex-Interahamwe (genocidaires)³⁴, completely changed the landscape of Eastern in Zaire, particularly in the Kivus. The refugee influx exacerbated the ethnic and territorial struggle that had existed in the region previously. Rwanda’s FPR (Rwandan Patriotic Front), led by Rwandan (Tutsi) General James Kabarebe, sent thousands of troops into the Eastern Kivus, both to catch accused genocidaires and to protect Congolese Tutsis from further Interahamwe attacks” (ONU/UNHCR, 2008: 21).

Como resultado, a região que já era sensível, ficou destabilizada, quando os Banyamulenge que eram segregados, marginalizados e mesmo mortos pelo regime de Mobutu, assumiram a revolta contra o ditador (Mpangala, 2004: 18).

A rebelião no Leste do Congo, sustentada pelos países vizinhos, conduziu a que entre Outubro de 1996 e Maio de 1997, acontecesse a «1ª Guerra Mundial de África», conflito que também ficou conhecido por guerra de libertação, da qual resultou a morte de milhares de pessoas (Kabemba, 2001; ONU/HR, 2010: 181-307).

Se em termos de reflexão se pode discutir, segundo os modelos convencionais teóricos, se foi uma revolução³⁵ ou uma guerra civil³⁶, o certo é que na prática, foi uma

³⁴ Remanescentes das milícias hutus e ex-Forças Armadas Ruandesas (FAR) responsáveis pelo genocídio de 1994 no Ruanda (ONU/IRIN, 1999c).

³⁵ Definida como a “tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efectuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico - constitucional e na esfera sociopolítica de um país” (Pasquino, 2004: 1123).

³⁶ Definido como um “conflito interno violento entre uma posição governamental e uma organização rebelde onde pelo menos 1000 pessoas são mortas em combates violentos, com pelo menos 5% das

“agressão externa, exercida pelo Ruanda, Uganda, Burundi e Angola, ao regime ditatorial de três décadas de Mobutu, depois deste ter apoiado durante anos, as guerrilhas aos países vizinhos” (Kabemba, 2001: 10-11).

A cobertura à intervenção armada na RDC, foi dada através da criação da Aliança de Forças Democráticas para a Libertação do Zaire (AFDL) - comandada por Laurent Désiré Kabila, um congolês natural do Katanga, com passado de oposição ao regime de Mobutu, a quem “o Ruanda, Uganda e Burundi, forneceram apoio em forças regulares, unidades blindadas e aéreas” (Vizentini, 2007: 210), tendo no Ruanda, “a grande força suporte, planeando e dirigindo a rebelião, além de fornecer tropas, suporte logístico, material e treino” (Dunn, 2002: 56-57).

Justificando-se perante a presença das suas forças em território estrangeiro, o presidente Kagame³⁷, em entrevista concedida à imprensa escrita, confirmaria que o Ruanda decidira eliminar o perigo que constituíam para o seu país, os campos de refugiados no Zaire, patrocinando grupos de oposição e colocando os seus homens na frente da rebelião:

“He’s [James Kabare] been requested to organize the army, training. He’s one of many able commanders we’ve had around” (Washington Post, 09 de Julho de 1997).

Em cenário de guerra, Kabila ainda tentou uma solução pacífica para o conflito sob mediação de Nelson Mandela. No entanto, como não resultou, pede a Mobutu para deixar o poder e ameaçou que caso não o fizesse, avançaria sobre Kinshasa. Perante as ameaças, Mobutu não cedeu de imediato, mas confrontado com a situação desfavorável em que se encontrava, retira-se inicialmente para o palácio que tinha na sua cidade natal (Gbadolite na província do Equador) para de seguida, acabar por abandonar o Zaire, com a família.

2.1.2 - A «guerra de agressão»

Kabila³⁸ autoproclama-se presidente, “prometendo um governo de salvação e eleições gerais” (Nzongola-Ntalaja, 2004: 14), mas no poder, procurou de imediato (27 de Julho), distanciar-se dos “vizinhos ruandeses e ugandeses [até então seus «protectores e auxiliares»], a quem acusou de pilharem os recursos naturais do leste do país e de intentarem contra a

ocorrências acontecem em cada um dos lados em litígio” (Nkurunziza, 2008: 1).

³⁷ Desde 22 de Abril de 2000 é Presidente do Ruanda.

³⁸ Laurent Kabila tornou-se Presidente da RDC, em 17 de Maio de 1997, mantendo o seu mandato até 16 de Janeiro de 2001, altura em que foi assassinado “aparentemente pelas ordens de alguns dos membros da sua elite política” (EIU, 2007: 7).

integridade territorial da RDC. Com a exigência que fez a esses países, para retirarem as suas forças do Congo, provocaria em Agosto de 1998, um conflito que ficou conhecido como a primeira guerra mundial de África” [Nederlands Institute for Southern África (NIZA), 2006: 15], guerra de agressão ou pan-african war (ONU/PNUD, 2006: 6; EIU, 2007: 16).

As posições ficam extremadas com a ameaça do Ruanda em tomar a capital e substituir Kabila. Contudo a entrada de países vizinhos no conflito (Angola, Zimbabwe e Namíbia)³⁹, em defesa de Kinshasa, impediu que tal acontecesse.

O conflito foi-se desenvolvendo, sempre com o Ruanda e o Uganda a refutarem as acusações de ingerência na RDC. No entanto, desde 1994 que era manifesto que Kinshasa, ia perdendo o controlo de parte do seu território (ONU/PNUD, 2004: 34) para o Ruanda “país que soube implantar solidamente as estruturas e os seus homens, ao ponto de controlar as cidades congolosas de Goma, Bukavu e Uvira e outros lugares estratégicos” (Mararo e Marisse 2004: 264) e também para o Uganda, que controlava parte da província Oriental (Ituri), “com o pretexto de evitar que os grupos rebeldes ugandeses Allied Democratic Forces (ADF), Lord’s Resistance Army (LRA) e West Bank Nile Front (WBNF) utilizassem o Zaire como base de operações” (Dunn, 2002: 56).

Ou seja, invocando questões de segurança das fronteiras, os países vizinhos, mantinham firme a intenção de controlarem a zona, usufruindo das riquezas congolosas (Mararo e Marisse, 2004: 265).

“The war in the DRC has become mainly about access, control and trade of key mineral resources (...) Because of its lucrative nature [the war] has created a win-win situation for all belligerents. (...) Business has superseded security concerns. The only loser in this huge business venture is the Congolese people” [ONU, 2001b: 41-42 (213/218)].

Esta posição corporiza bem a ideia de «smart power» a que se refere Joseph Nye, quando afirma “Smart power is neither hard nor soft power. It is both” (Nye, 2004: xiii), pois de facto, esta forma de fazer política correspondeu por um lado, a conceder facilidades (apoio inicialmente dado), para na sequência impôr a força (ameaças de represálias e continuidade no território para explorar as riquezas), de modo a conseguir os maiores proveitos, que a fraqueza do Estado da RDC ia permitindo.

³⁹ A entrada destes países no conflito em defesa da RDC, legitimava-se pelo princípio de ajuda / defesa de um parceiro da Southern African Development Community (SADC). A SADC é uma organização com sede em Gaborone no Botswana e engloba Angola, Botswana, DRC, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, SouthAfrica, Swaziland, Tanzania, Zambia and Zimbabwe, sendo promotora da integração económica e política na zona em questão) (EIU, 2007: 42).

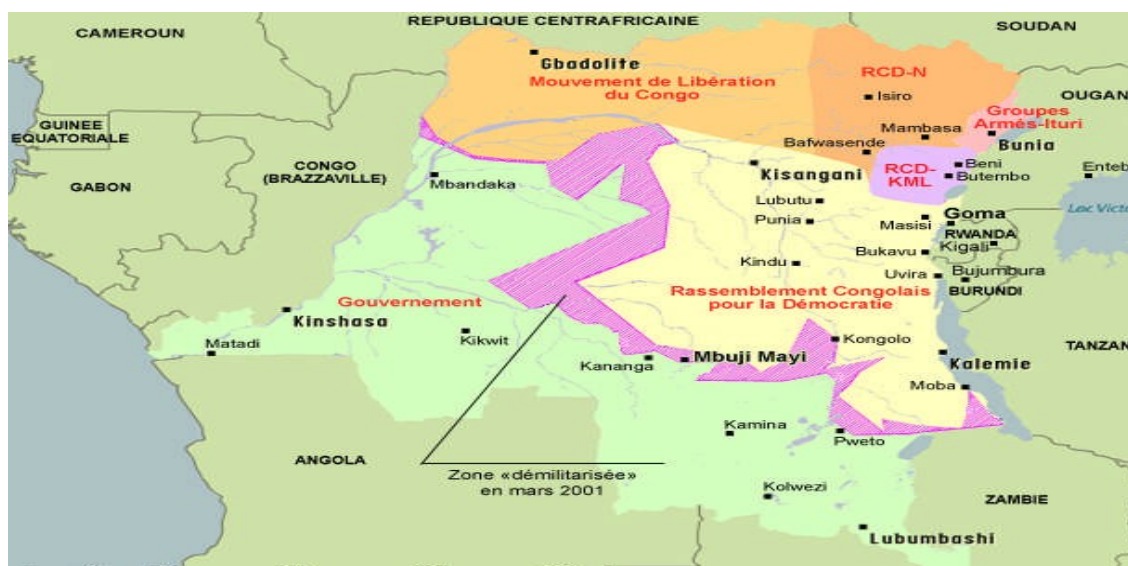
“The war in Congo was preceded by a break up of the state and the loss of legitimacy of the Mobutu government. Indeed, in weak states where sovereignty and territoriality are difficult to uphold, the pressure increases from internal and external actors who take the opportunity to advance their particular positions (Vayrynen, 1984: 338).

A ausência de Estado e a guerra que acontecia no país, promoviam o caos, ao mesmo tempo que facilitava e provocava, a cobiça e a ganância, conducentes ao enriquecimento pessoal, das elites e outros intervenientes directos:

“Pour la faiblesse et la corruption de l'État central, les richesses de la RDC ont été à la portée de n'importe quel groupe assez violent et déterminé pour imposer son contrôle par la force. L'exploitation des ressources naturelles est devenue de plus en plus attrayante, non seulement parce qu'elle a permis à ces groupes de financer leurs efforts de guerre, mais aussi parce qu'elle a été pour un grand nombre de responsables politico-militaires le moyen de s'enrichir sur le plan personnel” (ONU/HR, 2010: 362-363).

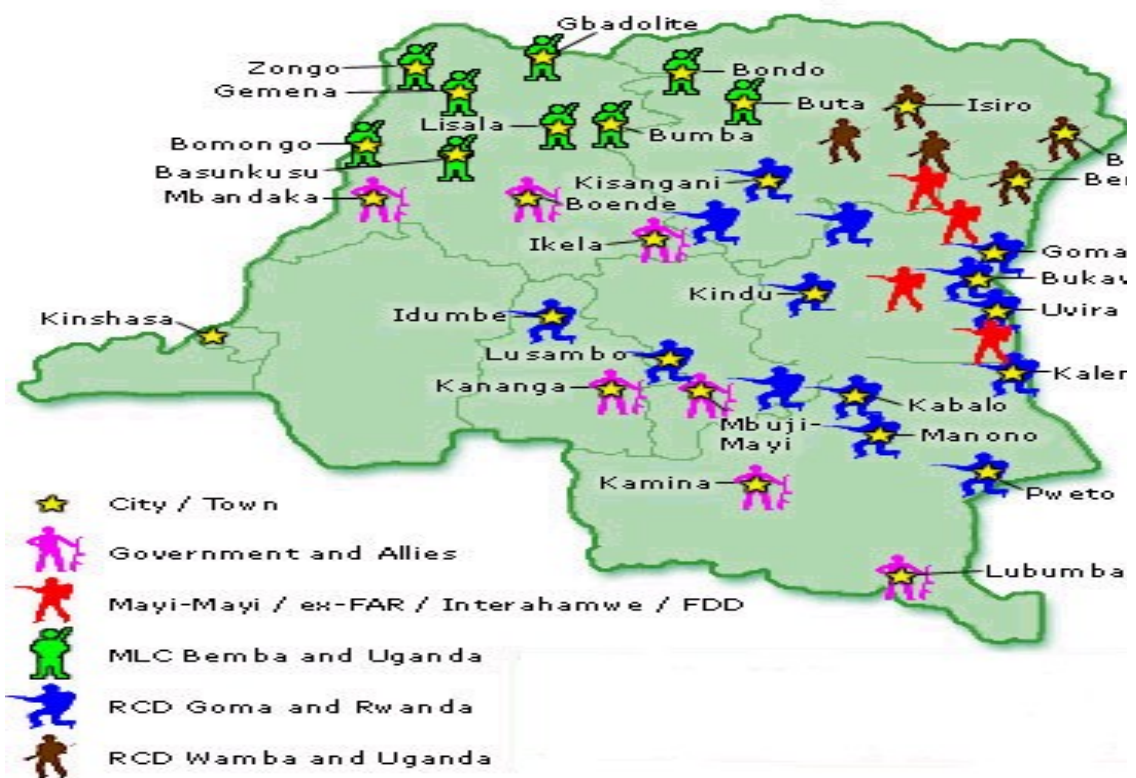
As diferentes partes em conflito controlavam diferentes zonas e, consequentemente, as riquezas existentes nas mesmas (ver Figuras 8 e 9).

Figura 8 - Controlo do território pelas partes litigantes na RDC



Fonte: www.rfi.fr, 2006

Figura 9 - Movimentos armados no terreno (RDC)

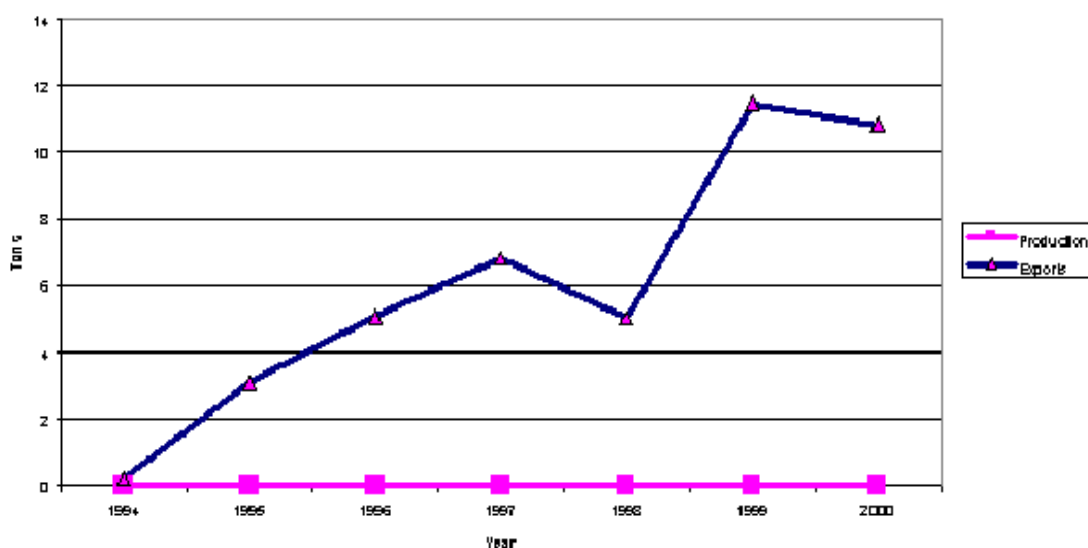


Fonte: ICG, 2000

Nas Figuras 8 e 9, verificamos que a partir de meados de Agosto de 1998, “o Governo da RDC, com apoio de Angola, da Namíbia, do Zimbabwe e [inicialmente] do Tchad, dominava cerca de metade do território nacional congolês (províncias de Bandundu, Bas-Congo, parte importante dos Kasai, Equador e Katanga), sendo principalmente o Zimbabwe, quem explorava as riquezas, através de concessões mineiras no Katanga e nos Kasai. O (MLC) de Jean-Pierre Bemba com apoio do Uganda, estava implantado numa parte da província do Equador e da província Oriental controlando as produções de ouro, diamantes e madeiras. O (RCD-Goma) de Azarias Ruberwa com apoio do Ruanda e Burundi estava nas províncias do Sud-Kivu, Maniema e partes do Nord-Kivu e do Katanga o que permitia negociar diamantes, ouro, cobalto, madeiras. O (RCD - ML) de Mbusa Nyamwisi controlava uma parte do Nord-Kivu e da província Oriental conseguindo fundos da produção de ouro e de coltran. O (RCD-N) de Roger Lumbala com apoio do Uganda actuava numa parte da província Oriental praticando o comércio de diamantes e de ouro” (NIZA, 2006: 15-16).

Para ficarmos com uma ideia mais aproximada, dos valores em causa, é elucidativa a representação seguinte, onde vemos a quantidade de toneladas de ouro exportadas pelo Uganda entre 1994 e 2000, (sem ter produção própria, mas controlando a zona aurífera congolosa referida) (ver Gráfico 7).

Gráfico 7 - Produção e exportação de ouro do Uganda (1994-2000)



Fonte: (ONU, 2001b)

Mesmo sem ter produção de ouro, o Uganda conseguiu exportar mais de 6 toneladas ano (1997) e mais de 10 toneladas ano (1999) do metal amarelo.

A crise humanitária vivida na RDC, considerada dramática, levou a que sob pressão internacional, “os países e grupos de beligerantes envolvidos no conflito, assinassem a paz em Lusaka, na Zâmbia, em 10 de Julho de 1999, sob mediação da SADC⁴⁰, chegando-se a acordo:

- para cessarem as hostilidades entre as partes;
- para ser deslocada uma Força de Manutenção de Paz da ONU para a RDC⁴¹;
- serem desarmados os grupos armados de milícia estrangeiros activos na RDC;
- ser promovida a criação de um exército unificado;
- abrir-se o diálogo inter-congolês [DIC] com vista a formar um Governo de Transição” (Koko, 2007: 36; NIZA, 2006: 17).

A 15 de Outubro de 2001 realizou-se em Addis-Abeba, na Etiópia, um fórum que reuniu 80 delegados representantes do governo, rebeldes, oposição política e sociedade da RDC. Por não haver entendimentos, foi suspenso sendo retomado entre 25 de Fevereiro e 18 de Abril de 2002 em Sun City, na África do Sul, sob mediação do antigo presidente do Botswana Ketumile Masire. Reuniram-se 300 representantes das partes, para elaborarem um acordo sob o regime de transição preparatório das eleições gerais e divisão parcial do poder.

⁴⁰ Southern African Development Community (tem sede em Gaborone no Botswana e engloba Angola, Botswana, DRC, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, SouthAfrica, Swaziland, Tanzania, Zambia and Zimbabwe, sendo promotora da integração económica e política na zona em questão) (EIU, 2007: 42).

⁴¹ Seria criada pela Resolução 1279 de 30 de Novembro de 1999 da ONU (ONU, 1999b).

Terminados os trabalhos, só seria reatado em 17 de Dezembro de 2002, em Pretória, na África do Sul, sob mediação da ONU e da África do Sul, ficando decidido que o Acordo de cessar-fogo de Lusaka (1999) seria completado por um acordo político global de repartição de poder durante um período de transição de 2 anos para preparar as eleições previstas na RDC para Junho/Julho de 2005. Este «Acordo Global e Inclusivo» (AGI) fixou o período de transição até Julho de 2005. A 2 de Abril de 2003 seria ratificada a Acta final do DIC em Sun City (EIU, 2007: 7-8).

Aconteceu que entretanto no Ituri (província Oriental), se reacende o conflito, com “disputas entre as etnias Hema e Lendu, estimando-se que entre Julho e Dezembro tivessem sido mortas cerca de 7.000 pessoas com mais de 150.000 deslocados. Estas duas etnias tinham um passado de convivência mais ou menos harmoniosa no leste do Congo (apesar de disputas em 1972, 1985 e 1996 que foram resolvidas por mediação e arbitragem), falando o mesmo idioma [kilendo] e mantendo mesmo casamentos entre si. Os Hema tinham sido favorecidos pela colonização belga que lhes tinha dado funções de administração, normalmente para controlar os trabalhadores que eram maioritariamente Lendu. Com a independência do país e a saída dos belgas, os Hema ficaram com as terras e assumiram cargos de direcção política e postos administrativos. Em finais de Junho de 1999 os Hema na localidade de Walendu/Pitsi, explorando a falta de uma autoridade credível, expandiram o seu domínio a territórios reivindicados pelos Lendu, apresentando para isso, provas de posse das terras, que tinham obtido, junto de funcionários locais, seus partidários. As disputas levaram à violência generalizada na região, formando-se milícias de cada etnia para atacar as populações da outra etnia e defender o seu povo. Claro que as forças Ugandesas que tinham o controlo da região, aproveitaram para tirar partido da situação, apoiando os Hema ou os Lendu segundo as conveniências de momento” (HRW, 2001: 33-34).

“The new conflict is a result of the particular situation in the Eastern part of the DRC, the Kivu region, due to the ethnic composition of the population, the presence of several rebel forces grouped along ethnic lines, and the implication on the internal security of neighbouring countries” (ONU/UNHCR, 2000b: 3).

Com os combates e o não respeito pelo acordo de Lusaka, promovem-se novos contactos, que levaram à realização de acordos entre a RDC e o Ruanda (assinado em Pretória em 30 de Julho de 2002) e entre a RDC e o Uganda (assinado em Luanda em 6 de Setembro de 2002) (ONU/CS, 2002: 1-3). Estes acordos realizam-se, já depois de Kabila ter sido assassinado e lhe ter sucedido o filho, Joseph Kabila Kabange.

Joseph Kabila com o apoio da comunidade internacional fez esforços para resolver o conflito. Conseguiu reabrir o DIC, promovendo a reunião entre as diferentes partes, para chegar a um acordo que foi conseguido como visto antes (Acordo de Pretória de 17 de Dezembro de 2002), que concretizava a transição na RDC.

“The Pretoria Agreement, signed on 17 December 2002, was intended to facilitate the transition of the militaristic country into a democracy and end the conflict” [International Federation for Human Rights (IFHR) 2008: 5].

Efectivamente, este acordo, consubstanciava “a repartição do poder, entre o governo da RDC, os principais movimentos rebeldes, partidos da oposição política e organizações da sociedade Civil, através de uma atribuição equitativa nas instituições da transição, o que levou à criação de inúmeros lugares que tornaram a administração muito pesada e cara⁴².

Segundo Dindelo, os objectivos principais do governo de transição que iniciou funções em 30 de Junho de 2003, consistiam na “instauração da paz, reunificação e reconstrução do país, criação de um exército nacional (integrando as diferentes facções) e organização de eleições democráticas (legislativas e presidenciais), o que colocaria fim à transição” (Dindelo, 2006: 48).

Apesar dos acordos de paz, do fim oficial da guerra e da presença da força de paz da ONU, o conflito armado persistiu na RDC, devido às motivações de segurança de fronteiras, mas sobretudo pelo controlo e exploração ilegal das importantes jazidas de ouro existentes (NIZA, 2006: 21) que ugandeses e ruandeses iam mantendo, perpetuando assim o conflito:

“The consequence of illegal exploitation has been twofold: (a) massive availability of financial resources for the Rwandan Patriotic Army, and the individual enrichment of top Ugandan military commanders and civilians; (b) the emergence of illegal networks headed either by top military officers or businessmen. These two elements form the basis of the link between the exploitation of natural resources and the continuation of the conflict (ONU, 2001b: 3).

⁴² Compreendia nomeadamente: 1Presidente e 4 Vice-Presidentes (cada um responsável por uma comissão: Política; Económica e financeira (ECOFIN); Reconstrução e desenvolvimento; Social e Cultural) - fórmula 1+4; 36 Ministros e 25 Vice-ministros; 500 Deputados da Assembleia Nacional; 120 Senadores; um aparelho jurídico independente como definido na Constituição da Transição; instituições democráticas (ex: a Comissão de ética e luta contra a corrupção ou a Comissão Eleitoral Independente)” (NIZA, 2006: 19).

O controlo das riquezas foi assim, o móbil do conflito, pois logo “quando Laurent-Désiré Kabila avançou sobre Kinshasa, vinha acompanhado por grupos, cada qual ambicionando a sua concessão mineira. O conflito na RDC, faz parte dessas guerras que são sustentadas, apoiadas e recorrem ao tráfico de armas, ligadas a organizações e companhias mineiras transnacionais que por vezes não hesitam em suscitar rebeliões para enfraquecer o país com o qual negociam e que conduzem à prática de diversas atrocidades” (Ki-Zerbo, 2003: 48).

Efectivamente, foram praticadas atrocidades em larga escala, sobre as populações, merecendo a condenação enérgica por parte da ONU, quer relativamente à violência, quer a todo o tipo de outras violações inqualificáveis, que aconteceram no leste da RDC:

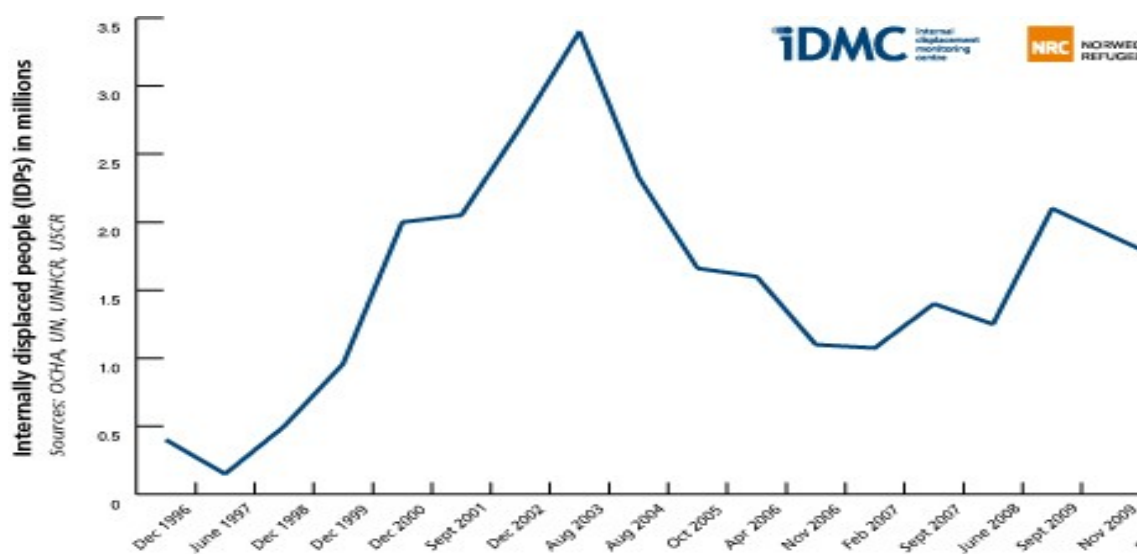
“No terreno, os grupos armados, cometeram crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outras violações do direito internacional e dos direitos humanos. Assaltos, massacres a civis desarmados (às vezes, apenas em função da sua etnia), execuções sumárias, raptos, detenções de pessoas feitas arbitrariamente e de forma ilegal, alguns dos quais sujeitos a tortura sistemática. A violência sexual foi utilizada como arma de guerra, de forma generalizada, pela maioria dos combatentes, para aterrorizar deliberadamente os civis, para exercer o controlo sobre eles, ou para os punir por terem colaborado com o inimigo. Foram sequestradas mulheres e meninas e utilizadas como escravas sexuais⁴³, além de terem sido recrutadas «crianças-soldado», jovens de seis e sete anos de idade, que foram submetidas aos riscos e traumas de operações militares” (ONU/HR, 2010: 20-23; 46).

Globalmente, ao implicar o sofrimento e morte de milhares de pessoas, o conflito afectou de forma indelével com o bem-estar das pessoas, representando um custo humano enorme, que se manifestou a diferentes níveis, incluindo fome, má nutrição, violações, morte e deslocamentos - para nomear apenas alguns desses custos.

Para além da gravidade do problema da fome, outra situação muito complicada, consistiu nos deslocamentos populacionais, que aconteceram de forma massiva (interna e externamente), por parte de milhares de pessoas que habitando em zonas de conflito, procuram melhores condições de segurança e novas oportunidades de vida, tentando escapar à morte e ao sofrimento (ver Gráfico 8).

⁴³ “A intensidade e amplitude das violências sexuais e outros actos praticados sobre as mulheres nas zonas de conflito fizeram com que diversas instituições dissessem que se desenrolava no Congo uma segunda guerra (contra as mulheres) dentro da guerra que acontecia” (ONU/PNUD, 2004: 18).

Gráfico 8 - Deslocamentos populacionais na RDC 1996-2010



Fonte: Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), 2011

A partir de 1997 começaram os deslocamentos populacionais em massa que atingiram o pico nos finais de 2002, altura em que começaram a regredir. Novo aumento verificado entre finais de 2007 e finais de 2008, com o agravamento da situação no Leste da RDC.

Aos interesses económicos, somam-se interesses geopolíticos e geoestratégicos regionais, numa continuidade dos conflitos, que se traduziu em custos dramáticos. O custo económico, político e nomeadamente social, do conflito armado da RDC, foi muito elevado: perdas de mais de 3 milhões de vidas humanas, mais de 4 milhões de pessoas deslocadas e entre 10 e 15 mil crianças utilizadas como soldados (Ngoy-Kangoy, 2006: 11).

Era nesta situação que acabamos de descrever, que avançava a transição na RDC. As eleições, inicialmente previstas para 2005, acabaram por ser adiadas para 2006. Perante o quadro descrito, eram muitos os obstáculos à transição neste país, alguns resultantes de especificidades próprias de África.

Capítulo III - RDC: Obstáculos ao processo de transição

África é uma realidade distinta das outras no mundo, que acentua as diferenças. Há especificidades próprias, características da realidade vivida e da forma de estar que resulta das dificuldades que os africanos sentem no seu dia-a-dia.

Entre estas, destacamos as seguintes:

3.1 - Corrupção

A corrupção⁴⁴ é um problema da história da humanidade, sendo que, em África, é um fenómeno que grassa nos diferentes sectores de actividade. Durante décadas, a corrupção, as más políticas de governação e a fragilidade das instituições, criaram uma economia dual na RDC, que, são por si mesmas promotoras de guerras civis em África.

A corrupção na RDC⁴⁵ tornou-se endémica no seio das instituições e das forças de segurança, sendo um grave problema. Muitos servidores civis, polícias e militares ficam durante anos sem receber os seus salários, ou recebem de forma irregular, o que não lhes permite sustento nem capacidade para suportar as suas famílias e isso encoraja a corrupção como visto.

As práticas de corrupção acentuaram-se na RDC durante a governação de Mobutu. Este, ao instalar-se “into office in 1965, a sustained period of institutionalized corruption and misappropriation of state resources began. Large portions of the revenues from state-owned companies, such as the copper and cobalt company Gécamines⁴⁶, went not to the state treasury but straight into the pockets of President Mobutu and his closest allies” (Amnesty International, 2002: 4).

Atendendo a efeitos que ficaram da colonização e que perduram nos tempos, não podemos esquecer alguma dificuldade africana em diferenciar interesses privados de interesses públicos:

⁴⁴ Definida como “a behaviour which deviates from the normal duties of a public role because of private - regarding (family, close private clique), pecuniary or status gain, or violates rules against the exercise of private-regarding influence. This includes such behaviour as bribery (use of reward to prevent the judgment of a person in a position of trust); nepotism (bestowal of patronage by reason of relationship rather than merit); and misappropriation (illegal appropriation of public resources for private-regarding use) (Nye, 1967: 417) e que o World Bank sintetiza dizendo ser “the abuse of public office for private gain” (WB, 1997: 8).

⁴⁵ Segundo dados da Transparency International (TI), a RDC depois de ter figurado já como o país mais corrupto do Mundo, ocupa agora o lugar 164 entre 178 países (TI, 2010) (ver Anexo VIII).

⁴⁶ Originalmente «Union Minière du Haute Katanga», a companhia foi nacionalizada por Mobutu, em 2 de janeiro de 1967, altura em recebeu o nome de Générale des Carrières et des Mines (Gecamines).

“Africa is still today in a dilemma of how to separate private from public interests. Primordial sentiments still characterized most of the continent and as such is making it difficult to draw a line between primordial public which is the indigenous sphere defined in moral, ethnic and pre-colonial geographic terms, and the overlapping ‘civic’ public, amoral and to some extent abstract, inherited from the colonial state” (Meagher, 1996: 9)

Os países que percorrem uma transição para a democracia, são caracterizados por um sistema judiciário pobre. Perante a obrigação de enfrentar o crime organizado, este tem normalmente a sua impunidade garantida, pois a corrupção vai conseguir impor-se. Um juiz ou um polícia corrupto vão complicar a acção da Justiça e tornar as leis ineficazes na luta contra o crime. Tudo isto, obviamente, mina a confiança da população nas autoridades, ainda mais, quando é sabido que as pessoas, não só em África, como em todo o mundo, perderam a confiança nos governantes/políticos, que em democracia, são valorizados pelos partidos. Como ideia geral, a confiança nos partidos políticos é menor do que em qualquer outra instituição pública e as opiniões na RDC, não são igualmente de grande ligação:

“Ce qu’enseigne l’histoire des partis politiques de la RDC est extrêmement important : tant que les acteurs ne sont pas guidés par une conviction dans un idéal ; tant que le parti lui-même n’est pas porté par une idéologie, la maison est bâtie sur du sable mouvant” (Le Potenciel, 2010).

As consequências da corrupção num Estado são catastróficas na medida em que ela acontecendo “reduz o número de cargos de qualidade do sector público; aumenta os gastos públicos; diminui as receitas públicas para serviços essenciais; impede reformas democráticas voltadas para o desenvolvimento; aumenta a pobreza e a desigualdade; reduz o emprego no sector privado; diminui as taxas de crescimento; aumenta o custo dos negócios; baixa a produtividade e desencoraja a inovação; reduz a concorrência e a eficiência; diminui os níveis de investimento; fomenta políticas mal orientadas e insensíveis; distribui mal os recursos; contribui para taxas de criminalidade elevadas; aumenta a instabilidade política e social e mina o Estado de Direito” (Montalvan, 2009:50).

O estado democrático tem de ser eficiente e deve criar entidades reguladoras e agir como encorajador da competitividade das empresas. Neste sentido, em Setembro de 2009, o Presidente Kabila lançou uma campanha de "tolerância zero" contra a corrupção, estabelecendo a «Unidade de Inteligência Financeira», para combater a lavagem de dinheiro e desvio de fundos públicos.

3.2 - Tensões étnicas

Mais uma particularidade africana. Como foi referido, há ressentimentos entre as diferentes etnias na RDC. Existem cerca de 250 grupos étnicos, distinguindo-se particularmente os Alur, Anamongo, Bantus, Bemba, Kongo, Hutus, Luba, Lugbara, Tutsis, Twa e Zande. Para agravar o problema, existe mesmo continuidade étnica, entre os diferentes países da região:

“The Kongo people are divided between the DRC, the Republic of the Congo, and Angola; the Zande between the DRC and Sudan; the Chokwe between the DRC and Angola; the Bemba between the DRC and Zambia; and the Alur between the DRC and Uganda” (ONU/UNHCR, 2000b: 1).

A grande variedade de grupos e subdivisões étnicas leva a que se fale mais de 700 línguas e dialectos locais, uma variedade linguística que é superada pelo uso da língua francesa (oficial), com domínio local de algumas línguas nativas, como o kikongo, tshiluba, swahili e lingala (ONU/UNHCR, 2008: 9). Ora, esta grande diversidade dificulta o sentimento de unidade e de coesão dentro de um Estado.

3.3 - Religião

Não há tensões religiosas significativas divisoras da população congoleza, que é maioritariamente cristã, embora exista esporadicamente alguma agitação neste domínio.

A terra, também no sentido religioso, tem para os africanos um peso muito significativo: “For indigenous people especially, threats to place often threaten a whole world, a lived cosmology. The burial place of one’s ancestors is the logical or preferred locality to seek a close encounter with them, and hence staying in one’s ancestral land is very important” (Jenkins, 2008: 179). Papel igualmente relevante, cabe aos antepassados, enquanto transmissores religiosos, como refere Mndende: “Traditional cultures, morals and values are thought to have their origin in God and revealed through the ancestors” (Mndende, 2006:162).

As religiões tradicionais da RDC incluem cultos como o monoteísmo, o animismo, vitalismo, espiritismo, culto de antepassados, feitiçaria e bruxaria, variando entre os grupos étnicos. As seitas sincréticas fundem por vezes o cristianismo com crenças, mitos e rituais tradicionais. A mais popular destas seitas, o Kimbanguismo, era vista como uma ameaça ao regime colonial e foi proibida pelos belgas. Acabou por se tornar uma igreja autónoma com

alto grau contestatário, dando ensejo a um nacionalismo religioso que ganhou muita força depois da Segunda Guerra Mundial (Hernandez, 2005: 574). A «igreja de Cristo na Terra segundo o profeta Simão Kimbangu», reivindica actualmente cerca de 3 milhões de membros, principalmente entre a tribo Bakongo das províncias do Bas-Congo e Kinshasa. Em 1969, tornou-se a primeira igreja independente africana admitida no Conselho Mundial de Igrejas (Haskins e Biondi, 1995: 129).

3.4 - Lei e Ordem: O fenómeno “Kuluna”

Vigora na RDC, uma maneira muito própria de encarar a lei, seja por parte de quem a exerce, seja por parte de quem a cumpre (ou não cumpre). Existem também desvios característicos, onde se enquadra o fenómeno Kuluna. Este fenómeno é preocupante e traduz-se no banditismo urbano de rua, nomeadamente na capital, assentando em extorsão, roubos, furtos generalizados, violações e mortes, sendo praticados por jovens normalmente em bandos/grupos, com recurso a armas de fogo e armas brancas.

Sem ter uma causa única, mas atendendo a que existem profundas desigualdades sociais (que são um dos grandes desafios, à preservação e respeito dos direitos humanos, para a grande maioria da população), contribuem para a ocorrência deste fenómeno, diferentes factores. De entre esses factores, destacam-se o desenraizamento, as condições de miséria extrema em que vivem muitas famílias (em aglomerados, nos bairros mais degradados de Kinshasa) e a falta de políticas de apoio às famílias (e à juventude em particular), pois é sabido que “os crimes não ocorrem no vácuo, mas sim em contextos espaciais concretos, dotados de atributos específicos que favorecem, em boa medida, a ocorrência dos mesmos” (Diniz e Batella, 2006: 55-56).

A polícia tem dificuldade em conter o crime e garantir a ordem, principalmente pela falta de meios, preparação, motivação e porque a corrupção está instalada. As forças de segurança tornam-se ineficazes atendendo à falta de formação e treino, falta de pagamento regular (além de serem alvo fácil dos corruptores), constituindo o combate à mesma de modo a controlar o fenómeno, uma preocupação forte do Governo de Kinshasa: “Le ministre de la Justice et des droits humains, Luzolo Bambi, a réitéré [30/05/2011] sa détermination d’éradiquer le phénomène «Kuluna» (banditisme urbain)” (Digitalcongo, 2011). Se os problemas advenientes da insegurança, são latentes e enquanto tal, recorrentes, também as «pilhagens» em épocas de instabilidade, são outra preocupação, bem presente na realidade africana.

3.5 - Administração pública/burocracia

A falta de condições, reflecte-se nos aspectos de Administração Pública e burocracia. De acordo com a ONU, a Administração Pública congoleza funciona mal e está em colapso, sofrendo de inúmeros males: “efectivos pletóricos; remunerações muito baixas (5 dólares americanos por mês no escalão menor face a 40 dólares no escalão mais alto); salários pagos de forma irregular (chega a haver atrasos de 7 meses); separação de serviços e conjunto da administração pública desarticulada; edifícios e equipamentos públicos delapidados; faltam meios de funcionamento e a principal fonte de receita dos funcionários advém da corrupção e extorsão. Devido ao absentismo, incompetência, confusão de responsabilidades e ausência de sanções, o seguimento dos processos é muito difícil (com arquivos inexistentes ou inutilizáveis) pelo que é frequente os processos de registo civil e judiciais serem inventados, pois os textos legais e actas regulamentares não são localizados e por isso não são tornados públicos” (ONU, 2001a: 14).

A burocracia é muita, o que não facilita o desenvolvimento da economia. Em média, são necessários cerca de três meses, para iniciar um negócio na RDC. Para beneficiar dos incentivos do Código de Investimento (inclui os direitos aduaneiros e isenções fiscais), os investidores devem apresentar um plano de negócio, mas na sequência, sofrem, com inúmeras auditorias, feitas por várias agências governamentais, na procura de provas da violação das leis fiscais, para controlar preços, ou tentar a corrupção.

3.6 - Infra-estruturas de base: água e electricidade

Problemas crónicos em África. Água e electricidade são faltas permanentes no dia-a-dia dos congolezes e não permitem a melhoria das condições de vida das populações. Em 2006, apostou-se no desenvolvimento destas infra-estruturas através de um projecto conhecido por “5 Chantiers”⁴⁷, mas apenas 27,1% da população congoleza, tem, acesso a rede de electricidade (WB, 2010: 13) e 21% tem acesso a água canalizada (WB, 2010: 22). Estudados os factores que mais pesam no fraco desenvolvimento da RDC, é indicado em primeiro lugar, a falta de electricidade (WB/International Finance Corporation (IFC) 2010)(ver Anexo IX).

Foi neste difícil contexto, que a UE, com um largo passado de relações com o continente africano, foi chamada a ter um papel activo, no apoio ao processo de transição na RDC.

⁴⁷ Projecto de desenvolvimento anunciados no final de 2006 e que tem o apoio da comunidade internacional, que engloba as seguintes áreas: Infra-estruturas, Saúde e Educação, Água e Electricidade, Alojamento e Emprego (ICG, 2010: 1).

Parte III - As Relações da UE com África e a implementação da “política de segurança e defesa europeia”

As relações Europa - África, são marcadas em grande parte pela colonização, o que deixou marcas profundas, conforme vimos. Contudo, depois da fase da exploração directa dos recursos africanos pela Europa, vinga nos dias de hoje, a cooperação, com vantagens mútuas.

Passos importantes na relação de cooperação entre a UE (então CEE) e África, no período pós-colonial, são dados com as convenções de Yaoundé (1964/65) e, posteriormente, de Lomé (1976/2000), a que se seguiu a assinatura em 2000, do Acordo de Cotonou⁴⁸, entre a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

O Acordo de Cotonou, para além do desenvolvimento económico, evidencia as questões políticas: “áreas como a paz e segurança, prevenção e resolução de conflitos, evolução em matéria de direitos humanos e princípios democráticos, reformas institucionais e criação de capacidades para assegurar uma boa governação, diminuição da pobreza e migração” (Laporte, 2001: 3).

Uns meses após a assinatura histórica do Acordo de Cotonou, durante a Cimeira do Milénio (realizada de 6 a 8 Setembro de 2000, em Nova Iorque), assistir-se-ia à adopção da Declaração do Milénio (DM), pelos 189 Estados Membros da Assembleia-geral da ONU, que funcionaria como factor dinamizador da cooperação global no novo século (XXI).

O ano de 2000, foi, de resto, bem marcante. Se, por um lado, marcou o fim de um tempo de «segurança relativa» no pós guerra-fria (no ano seguinte, aconteceria o ataque terrorista às torres gémeas em Nova York, que promoveu uma nova atitude do mundo face à segurança), por outro lado, na linha de cooperação referida, aconteceu a primeira Cimeira UE/África (conhecida por “Cimeira do Cairo”, por ter sido ali que os Chefes de Estado europeus e africanos se reuniram pela primeira vez).

⁴⁸ Yaoundé I (1963-1969), foi uma convenção assinada na capital dos Camarões em 20Jul1963, tal como Yaoundé II em vigor no período de 1969 a1975, que assinalam a parte do apoio financeiro do FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento) a África, atribuindo especial atenção aos países da África francófona, que se encontravam em fase de descolonização, principalmente para construção de infra-estruturas. Posteriormente, Lomé I (1975-1980), que foi assinada a 28Fev1975 em Lomé, capital do Togo, assinala a cooperação europeia com os países ACP. Haveria uma II convenção de Lomé assinada em 31Out1979, uma III convenção de Lomé assinada em 08Dez1985 e ainda uma IV Convenção de Lomé assinada em 15Dez1989, esta que teria vigor até 1999. Com o fim das Convenções de Lomé surgiu um novo acordo - o acordo de Cotonou. As negociações para este novo Acordo iniciaram-se em 30Set1998 e culminaram na assinatura da parceria entre os países ACP e a UE, em 23Jul2000, na cidade de Cotonou, no Benim, entrando em vigor em 01Abr2003, abrindo-se um novo ciclo nas relações de cooperação entre a Europa e África, muito por força e especialmente marcado pelo processo de globalização em curso.

Nessa Cimeira (3/4 de Abril de 2000), foram aprovadas a “Declaração” e o “Plano de Acção”, que estabeleceram as prioridades para o diálogo e parceria entre a UE e África. O Plano de Acção estipulava, para além de acções no âmbito do desenvolvimento económico-social, medidas de apoio à boa governação e democratização dos Estados, apostando na prevenção, gestão e resolução de conflitos conducentes à consolidação da paz em África, o que é considerado fundamental para garantir o desenvolvimento.

O valor essencial da Declaração do Cairo foi o ter permitido lançar um diálogo político mais estruturado entre a UE e África, através de reuniões regulares de funcionários superiores, ministros e chefes de Estado e de governo, no sentido de procurar encontrar soluções conjuntas para as diversas prioridades identificadas no Plano de Acção, além de que levaria mais tarde a nível europeu, à criação de instrumentos políticos de gestão de conflitos, como o Mecanismo de Reacção Rápida, que permite através do Conselho Europeu, financiar em tempo útil as situações de emergência, conflito eminente ou necessidades pós-conflito (Faria, 2004: 39-40).

Quando não são satisfeitas as necessidades (falamos dos pilares de qualquer sociedade: segurança e bem-estar, traduzido em prosperidade ligada ao desenvolvimento sustentado - progresso), diversas situações surgem como potenciadoras de conflito, como foi referido anteriormente.

Essas questões merecem atenção cuidada e levavam a que a UE mantivesse preocupação com África e se mantivesse atenta, aos problemas que iam acontecendo [perpetuação do conflito]. No intensificar das relações de proximidade e atenção a esses problemas, em 14 de Dezembro de 2000, o Conselho, aprovou a Acção Comum (AC) 2000/792/PESC, que nomeou Aldo Ajello, Representante Especial da UE para a Região dos Grandes Lagos.

Isto aconteceu numa altura, em que a UE, já estava adiantada no seu projecto de Segurança Comum, que contemplava a parceria com África.

UE e África apesar de terem valores diferenciados, encontram interesses comuns. A UE no seu conjunto (incluídos os EM individualmente), é o principal parceiro de desenvolvimento de África, mas acima de tudo, importa para o desenvolvimento africano que o mesmo passe fundamentalmente, pela acção dos países do próprio continente. Estes, têm de ter um papel activo na resolução dos problemas que se lhe colocam - “African solutions for African problems” (Ayittey⁴⁹, 2009), sendo muito importante que possam ter as suas próprias capacidades (as tão faladas «african ownership») (Cardoso e Ferreira, 2005: 21).

⁴⁹ Economista do Gana e uma autoridade reconhecida no desenvolvimento político e económico em África.

Essa visão foi patente, nomeadamente com o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)⁵⁰, em 2001, e principalmente com a constituição da UA na cimeira de Lusaka em 2002, substituindo a OUA. Ambos são exemplos bem conseguidos, de respostas africanas para os problemas africanos, embora exista o grande óbice do financiamento próprio. A afirmação da UA tem sido evidente e particularmente importante, “como actor primordial da segurança, seja na área da mediação seja na intervenção em situações de conflito violento. Verifica-se, porém, uma disparidade entre a existência de vontade política de intervenção e resolução de conflitos, por um lado, e as reais capacidades africanas - limitadas ao nível financeiro, logístico e de equipamentos marítimos e aéreos -, por outro, o que atrasa o tempo de resposta e tem afectado a continuidade das missões no terreno” (IEEI/CIL, 2007: 31), sendo neste tocante, que a UE pode dar um contributo decisivo.

Esse contributo passará pelo desenvolvimento de parcerias, que possibilitem a cooperação entre os dois continentes, em áreas como o reforço das capacidades locais; protecção dos direitos humanos e liberdades fundamentais; afirmação dos princípios democráticos, do estado de Direito e do acesso equitativo à justiça; gestão dos recursos naturais; luta contra a corrupção e a fraude; responsabilização pela gestão dos fundos públicos; desenvolvimento e reformas institucionais; governação global e reforma do sector da segurança. Todos estes elementos são essenciais na cooperação a estabelecer (IEEI/CIL, 2007: 71-72).

Não podendo ser descurada a parte do financiamento, a Comunidade, em 26 de Fevereiro de 2001 (através do Regulamento 381/2001 do Conselho), criava o já falado «mecanismo de reacção rápida», destinado a permitir dar uma resposta rápida, eficaz e flexível, a situações urgentes, de crise ou de ameaça de crise. O mecanismo seria desencadeado quando, nos países beneficiários em causa, surgissem situações de crise real ou emergente, situações de ameaça à ordem pública ou à segurança (incluindo a segurança das pessoas), que pudessem degenerar num conflito armado ou desestabilizar um país e, ainda quando essas situações fossem susceptíveis de prejudicar os benefícios das políticas e programas de assistência e cooperação, a sua eficácia e/ou as condições de boa execução (UE/CE, 2001).

Para a operacionalização do sistema, o CE de Laeken (14/15 de Dezembro de 2001), foi muito importante, na medida em que se aprovou a criação de estruturas e o

⁵⁰ Tem como objectivos a longo prazo: erradicar a pobreza em África, colocar os países africanos, tanto ao nível individual como colectivo, no caminho do crescimento e desenvolvimento sustentado, atenuar a marginalização de África no processo da globalização e promover o papel da mulher em todas as actividades [NEPAD, 2001: 1-10].

desenvolvimento das capacidades europeias sendo formulado o respectivo Plano de Acção condutor⁵¹.

Depois de ter lançado a sua primeira MGC na ex - Jugoslávia⁵² ao abrigo do acordo “Berlin plus” (Bp), a primeira Missão de Gestão de Crises (MGC) em África aconteceria na RDC (a pedido da ONU) e não incluiu meios resultantes de Bp, mas sim próprios da UE relativamente às acções de «Comando, Coordenação, Controlo e Informação» (C3I), através do OHQ situado em Paris e de um FHQ no terreno. Substituindo a operação Mamba (iniciada pela França), tomou o nome de Ártemis⁵³ e foi lançada para garantir a paz em Bunia (na

⁵¹ A cadeia de comando político-militar europeia tinha começado a desenhar-se em 22 de Janeiro de 2001, com o estabelecimento do Comité Político e de Segurança (CPS ou COPS em francês), que é o organismo preparatório do Conselho Europeu, nos quais os EM são representados ao nível de Embaixador. É o órgão responsável por preparar as respostas da UE às crises e sobre elas exercer o controlo político e assegurar a orientação estratégica. Tem como principais funções fazer o seguimento da situação internacional e auxiliar a definir políticas na área da PESC e da PESD. Criaram-se ainda:

- Comité Militar da União Europeia (CMUE ou EUMC em inglês) - É o mais elevado fórum militar europeu, responsável por aconselhar o CPS sobre todos os assuntos militares, sendo integrado pelos Chefes da Defesa dos EM da UE (representados normalmente por oficiais gerais - membros permanentes).
- Estado-Maior da União Europeia (EMUE) - Órgão responsável pelo aviso prévio (*early warning*), planeamento estratégico e avaliação da situação. Sendo parte integrante do Secretariado-geral do Conselho, tem a dupla responsabilidade de assegurar “*expertise*” militar ao SGC/HR e de dar resposta às tarefas que recebe do CMUE. Para conduzir as operações, organiza-se em:
 - Operation Head Quarter (OHQ) - o sector político com sede em Bruxelas (ou no país titular da Missão);
 - Force Head Quarter (FHQ) situado no Teatro de Operações (TO - onde se desenrola a Missão).
- Staff Militar da União Europeia (SMUE) - composto por peritos militares e civis destacados para o Secretariado do Conselho pelos Estados-membros e funcionários do Secretariado do Conselho.

Tudo isto, numa perspectiva alargada às duas áreas de actuação (civil e militar), com interligação adequada, contribuiu para a definição da estrutura de decisão em matéria de Gestão de Crises, da UE (ver Anexo X).

Em 16 de Dezembro de 2002 dar-se-ia novo importante passo, ao ser assinado um acordo com a NATO (“Berlin plus”), que permitia a utilização de meios daquela organização pela UE, em acções de peacekeeping. Sem disponibilizar o acesso a tropas ou equipamento da NATO, havia agora acordo:

- Relativamente à segurança sobre informações classificadas;
- A União assegurava o acesso ao planeamento da NATO para as operações de gestão de crises que fossem lideradas por si;
- A NATO disponibilizaria ainda, unidades de comunicação e infra-estruturas;
- Consagrava-se a incorporação no sistema de planeamento de defesa da NATO, das necessidades militares passíveis de serem requeridas por uma operação militar, permitindo a conjugação de esforços, sem duplicação de meios no plano militar e estratégico (Lima, 2009: 5).

⁵² Em 01 de Janeiro de 2003, teve início a Missão de Polícia da União Europeia (EUPM), na Bósnia-Herzegovina, que ao substituir a Missão da ONU (IPTF/UNMIBH) se tornou na primeira Missão de Gestão de Crises (MGC) sob a bandeira da UE (Vainio, Liisa, 2008: 3) A Europa enquanto bloco, afirmava-se como actor em matéria de segurança e defesa, materializando essa afirmação, através da intervenção. Algumas semanas mais tarde Jacques Chirac, expressaria isso mesmo, em entrevista dada ao jornal francês *Le Figaro*: “a Europa só existirá num mundo multipolar se ela tiver uma política de segurança e de defesa [...] pois não há um grande bloco [...] sem que tenha a capacidade de defesa e de intervenção, a favor de valores que são reconhecidos, cada dia mais, como universais” (Veronis, 2003).

⁵³ Missão de restabelecimento da paz, com utilização de uma força multinacional de cerca de 1500 homens (em 30 de maio de 2003 foi adoptada a resolução da ONU 1484, a 7 de junho chegaram os primeiros militares franceses à RDC e a 12 de junho foi iniciada a operação) (Rest, 2004: 13).

província congoleza do Ituri onde acontecia o conflito guerra entre as milícias tribais Hema e Lendu).

Esta operação militar europeia “aconteceu muito longe geograficamente [mais de 10.000 kms], o que testou verdadeiramente as capacidades C3I e a cadeia logística europeia. O cenário era perigoso, com utilização provável da força, o que impôs regras de empenhamento [ROE]⁵⁴, bem definidas desde o início da missão, assim como planos de manutenção e de evacuação rápida, dependendo da evolução da situação” (Silva, 2008).

Emblemática, a missão Artémis veio demonstrar “que os países europeus, juntos, poderiam intervir em situações de conflito em África, contribuindo para salvar vidas e ao mesmo tempo, recolocar os processos de paz e reconciliação, no caminho adequado” (IEEI, 2003: 1).

Em 2003, seria adoptada a “European Security Strategy” (ESS)⁵⁵. Esta remete para a Organização das Nações Unidas (ONU) através do Conselho de Segurança (CS) o legitimar das intervenções da UE em países terceiros e sustenta que a Europa se deve afirmar como actor global, considerando África uma prioridade.

A UE assumia assim o protagonismo decorrente da sua história e da sua dimensão económica, comercial e financeira que no conjunto, promovem a sua afirmação como actor global. Nesta medida, a estratégia traduz um dos principais desafios com que a UE se depara e que consiste, em promover um clima de paz e de segurança, para além das suas fronteiras, a que respondeu, através do desenvolvimento da PESC/PESD⁵⁶, agindo assim, como motor de estabilidade e de cooperação no mundo (UE/CE, 2003: 17-19).

No desenvolvimento acontecido, a Europa, reforçava a consciência da importância de concretizar medidas para apoiar a paz e a segurança em África, como condição essencial ao

⁵⁴ São Regras de Empenhamento de Força (empenhamento operacional; Rules of Engagement em inglês).

⁵⁵ O documento estabelece como grandes objectivos europeus, a necessidade de anular ameaças identificadas: terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa (ADM), conflitos regionais, Estados falhados e crime organizado]; promover a segurança nos países vizinhos; contribuir para uma ordem internacional baseada num efectivo multilateralismo (UE/CE, 2003: 33-39).

⁵⁶ Resultante da ESS, evoluir-se-ia em 2004, do «headline goal 2003» para um «headline goal 2010», levando ao desenvolvimento das capacidades civis e militares, que pudessem dar cobertura a diferentes cenários, que foram entretanto elencados: Separação das partes pela força; Estabilização, reconstrução e conselho militar a países terceiros; Prevenção de conflitos; Operações de evacuação; Apoio a operações humanitárias. Depois de identificar o tipo e forma de intervenção militar foi necessário proceder à elaboração de um quadro de planificação, que permitiu estabelecer a lista detalhada de capacidades da UE. Na linha de acção descrita, foi possível formar agrupamentos de forças genéricas, que permitiram chegar a catálogos de necessidades/forças (os catálogos, descrevem os meios que os EM colocam à disposição da UE em termos qualitativos e quantitativos) (UE/CE, 2008) (Ver Anexo XI).

desenvolvimento. É assim que na sequência de solicitação por parte dos líderes africanos, que a UE, criou dentro do princípio de solidariedade com África, um mecanismo de financiamento “África Peace Facility” (APF) de 250M de euros, (mecanismo de apoio à paz), com vista a ajudar as iniciativas de operações africanas de manutenção da paz no continente africano (Official Journal of the European Union (JOUE), 2003: 109).

O CE realizado em Bruxelas (Novembro de 2004) aprovou o Plano de Acção para apoio da PESD à paz e segurança em África, centrado no desenvolvimento das capacidades, apoio ao planeamento, desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes e reforma do sector da segurança.

O apoio da PESD à paz e segurança em África foi incrementado depois do CPS do CE se ter comprometido a explorar modalidades práticas de concretização do apoio a prestar às organizações africanas para o desenvolvimento de capacidades autónomas de prevenção, gestão e resolução de conflitos violentos em África. O Conselho Europeu:

“reconhece a responsabilidade primeira do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o papel do direito internacional enquanto quadro para a manutenção da paz e da segurança a nível internacional (...) vai continuar a apoiar a paz em África (...) saúda a vontade dos Estados africanos de assumirem as suas responsabilidades no seu próprio continente (...) reitera o apreço e firme apoio que lhe merece o objectivo da UA e das organizações sub-regionais africanas de promoverem a paz e segurança no continente africano” (UE/CE, 2004).

A Posição Comum 2005/304/PESC/CE de 12 de Abril, relativa à prevenção, gestão e resolução de conflitos em África, intensificou o apoio europeu em reforço das capacidades africanas (JOUE, 2005: 97/58). Estes avanços levavam a que as decisões políticas se traduzissem em acções concretas de apoio técnico e de aconselhamento, tendo em vista a prevenção, resolução de conflitos e construção no pós-conflito.

No CE de Bruxelas (em 15/16 de Dezembro de 2005), aprovou-se a Parceria Estratégia da UE para África, focada em torno da paz e segurança, boa governação, crescimento económico e investimento nas pessoas, que estabeleceu um quadro de princípios comuns, numa abordagem integrada e complementar, na prossecução do objectivo de com o objectivo de redução da pobreza, no caminho para a democracia e para o desenvolvimento (UE/CE, 2005: 2).

Parte IV - Intervenção da UE na RDC em matéria de polícia: formação e apoio à UPI.

Refere Bobbio, que sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia e que sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos (Bobbio, 1992: 01). Acrescenta Hengelela, que no caminho para a democratização e o desenvolvimento, são determinantes a paz e a estabilidade (Hengelela, 2005: 6) não existindo paz e desenvolvimento, sem segurança⁵⁷ (Lourenço, 2006: 9).

“One of the primary roles of the state is to provide peace and security for its citizens both within the nation-state and to ensure their protection against threats from outside” (Maluwa, 1995: 654).

Internamente, consolidar a paz e garantir a segurança numa situação de pós conflito, estão ligados umbilicalmente, sendo necessário concretizá-los através de medidas políticas. Não é possível “consolidar a paz e cumprir uma reforma do sector da segurança, num contexto pós conflito, sem elaborar antes uma estratégia nacional de segurança e uma política nacional de defesa” (Booth, 1994: 4).

Também a doutrina da intervenção estrangeira, no apoio à paz em África, considera na sua estratégia de resolução dos conflitos, a RSS, um elemento chave:

“La réforme des forces de sécurité républicaines est un élément clef du dispositif de résolution des conflits et de démocratisation. Renforcer l’État pour enraciner la démocratie est une composante essentielle de la nouvelle doctrine de l’interventionnisme international” (Vircoulon, 2005: 79).

Neste contexto, “nenhuma questão é mais importante que a RSS, no desenvolvimento de uma paz duradoura na RDC. Ali, os serviços de segurança estão confrontados com uma

⁵⁷ Durante a guerrafria era entendido, na perspectiva, de que a maioria das ameaças a um Estado, surgia exterior às suas fronteiras e que essas ameaças, eram principalmente, senão exclusivamente, de carácter militar e enquanto tal, exigiam uma resposta militar (Ayoob, 1995: 5). Os problemas vividos pelos países menos desenvolvidos, fizeram evoluir o conceito, que com o fim da guerra fria passou a ser entendido pela afirmação dos problemas enfrentados pela humanidade (Buzan, 1991: 1), sendo que na sua origem está relacionada com a percepção de uma ameaça (Jervis, 1976: 6) mesmo se mais tarde se conclui que a ameaça foi mal percebida e sem fundamento (Maluwa, 1995: 654). O conceito passou a abranger a segurança humana nas diferentes ameaças que se apresentam, definidas pelo “1994 UNDP Report - chapter 2” como relacionadas com a segurança económica, alimentar, de saúde, ambiental, pessoal, comunitária e política (ONU/PNUD, 1994: 22-46).

árdua tarefa: manter a ordem durante as eleições e reduzir a taxa de mortalidade galopante (30 mil mortos por mês) resultante dos conflitos armados” (ICG, 2006: 1).

A transição na RDC colocava então, dois enormes desafios. O primeiro relacionava-se com a realização de eleições que permitissem a substituição do Governo de União Nacional e de Transição, como premissa para regressar à paz e estabilidade ambicionadas pelo país; o segundo, era constituído pela RSS, com abertura aos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos combatentes/grupos armados que combatiam na RDC, considerados o Exército e a Polícia Nacional Congolesa (PNC).

Quando foi adoptada a Estratégia da UE para África, sublinha-se que dando prioridade à paz e à segurança, enquanto condições que conduzem a um verdadeiro desenvolvimento, reconhecia a importância e propunha-se apoiar as RSS: “Nós apoiaremos em particular... os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração assim como os programas da RSS” (UE/CE, 2005: 2).

Esse projecto de reforma [RSS] pode ser definido como “o conjunto de transformações fundamentais relativas à estrutura, regulamentação, gestão, atribuição de recursos e controlo do sector da segurança ao nível dos diferentes órgãos: exército, polícia e justiça” (ICG, 2006: 2).

Nesse sentido, o bom funcionamento da PNC, era um objectivo essencial da transição, enquanto “força encarregada de garantir a segurança e tranquilidade públicas, de manter e restabelecer a ordem, bem como da protecção próxima das altas autoridades” (Leganet, 2002)⁵⁸.

Este era o elemento essencial da mudança, já que durante vários anos, o exército e numa escala menor a polícia, tinham sido órgãos «predadores», sob o controlo de políticos, que perseguiram objectivos políticos e enriquecimento económico, perpetrando violações massivas aos direitos do homem. De acordo com o ICG, a polícia congolesa nunca tinha conseguido garantir o mínimo de ordem ou garantir a aplicação da lei” (ICG, 2006: 5).

Com base no AGI e na Constituição da Transição, que foi ratificada em 4 de Abril de 2003, o *memorandum* sobre o Exército e Forças de Segurança, assinado em 29 de Junho de 2003, previa a criação de duas unidades de polícia: um corpo de protecção (CPR) e uma Unidade de Polícia Integrada (UPI) (Sebahara, 2006).

⁵⁸ O DL 002/2002 de 26 de Janeiro de 2002 institui a PNC na RDC, organizando-se segundo o seu artigo 23º em Conselho Superior, Comissariado geral e Agrupamentos de polícia.

Capítulo I - Criação da Missão de Polícia «Eupol Kinshasa»

A assinatura do AGI, que marca o início da transição na RDC, levou a Europa a intensificar as relações com este país, ao nível do seu empenhamento no processo do reforço da segurança. Isso aconteceu através de iniciativas bilaterais entre os Estados Membros da UE e a RDC, entre a RDC e a UE/suas instituições: Conselho e Comissão Europeia, ou entre a UE/Estados Membros e outros actores da Comunidade Internacional com interesses no processo.

Apesar de nem sempre coincidirem os pontos de vista entre Conselho e Comissão Europeia relativamente ao que constitui a RSS⁵⁹, a ideia de misturar elementos civis e militares numa operação, estava consolidada. O Alto Representante da UE (HRUE), Javier Solana, incentivou este processo, de modo a que houvesse coordenação entre ambas as iniciativas (civis e militares), garantindo o sucesso das operações PESD.

Em 2003, o Governo de Transição da RDC, solicita ajuda ao HRUE, na formação de uma UPI, que contribuísse para assegurar a protecção das instituições do Estado e reforçar o aparelho de segurança interna. Em consequência, o Comité Político e de Segurança do Conselho Europeu, acordou em 15 de Dezembro de 2003, que a UE deveria apoiar esse projecto⁶⁰, numa tripla abordagem:

- a) Remodelação e reabilitação de um centro de formação e fornecimento de material de base;
- b) Formação da UPI;
- c) Serviços de acompanhamento, seguimento e orientação da UPI, após a sua formação inicial (JOUE, 2004b: 30; ICG, 2006: 8).

Assim, pela AC 2004/494/PESC do Conselho Europeu de 17 de Maio de 2004, a UE apoiou a criação da UPI em Kinshasa, na RDC (JOUE, 2004a: 42). A UPI fora criada pelo Decreto-lei 03/044 de 18 de Dezembro de 2003, sendo uma unidade da PNC, na dependência directa do Inspector-geral da PNC, de comando de oficial general, para um efectivo de 1008 polícias e com uma organização tradicional em dois agrupamentos, com companhias, pelotões

⁵⁹ A Comissão vê o problema como fazendo parte da Governação, sendo favorável a um “broad security concept, which focuses not only on the external security ... but increasingly on ... human security, both in terms of individuals’ physical security [and] the protection of their rights” enquanto o Conselho tinha uma visão mais redutora, mas defendendo igualmente a mistura de componentes civis e militares nas operações PESD (ICG, 2006: 7).

⁶⁰ Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), gerido pela Comissão Europeia (JOUE, 2004b: 30).

e secções. O primeiro agrupamento, responsável pelas honras, guarda, segurança e manutenção da ordem pública na área dos edifícios governamentais, Missões Diplomáticas e Organismos Internacionais. O segundo, responsável por fornecer as escoltas nos deslocamentos oficiais das Autoridades da Transição e manutenção da ordem nos locais por elas visitados e fornecer patrulhas conducentes à manutenção da segurança na capital. Sob decisão do Ministro do Interior poderá ainda participar em acções de manutenção e restabelecimento da Ordem Pública, em reforço das outras Unidades da PNC (UE/CE, 2006: 3) (ver o Organigrama da Unidade em Anexo XII).

Uns meses depois, a AC 2004/847/CFSP de 9 de Dezembro de 2004, criava a Missão Europeia de Polícia «Eupol-Kinshasa», primeira MGC Civil em África, no quadro da política europeia de segurança e defesa. No contexto da criação da UPI, a Missão Europeia, tinha como mandato:

“ (...) assurer des actions de suivi, d’encadrement et de conseil en ce qui concerne la mise en place et la phase initiale de lancement de l’unité de police intégrée en vue de garantir que cette unité agisse conformément à la formation reçue au centre de l’École de police et selon les meilleures pratiques internationales dans ce domaine. Ces actions sont axées sur la chaîne de commandement de l’unité de police intégrée afin de renforcer les capacités de gestion de l’unité et de suivre, d’encadrer et de conseiller les unités opérationnelles dans l’exécution de leurs missions” (JOUE, 2004b: 31).

Foi designado para chefiar a Missão, um oficial português, Adílio Ruivo Custódio, que receberia do Representante Especial da UE para a Região dos Grandes Lagos, Aldo Ajello, as orientações políticas, bem como facilidades de comunicação no terreno, com os outros actores da UE e com as autoridades locais. Depois de ter sido lançada a comissão instaladora em 03 de Fevereiro de 2005, a Missão EUPOL-Kinshasa⁶¹, com mandato de um ano, começou a trabalhar na RDC, em 12 de Abril de 2005. Constituía o efectivo da EUPOL, 23 pessoas de diferentes países, unidos pelo mesmo distintivo europeu (ecussou): 10 franceses, 6 portugueses, 2 italianos, 1 belga, 1 holandês, 1 sueco e dois representantes de outros países convidados: 1 canadiano e 1 turco (ver Organigrama da Missão Eupol em Anexo XIII).

⁶¹ A Missão EUPOL seria entretanto sucessivamente prolongada: pela AC 2005/822/PESC, até 30 de Abril de 2006; pela AC 2006/300/PESC até 31 de Dezembro de 2006 e pela AC 2006/913/PESC até 31 de Dezembro de 2007 (JOUE, 2006: 67).

1.1 Formação especializada

A UPI passou por uma formação inicial que a preparou em termos genéricos, para a acção policial de base. Como foi verificada a existência de algumas lacunas, tornou-se necessário reforçar a formação inicial, de modo a que a Unidade, pudesse estar convenientemente preparada para responder aos desafios que se lhe colocavam. Após o levantamento das necessidades, o Chefe de Missão, propôs nas suas ligações com o Alto Representante da UE para a Região dos Grandes Lagos e com as Instituições europeias, uma formação em exercício para a UPI, que nessa fase tomou o nome de formação especializada.

Ao mesmo tempo que decorria a instalação da Unidade, em lugares alternativos enquanto não estava concluída a sua Base Operacional no «Echangeur du Limete», o foco imediato, era o reforço da formação. A UE apoiara também a recuperação do centro de formação, pelo que, autorizado que foi o projecto e conseguidos os meios para avançar, tornava-se além de necessário, útil, manter a funcionar, o Centro de Formação em Kasangulu (CFK), que distava de Kinshasa cerca de 1 hora e meia de viagem, num percurso em que tinha de se considerar a segurança na deslocação.

Depois de estabelecer ligação com a Direcção do CFK e com o que restava da delegação que tinha formado inicialmente a UPI, afinando as questões da permanência no Centro, foram tomadas medidas administrativas (estadia, alimentação e pagamento da diária - perdiem, aos polícias) e foi preparada a formação, que permitia começar a tarefa de especializar a Unidade, em termos técnicos e físicos, o que aconteceu a partir de 2 de Maio de 2005. A formação, abrangia sumariamente, quatro módulos: cívico, jurídico, técnico-profissional e desportivo, que preparavam a UPI para as missões específicas que teria de realizar. Estas constituíam, por um lado, na protecção de entidades e instituições - segurança estática e por outro, nas escoltas/deslocação e protecção de entidades.

Era necessário manter bem vincados os valores de cidadania, civismo, justiça, obediência, disciplina, respeito mútuo, pelo que se introduziram aulas de Formação cívica e Deontologia, a par de outras sobre Postura em Protocolo (ligação, tratamento e comunicação com a Alta Entidade (AE); vestir, comer, agir com descrição), sem esquecer noções jurídicas de base (organização do estado, separação dos poderes, hierarquia das leis, imunidades, legítima defesa, etc.).

Em relação à segurança estática foram transmitidas e trabalhadas as noções técnicas indispensáveis, nomeadamente, em relação ao domicílio da AE (apartamento ou vivenda), o local de trabalho (escritório), cuidados nos deslocamentos e na recepção de visitas, controlo de acessos, as diferentes medidas de segurança activa e passiva e a maneira de lidar com engenhos explosivos.

Quanto às escoltas, foram analisados os conceitos e técnicas necessários em termos de planificação, organização e gestão, partindo do conhecimento da AE (hábitos, horários, personalidade, passatempos, etc), para a preparação de deslocações e escolha dos itinerários (protecção apeada e auto, itinerários principais e alternativos), embarques e desembarques no meio de transporte utilizado, segurança da deslocação (segurança imediata e segurança avançada), resposta a ataques/emboscadas, com muitos exercícios práticos e finalmente as questões logísticas no local de estadia.

Foi tido um cuidado especial com a condução de veículos, armamento e tiro (teórico e prático, utilizando diferentes armas em diferentes posições técnicas com atenção, à segurança e manuseamento profissional), socorrismo, comunicações rádio e técnicas de intervenção (utilização da força, algemas, revistas (em pessoas) e buscas (em locais)), sem esquecer a componente física que tinha de ser aprimorada, acompanhada de defesa pessoal e percursos de obstáculos.

Em 25 de Junho de 2005 terminou a formação. Nesta altura a UPI tinha já começado as missões de patrulhamento, o que implicou o acompanhamento da Unidade no terreno, por parte dos Conselheiros Técnicos da EUPOL, em funções de assistência e aconselhamento.

1.2 Acompanhamento da UPI

Em termos de actividade, havia muito a fazer. Nesse sentido, a EUPOL tinha de preparar adequadamente a UPI para as suas missões, numa dupla vertente; aconselhava tecnicamente a UPI (quer os policias no terreno quer o Estado Maior da Unidade, em matérias operacionais e também de gestão de pessoal e dos materiais) e tinha que elaborar os textos regulamentadores da Unidade.

A UPI apresentava grandes lacunas ao nível da planificação e condução das operações policiais⁶², contando com um universo de polícias de distintas origens, etnias, credos e facções, que falavam línguas e dialectos diferentes (alguns sem compreenderem mesmo o francês). Apresentava ainda, nos sectores dirigente ou intermédio, falta de hábitos enraizados de controlo⁶³ e/ou planificação, resultante de uma forma particular de viverem o presente⁶⁴.

⁶² Sem fazerem reconhecimentos anteriores à actuação, sem o material necessário e sem coordenação entre as diferentes forças intervenientes.

⁶³ Por mais simples que fossem como por exemplo não haver folhas de recepção ou entrega de material, folhas de presença ao serviço, ou relatórios de incidentes.

⁶⁴ O congolês vive essencialmente o presente, daí que depois de achar curioso que utilizem o mesmo vocábulo para se referirem a ontem e amanhã - «lobi», depois de saber como pensam e agem, compreendemos melhor o sentido dessa referência comum.

Para além destas dificuldades, as práticas congoleesas em uso são bem diferentes das europeias. Assentavam em excesso de horas de trabalho, cerca de 3000 horas de trabalho por ano, contra as práticas europeias que andam na casa das 1550. Estas, não comportavam descanso efectivo, não tinham condições aceitáveis de alimentação, nem cuidados de saúde. Somando às baixas remunerações, tudo era susceptível de provocarem revolta, fuga e incidentes, devidos à fadiga, má nutrição e falta de condições de trabalho dos polícias.

O trabalho a desenvolver, era difícil de concretizar. Tornou-se necessário explicá-lo e adaptá-lo às condições existentes de forma a não criar obstáculos à sua realização. A EUPOL propunha à UPI, possibilidades e/ou soluções, nas reuniões de trabalho (réunions hebdomadaires), realizadas na sede da Missão em Tekuma/Chanimental, ou durante os acompanhamentos e seguimento das acções da UPI, nos lugares de empenhamento da Unidade e o trabalho avançava.

Começou por ser proposta uma articulação das subunidades (companhias) da UPI, de modo a garantir os serviços de segurança fixa, escolta ou patrulha, fixando uma reserva, em paralelo com a actividade de formação, considerada a rotação de horários e o necessário repouso. Planificada a sequência de serviços a desenvolver e aceite que foi a proposta, iniciou-se uma nova fase na actividade desenvolvida, com vantagens claras para o serviço e para os polícias.

Depois desse primeiro passo, foi conseguida adicionalmente a melhoria das condições de trabalho e alimentação dos polícias da UPI, tudo fazendo com que os «mondele» (brancos/europeus), passassem a ser vistos como alguém que veio trazer melhores condições. Ganharam-se amizades (que é natural e resulta de relações de proximidade, efectivando-se, quando nos fazem bem, ou que percebemos que a partir do empenho de outrem, nos advém benefício) que trouxe abertura e permitiu bons resultados no trabalho subsequente, de organização e definição de tarefas («fiches des postes»), que correspondeu a elaborar e aplicar, para cada local e cada actividade a desenvolver, fichas de tarefa (para os níveis de direcção ou execução da Unidade), de modo a definir funções, com orientações, regras e procedimentos («consignes»).

Para os serviços de segurança fixa⁶⁵ foram definidas normas descritivas dos princípios gerais, funcionamento, comando e meios (humanos e materiais), com identificação clara das funções dos diferentes escalões, traduzidas em orientações para cada serviço/lugar, activo ou em reserva (nos escalões companhia, pelotão e secção e binómio), de postura fixa ou móvel. Foram particularizadas as situações específicas, como fossem entradas, saídas, filtragens e

⁶⁵ Feitos no Palácio do povo - Assembleia Nacional (AN) e Senado; Comissão Eleitoral Independente (CEI); Supremo Tribunal de Justiça (STJ); Procuradoria Geral da República (PGR) e Tribunal Penal Internacional (TPI).

sectores de vigilância, perímetros de segurança interior e exterior, medidas de protecção activa e passiva, croquis do lugar, listas de autorizações de circulação, conduta a ter em caso de descoberta de embrulhos suspeitos e relatório de actividade do dia.

Para os serviços de escoltas⁶⁶, definiram-se normas descritivas gerais adaptadas à especificidade da actividade em causa, relativas a cada dispositivo com um, dois, três ou mais veículos de escolta, particularizando as situações de resposta em caso de emboscada.

Relativamente aos serviços de patrulha na capital (ver em Anexo XIV um plano de Kinshasa), definiram-se as normas gerais adaptadas à actividade, particularizando os sectores e a necessária atenção aos diferentes tipos de ameaça.

Comuns a todas as actividades, foram elaboradas as Regras de Empenhamento Operacional (ROE - «Règles d'Engagement») da Unidade, bem como o Manual Técnico de Funcionamento e Actuação (Règlement d'Emploi), que reuniu em vários volumes as normas relativas ao quadro jurídico, missões, organização, categorias, funções, direitos e obrigações, formação e material de dotação, correspondentes ao funcionamento e à actuação da Unidade. Foi ainda concebido, o Cartão de Polícia da UPI («Badge») e foi feito o recenseamento dos polícias da Unidade.

Paralelamente, depois de terem sido iniciadas em 26 de Abril de 2005, com financiamento da União Europeia e execução da Célula de Infra-estruturas do Ministério das Obras Públicas congolês, foram acompanhadas as obras de renovação e adequação da torre de Kinshasa a sede/base operacional da UPI «Échangeur du Limete». Instalou-se a Unidade (polícias, materiais, equipamento e armamento) com cerimónia oficial de remissão das chaves à UPI em 8 de Novembro de 2005, na presença do Ministro do Interior da RDC e redigiram-se as normas de segurança a considerar, que constituíram o Plano de Segurança, sem esquecer as instruções de utilização de meios (quadros eléctricos, distribuidores de corrente, geradores, ar condicionado, etc.).

A 14 de Junho tinham sido iniciadas as patrulhas e a 19 de Junho foi feita uma demonstração de força/meios em Kinshasa (percorrendo os bairros mais sensíveis da capital). A 27 de Junho foi feita a escolta ao Presidente da Comissão Europeia - Dr. Durão Barroso, em visita a Kinshasa (onde o trânsito entre o aeroporto e a cidade numa distância de 22 km é caótico) e passado esse teste, a 30 de Junho a UPI, teria a sua primeira prova de fogo, por ocasião de mais um aniversário da Independência, com o debate político ao rubro e com as eleições como pano de fundo. Estavam previstas manifestações políticas, chegando informações da possibilidade de ataques e conseqüente confrontação violenta nas ruas,

⁶⁶ Feitas ao Presidente da CEI; Presidente da AN; Presidente do Senado; Presidente do STJ e Procurador Geral da República.

especialmente na zona do «Palais du Peuple». A UPI, sob orientação da EUPOL, garantiu a segurança do Palácio do Povo (Assembleia Nacional e Senado) e zonas envolventes, perante uma massa humana de milhares de pessoas que se manifestavam e provocavam tumultos.

A intervenção da UPI ao nível da manutenção da ordem pública, foram executadas com um profissionalismo de enaltecer (emprego de meios não letais e resposta adequada à ameaça) e suscitaram elogios por parte das autoridades congoleesas: “le Ministre m’a fait part de sa grande satisfaction pour la réussite de la mission de l’UPI pendant la journée du 30 juin ou a fait montre d’une conscience professionnelle et d’une disponibilité très appréciées et moi même je suis fière de voir l’EUPOL aux côtés de ma police pour les aider dans leur parcours professionnel” (Inspector Geral da PNC, 2005) e reconhecimento no exterior: “Police made a generally positive showing during the demonstrations on 30 June 2005, when they put down street protests and dispersed the crowd” (ICG, 2006: 10).

A 9 de Julho de 2005, por ocasião de uma manifestação não autorizada da UDPS (este partido não reconhecia as instâncias da Transição nem o processo eleitoral), que concentrou igualmente milhares de pessoas, a UPI deu nova prova de eficácia e desempenho profissional, ao controlar com sucesso, os problemas que se colocaram.

Promovendo a interligação com outras forças da PNC, foi planificado e teve execução em 9 de Setembro de 2005, um exercício conjunto com a Polícia de Intervenção Rápida, no Complexo Desportivo de Kinshasa («Stade des Martyres») com simulação de fortes protestos da oposição política aos Ministros do Governo da RDC, que assistiam a um encontro de futebol entre selecções (desporto que move muitas paixões na RDC) e que redundou em tumultos, com alteração grave da ordem pública. Este exercício serviu para formação prática no terreno, articular forças e facilitar as ligações necessárias.

1.3 Formação complementar

Em finais de 2005, os Regulamentos da UPI estavam concluídos e aprovados pelo Governo da RDC. A UPI continuava a cumprir a sua missão, já dispunha de instalações próprias e não podia ser descurada a formação. Tornava-se necessário por um lado, reciclar, já que havia indícios de numa ou outra situação, existirem respostas de menor empenho, menor atitude e alguma displicência, que chegavam nos relatórios de Observação dos Conselheiros EUPOL. Por outro lado, era também importante, complementar a formação já tida. Atento a essa evidência, o Chefe de Missão EUPOL com o seu Estado-maior, organizou a formação complementar para ter início em 2006, voltada para a actualização de conhecimentos e integração dos conteúdos específicos do «Réglement d’Emploi» da UPI.

Importava ainda, começar o trabalho de formação de formadores, ao nível dos elementos mais capazes, no seio da UPI, promovendo assim a auto-suficiência da Unidade em termos de formação.

Noutro prisma, era importante, que os polícias da UPI, na sua evolução, começassem a apreender noções de protecção de menores e protecção de testemunhas, género, direitos do homem e sensibilização ao VIH/SIDA (uma das pragas de saúde na RDC).

Para os quadros de Estado-maior da UPI, a incidência especial da formação, estava centrada nas matérias de Comando e Chefia, Planificação de Operações, Informações, Administração geral, Logística e Informática.

Para as companhias, pelotões e secções, a formação centrava-se no quadro jurídico, com atenção à Deontologia profissional e ROE, Tática de Ordem Pública, Comando e Chefia, Transmissões, Armamento, Técnicas de Rappel, Segurança estática e móvel (adequada a cada um dos Agrupamentos da UPI), planeando e executando exercícios práticos no terreno, em acções concretas de patrulha, fiscalização, segurança ou escolta.

Sumariamente, pretendia-se com esta formação introduzir novas matérias no universo prático da actividade da UPI e o conhecimento aprofundado do Manual Técnico de Actuação da Unidade, conseguindo nomeadamente:

- Familiarização com o quadro jurídico de referência;
- Cimentar dos conhecimentos profissionais nos domínios de comando e direcção;
- Acentuar os conhecimentos profissionais quanto à planificação operacional, manutenção da ordem, segurança estática e protecção de pessoas escoltadas;
- Aprender a graduar a intervenção com adequação do uso do equipamento segundo as exigências da intervenção;
- Adquirir hábitos de manuseamento das armas que permitam uma actuação controlada;
- Conhecer ferramentas que permitam um controlo administrativo eficaz;
- Assegurar a boa gestão e controlo do material e equipamento disponível;
- Conseguir uma ligação articulada entre os diferentes escalões operacionais;
- Permitir aos polícias da UPI, mais capacidade para a actuação, ao mesmo tempo que se lhes garantia um novo «perdiem» para as muitas necessidades que manifestavam.

Com a formação recebida, a UPI ficou mais forte e preparada para o desafio das eleições que se realizaram em Julho de 2006 e reconduziram o Presidente da transição, Joseph Kabila. Houve necessidade de uma segunda volta, mas como tudo decorreu sem incidentes de maior, ficou demonstrado o sucesso da formação, apoio e aconselhamento que foi dispensado pela EUPOL à Unidade.

Conclusão

Relativamente ao conflito, vinca-se que a revolta étnica (prevenção de genocídio dos *banyamulenge*), a guerra civil, a guerra de libertação e a segurança de fronteiras comuns, foram alguns dos diferentes argumentos avançados pelas partes em litígio, para acima do restante, mascarar interesses económicos, num conflito que foi mortífero e causador de inúmeros problemas.

Mesmo sendo globalmente possuidores de enormes riquezas, os países africanos têm dificuldades em rentabilizar os recursos naturais de que dispõem. Tais riquezas potenciam conflitos que originam e/ou intensificação situações de pobreza e situações humanitárias dramáticas, como aconteceu na RDC.

Neste país, os conflitos armados que deixaram um rasto de destruição nomeadamente nas infra-estruturas e na grave situação humanitária que causaram, a forte pendência de economia informal, o elevado nível de corrupção e as práticas de fraca governação, são os grandes responsáveis pela manutenção do ambiente de instabilidade e de insegurança e, conseqüentemente, da pobreza e dos atrasos no desenvolvimento.

Embora as relações Europa - África, sejam marcadas em grande parte pela colonização, depois da fase da exploração directa dos recursos africanos pela Europa, vinga nos dias de hoje, uma fase de cooperação, com vantagens mútuas. A “European Security Strategy” legitimou as intervenções da UE em países terceiros e ao mesmo tempo que sustentou a afirmação da Europa como actor global, considerou África uma prioridade motivando o desenvolvimento dos meios e das capacidades necessárias.

No caminho para a democratização são determinantes a paz e a estabilidade. Não há paz e desenvolvimento sem segurança (pilar essencial da sociedade). Foi nesta vertente que a União Europeia teve uma acção de apoio ao processo de democratização na RDC, traduzida na intervenção da Missão Eupol-Kinshasa no país, com o apoio dado à formação e ao seguimento operacional da UPI.

Para concluir este trabalho, como iniciamos, referimos a experiência pessoal que no terreno entre Março de 2005 e Dezembro de 2006, o que nos permite evidenciar situações que no nosso entender, devem merecer das instâncias políticas decisoras, alguma atenção. De acordo com a nossa análise, houve alguns desencontros nas situações que enunciamos a seguir, deixando desta forma o nosso contributo, no alerta que fazemos.

Foi patente, um certo distanciamento, entre os parceiros bilaterais, nomeadamente quando envolvidos em diferentes projectos. Referimo-nos concretamente ao projecto da Polícia de Intervenção Rápida, com formação angolana e sul-africana, mas num projecto de liderança francesa, quando simultaneamente a França também integrava o projecto EUPOL (formação da UPI); ou seja, dois projectos em que o mesmo país estava envolvido, mas em que o posicionamento era distinto, parecendo, que eram defendidos valores diferentes e não integrados na mesma necessidade (que era a formação de unidades policiais da RDC, no âmbito da RSS).

Já no relacionamento entre actores (referência ao projecto ONU/MONUC/PNC versus UE/EUPOL/UIPI) foi evidente a dificuldade de relacionamento operacional, atendendo às diferenças de mandato, de regras de empenhamento e até de posicionamento institucional.

Por outro lado, foi enorme a dificuldade de resposta das Autoridades Congolesas, nas parcerias instituídas, devido a funcionamento inadequado, carência de meios ou hábitos enraizados. A decisão era sempre muito demorada, o que se traduzia em grande dificuldade na aplicação de medidas que importava implementar.

Para além destes problemas, houve outros constrangimentos que se traduziram em bloqueios, devido às regras de cada Instituição. Concretamente, o Banco Mundial proíbe a utilização dos seus recursos para fazer pagamentos a militares (isto conduz sempre a adaptações e promove estruturas menores que aquelas que são necessárias) levando à proliferação de doadores, o que por sua vez, origina dificuldade na coordenação e gestão dos programas, que assim se tornam múltiplos. Noutro exemplo, a UE proíbe a utilização dos seus recursos para adquirir armas ou munições (o que promove claramente dificuldades na implementação do funcionamento normal das Unidades de polícia que são apoiadas, conduzindo igualmente ao problema enunciado de proliferação de doadores e dificuldade de coordenação/gestão dos programas).

Apesar do quadro descrito, a UE através da Missão Eupol-Kinshasa, respondeu com sucesso, ao desafio de formar, enquadrar e aconselhar a UPI, de modo a que aquela Unidade policial, conseguisse assegurar a protecção das autoridades da transição, o funcionamento das Instituições e o normal desenrolar das eleições. Estas tarefas foram importantes no desenvolvimento do processo de democratização na RDC, trazendo ao país e ao continente uma nova esperança, vistas as eleições livres, tal como argumenta Torres, como um indicador esperançoso de democracia (Torres, 2008: 69).

Queiram as pessoas e a obra de construção democrática pode acontecer.

Anexos

Anexo I

Índice de Desenvolvimento Humano de 2010

Legenda dos países

Classificação do IDH de 2010 e variação na classificação entre 2005 e 2010

Afganistão	155 ↑ 1	Egipto	101 ↑ 2	Madagáscar	135 ↓ 2	Sudão	154 ↓
África do Sul	110 ↓ 6	El Salvador	90	Malásia	57 ↓ 2	Suécia	9 ↓
Albânia	64 ↓ 1	Emirados Árabes Unidos	32 ↑ 5	Malawi	153	Suiça	13
Alemanha	10 ↓ 1	Equador	77 ↓ 2	Maldivas	107 ↑ 4	Suriname	94 ↓
Andorra	30 ↑ 2	Eslóvaquia	31 ↑ 5	Mali	160 ↑ 2	Tailândia	92 ↑
Angola	146 ↑ 2	Eslóvenia	29	Malta	33 ↓ 3	Tajiquistão	112
Antiga República Jugoslava da Macedónia	71 ↑ 1	Espanha	20 ↑ 1	Marrocos	114 ↑ 1	Tanzânia (República Unida da)	148 ↑
Árabia Saudita	55 ↓ 2	Estados Unidos da América	4	Maurícia	72 ↓ 2	Timor-Leste	120 ↑
Argélia	84 ↑ 1	Estónia	34 ↓ 3	Mauritânia	136	Togo	139 ↓
Argentina	46 ↑ 4	Etiópia	157 ↑ 3	México	56 ↓ 2	Tonga	85 ↓
Arménia	76	Federação Russa	65 ↑ 3	Mianmar	132 ↑ 6	Trindade e Tobago	59 ↑
Austrália	2	Fiji	86 ↓ 9	Micronésia (Estados Federados da)	103 ↓ 5	Tunísia	81 ↑
Áustria	25 ↓ 1	Filipinas	97 ↓ 2	Moçambique	165	Turquemenistão	87
Azerbaijão	67 ↑ 16	Finlândia	16 ↓ 2	Moldávia (República da)	99	Turquia	83 ↓
Bahamas	43 ↓ 3	França	14 ↑ 5	Mongólia	100 ↑ 2	Ucrânia	69 ↓
Bangladesh	129 ↑ 1	Gabão	93 ↑ 1	Montenegro	49 ↓ 1	Uganda	143 ↑
Barbados	42 ↓ 1	Gâmbia	151 ↓ 1	Namíbia	105 ↑ 2	Uruguai	52
Barém	39 ↓ 1	Gana	130 ↓ 2	Nepal	138 ↑ 5	Uzbequistão	102 ↓
Bélgica	18 ↓ 1	Geórgia	74 ↓ 3	Nicarágua	115 ↓ 2	Venezuela (República Bolivariana da)	75 ↑
Belize	78 ↓ 9	Grécia	22 ↑ 3	Níger	167 ↓ 1	Vietname	113 ↑
Benim	134	Guatemala	116	Nigéria	142	Zâmbia	150 ↑
Bielorrússia	61 ↑ 1	Guiana	104 ↑ 1	Noruega	1	Zimbabué	169
Bolívia (Estado Plurinacional da)	95 ↓ 3	Guiné	156 ↓ 1	Nova Zelândia	3		
Bósnia-Herzegovina	68 ↓ 4	Guiné Equatorial	117 ↑ 1	Países Baixos	7 ↑ 3		
Botswana	98 ↑ 2	Guiné-Bissau	164 ↓ 1	Panamá	54 ↑ 4		
Brasil	73	Haiti	145 ↓ 6	Papua Nova-Guiné	137		
Brunei Darussalam	37 ↓ 4	Honduras	106	Paquistão	125 ↓ 2		
Bulgária	58 ↓ 1	Hong Kong, China (RAE)	21 ↑ 2	Paraguai	96		
Burkina Faso	161	Hungria	36 ↓ 1	Peru	63 ↑ 4		
Burundi	166 ↑ 1	Iémen	133 ↑ 8	Polónia	41 ↑ 3		
Cabo Verde	118 ↓ 1	Índia	119 ↑ 1	Portugal	40 ↑ 3		
Camarões	131 ↓ 2	Indonésia	108 ↑ 2	Qatar	38 ↓ 4		
Camboja	124 ↑ 1	Irão (República Islâmica do)	70 ↑ 10	Quênia	128 ↓ 1		
Canadá	8	Irlanda	5	Quirguizista	109		
Cazaquistão	66 ↓ 1	Islândia	17 ↓ 10	Reino Unido	26 ↓ 4		
Chade	163 ↓ 6	Israel	15	República Centro-Africana	159 ↓ 1		
Chile	45 ↑ 2	Itália	23 ↑ 4	República Checa	28 ↓ 2		
China	89 ↑ 8	Jamaica	80 ↓ 6	República Dominicana	88		
Chipre	35 ↑ 4	Japão	11 ↑ 1	Roménia	50 ↑ 1		
Colômbia	79 ↑ 2	Jordânia	82 ↑ 2	Ruanda	152 ↑ 2		
Comores	140 ↓ 8	Kuwait	47 ↓ 2	Salomão (Ilhas)	123 ↓ 4		
Congo	126 ↓ 4	Laos (República Popular Democrática do)	122 ↑ 4	São Tomé e Príncipe	127 ↓ 3		
Congo (República Democrática do)	168	Lesoto	141 ↓ 1	Senegal	144		
Coreia (República da)	12 ↑ 8	Letónia	48 ↓ 2	Serra Leoa	158 ↑ 1		
Costa do Marfim	149 ↓ 4	Libéria	162 ↑ 2	Sérvia	60 ↓ 1		
Costa Rica	62 ↓ 1	Libia, Jamahiriya Árabe	53 ↑ 3	Singapura	27 ↑ 1		
Cróacia	51 ↓ 2	Liechtenstein	6 ↑ 5	Síria, República Árabe	111 ↓ 3		
Dinamarca	19 ↓ 3	Lituânia	44 ↓ 2	Sri Lanka	91		
Djibuti	147 ↓ 1	Luxemburgo	24 ↓ 6	Suazilândia	121		

NOTA

As setas indicam movimento ascendente ou descendente na classificação dos países ao longo do período 2005-2010 usando dados e metodologia consistentes, exceto que um espaço em branco indica

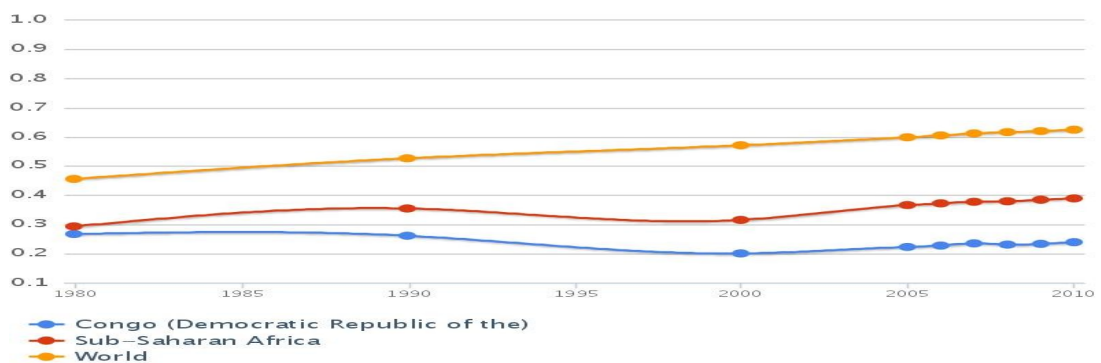
A1 - Indicadores que contribuem para o IDH 2010 (comparativo)

Saúde		Comparativo	
Indicador	RDC	Portugal	Noruega
Incidencia de la desnutrición (% de la población)	75	<5	<5
Gasto público en salud (% del PIB)	1.2	7,1	7,5
Tasa de mortalidad de niños menores de cinco años (por cada 1.000 nacidos vivos)	199	4	4
Esperanza de vida al nacer. (años)	48.0	79.1	81.0
Educação			
Indicador	Valor		
Tasa bruta de matriculación (%)	48.2	88.8	98.6
Años de educación promedio (años)	3.8	8.0	12.6
Rendibilidade			
Indicador	Valor		
PIB (producto interno bruto) per cápita (PPA en US\$ de 2008)	327	23.019	58.278
Consumo privado per capita (US\$)	154	12.633	19.969
Desigualdade			
Indicador	Valor		
Coefficiente de Gini, ingresos	44.4	...	25.8
Índice de educación ajustado por la desigualdad	0.244	0.670	0.919
Índice de ingresos ajustado por la desigualdad	0.070	0.575	0.788
Índice de Desarrollo Humano, ajustado por la igualdad	0.153	0.700	0.876
Pobreza			
Indicador	Valor		
Índice de pobreza multidimensional	0.393
Intensidad de la carencia	53.7
Pobreza multidimensional, incidencia (% de la población)	73.2
Población bajo la línea de pobreza de ingresos (%)	59,22
Género			
Indicador	Valor		
Tasa de mortalidad materna (muertes maternas por cada 100.000 nacidos vivos)	1.100	11	7
Población con al menos educación secundaria completa, relación mujer/hombre	0.295	1.019	1.002
Tasa de fecundidad entre adolescentes (mujeres de entre 15 y 19 años) (la cantidad de partos por cada 1.000 mujeres entre 15 y 19 años)	201.4	16.5	8.6
Índice de desigualdad de género	0.814	0.310	0.234
Proporción en escaños en el parlamento: relación mujer/hombre.	0.084	0.382	0.620
Tasa de mortalidad maternal (muertes maternas por cada 100.000 nacidos vivos)	670	7	7

Índice de Desigualdad de Género, valor (actualizado)	0.802	0.303	0.234
Sustentabilidade			
Indicador	Valor		
Área protegida (% de área terrestre)	10.0	5.9	14.4
Ahorro neto ajustado (% del INB)	-2.5	4.1	16.2
Segurança das pessoas			
Indicador	Valor		
Refugiados por país de origen (miles)	368.0	0.00	0.00
Taxa de Desemprego	...	12,5 (2011)	2.06 (2008)
Taxa de Homicídios	...	1.2	0.6
Taxa de Roubos	...	195	34
Índices compostos			
Indicador	Valor		
Índice de pobreza multidimensional	0.393
Índice de Desarrollo Humano (IDH)	0.239	0.795	0.938
Índice de desigualdad de género	0.814	0.310	0.234
Índice de Desarrollo Humano, ajustado por la igualdad	0.153	0.700	0.876

A 2 - Evolução Índice de Desenvolvimento Humano (1980-2010)

Índice de Desenvolvimento Humano	Ano	RDC	África Subsaariana	Mundo
	1980	0.267	0.293	0.455
	1990	0.261	0.354	0.526
	2000	0.201	0.315	0.570
	2005	0.223	0.366	0.598
	2006	0.227	0.372	0.604
	2007	0.235	0.377	0.611
	2008	0.231	0.379	0.615
	2009	0.233	0.384	0.619
	2010	0.239	0.389	0.624



Fonte: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_indicators.pdf

Anexo II

A - Cálculo dos Índices Globais de Fome (1990-2010)

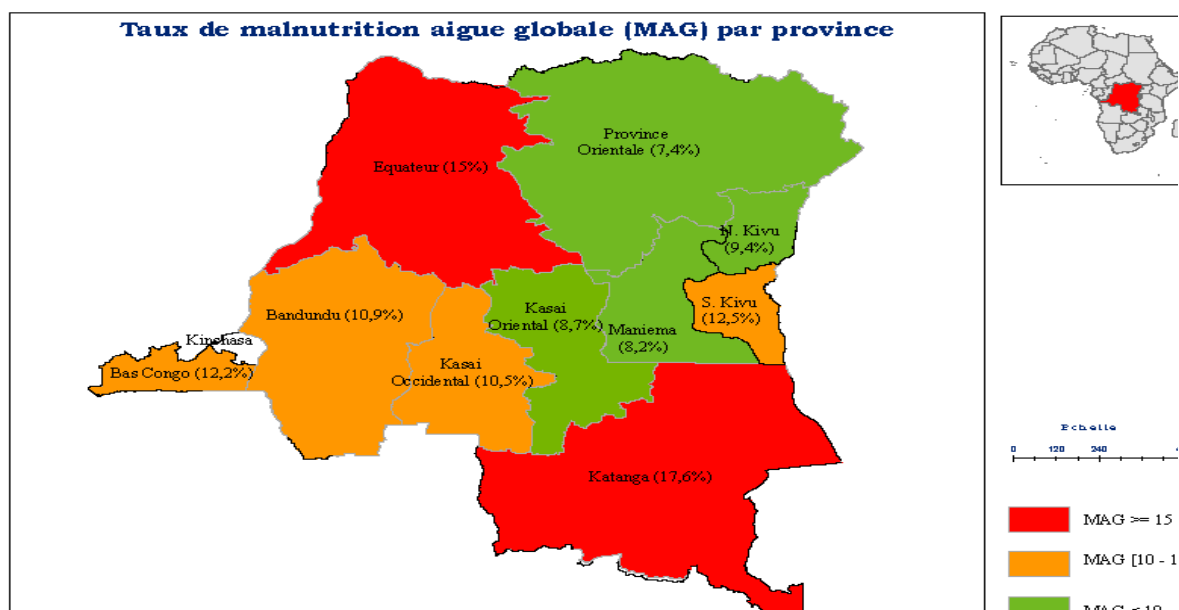
Country	Proportion of undernourished in the population (%)		Prevalence of underweight in children under five years (%)		Under five mortality rate (%)		GHI	
	1990-92	2004-06	1988-92	2003-08	1990	2008	1990	2010
Albania	11,0	5,0	10,6	6,6	4,6	1,4	8,7	<5
Algeria	4,0	3,0	8,0	3,0	6,4	4,1	6,1	<5
Angola	66,0	44,0	29,8	15,5	26,0	22,0	40,6	27,2
Argentina	1,0	1,0	3,5	2,3	2,9	1,6	<5	<5
Armenia	-	23,0	3,7	4,2	5,6	2,3	-	9,8
Azerbaijan	-	11,0	10,6	8,4	9,8	3,6	-	7,7
Bangladesh	36,0	26,0	56,5	41,3	14,9	5,4	35,8	24,2
Belarus	-	2,0	2,4	1,3	2,4	1,3	-	<5
Benin	28,0	19,0	25,7	20,2	18,4	12,1	24,0	17,1
Bolivia	24,0	23,0	9,7	4,3	12,2	5,4	15,3	10,9
Bosnia and Herzegovina	-	3,0	3,5	1,6	2,3	1,5	-	<5
Botswana	20,0	26,0	18,0	8,4	5,0	3,1	14,3	12,5
Brazil	10,0	6,0	6,1	2,2	5,6	2,2	7,2	<5
Bulgaria	4,0	8,0	2,5	2,2	1,8	1,1	<5	<5
Burkina Faso	14,0	9,0	33,9	37,4	20,1	16,9	22,7	21,1
Burundi	44,0	63,0	32,4	35,0	18,9	16,8	31,8	38,3
Cambodia	38,0	25,0	44,7	28,8	11,7	9,0	31,5	20,9
Cameroon	34,0	23,0	18,0	16,6	14,9	13,1	22,3	17,6
Central African Republic	47,0	41,0	25,3	24,0	17,8	17,3	30,0	27,4
Chad	59,0	38,0	33,8	33,9	20,1	20,9	37,6	30,9
Chile	7,0	2,0	1,1	0,5	2,2	0,9	<5	<5
China	15,0	10,0	15,3	6,0	4,6	2,1	11,6	6,0
Colombia	15,0	10,0	8,8	5,1	3,5	2,0	9,1	5,7
Comoros	40,0	51,0	16,2	22,1	12,8	10,5	23,0	27,9
Congo, Dem. Rep.	29,0	75,0	25,2	28,2	19,9	19,9	24,7	41,0
Congo, Rep.	40,0	21,0	16,9	11,8	10,4	12,7	22,4	15,2
Costa Rica	3,0	4,0	2,5	1,1	2,2	1,1	<5	<5
Côte d'Ivoire	15,0	14,0	18,1	16,7	15,0	11,4	16,0	14,0
Croatia	-	3,0	0,5	0,2	1,3	0,6	-	<5
Cuba	5,0	1,0	4,5	3,5	1,4	0,6	<5	<5
Djibouti	60,0	31,0	20,2	30,1	12,3	9,5	30,8	23,5
Dominican Republic	27,0	21,0	8,4	3,4	6,2	3,3	13,9	9,2
Ecuador	24,0	13,0	9,5	6,2	5,3	2,5	12,9	7,2
Egypt, Arab Rep.	3,0	3,0	9,1	6,8	9,0	2,3	7,0	<5
El Salvador	9,0	10,0	11,1	5,8	6,2	1,8	8,8	5,9
Eritrea	-	66,0	-	35,3	15,0	5,8	-	35,7
Estonia	-	4,0	6,1	1,2	1,8	0,6	-	<5

Ethiopia	71,0	44,0	39,2	34,6	21,0	10,9	43,7	29,8
Fiji	8,0	3,0	7,7	4,4	2,2	1,8	6,0	<5
Gabon	5,0	3,0	8,8	8,4	9,2	7,7	7,7	6,4
Gambia, The	20,0	29,0	17,3	15,8	15,3	10,6	17,5	18,5
Georgia	-	12,0	1,6	2,3	4,7	3,0	-	5,8
Ghana	34,0	8,0	24,4	14,3	11,8	7,6	23,4	10,0
Guatemala	14,0	16,0	23,6	16,5	7,7	3,5	15,1	12,0
Guinea-Bissau	20,0	31,0	18,6	17,2	24,0	19,5	20,9	22,6
Guyana	18,0	6,0	16,4	10,8	8,8	6,1	14,4	7,6
Haiti	63,0	58,0	22,5	18,9	15,1	7,2	33,5	28,0
Honduras	19,0	12,0	15,8	8,6	5,5	3,1	13,4	7,9
India	24,0	22,0	59,5	43,5	11,6	6,9	31,7	24,1
Indonesia	19,0	16,0	31,0	19,6	8,6	4,1	19,5	13,2
Iran, Islamic Rep.	3,0	4,0	16,0	4,4	7,3	3,2	8,8	<5
Iraq	-	-	10,4	7,1	5,3	4,4	-	-
Jamaica	11,0	5,0	5,2	2,2	3,3	3,1	6,5	<5
Jordan	3,0	3,0	4,8	3,5	3,8	2,0	<5	<5
Kazakhstan	-	1,0	2,7	4,9	6,0	3,0	-	<5
Kenya	33,0	30,0	17,4	16,5	10,5	12,8	20,3	19,8
Kuwait	20,0	4,0	6,8	2,5	1,5	1,1	9,4	<5
Kyrgyz Republic	-	3,0	4,8	2,7	7,5	3,8	-	<5
Liberia	30,0	38,0	16,9	20,4	21,9	14,5	22,9	24,3
Libya	1,0	2,0	4,1	5,6	3,8	1,7	<5	<5
Lithuania	-	0,0	2,5	1,3	1,6	0,7	-	<5
Macedonia, FYR	-	4,0	2,8	2,0	3,6	1,1	-	<5
Malaysia	2,0	2,0	22,1	7,0	1,8	0,6	8,6	<5
Mali	14,0	10,0	33,5	27,9	25,0	19,4	24,2	19,1
Mexico	5,0	4,0	13,9	3,4	4,5	1,7	7,8	<5
Moldova	-	6,0	3,6	3,2	3,7	1,7	-	<5
Mongolia	30,0	29,0	10,8	5,3	9,8	4,1	16,9	12,8
Montenegro	-	9,0	-	2,2	1,5	0,8	-	<5
Morocco	5,0	4,0	8,1	9,9	8,8	3,6	7,3	5,8
Mozambique	59,0	37,0	28,4	21,2	24,9	13,0	37,4	23,7
Myanmar	44,0	17,0	32,5	29,6	12,0	9,8	29,5	18,8
Namibia	29,0	19,0	21,5	17,5	7,2	4,2	19,2	13,6
Nigeria	15,0	8,0	35,1	26,7	23,0	18,6	24,4	17,8
North Korea	21,0	32,0	22,0	20,6	5,5	5,5	16,2	19,4
Pakistan	22,0	23,0	39,0	25,3	13,0	8,9	24,7	19,1
Panama	18,0	17,0	8,8	4,3	3,1	2,3	10,0	7,9
Paraguay	16,0	12,0	2,8	3,0	4,2	2,8	7,7	5,9
Peru	28,0	13,0	8,8	5,4	8,1	2,4	15,0	6,9
Philippines	21,0	15,0	29,9	20,7	6,1	3,2	19,0	13,0
Romania	3,0	0,0	5,0	2,8	3,2	1,4	<5	<5
Russian Federation	-	2,0	2,5	1,6	2,7	1,3	-	<5
Rwanda	45,0	40,0	24,3	18,0	17,4	11,2	28,9	23,1
Saudi Arabia	2,0	1,0	12,2	5,3	4,3	2,1	6,2	<5

Senegal	28,0	25,0	19,6	14,5	14,9	10,8	20,8	16,8
Serbia	-	9,0	-	1,8	2,9	0,7	-	<5
Sierra Leone	45,0	46,0	25,4	21,3	27,8	19,4	32,7	28,9
Slovak Republic	-	4,0	8,5	0,8	1,5	0,8	-	<5
South Africa	6,0	5,0	10,3	10,1	5,6	6,7	7,3	7,3
Sri Lanka	27,0	21,0	33,4	21,1	2,9	1,5	21,1	14,5
Sudan	31,0	20,0	35,9	31,7	12,4	10,9	26,4	20,9
Tajikistan	-	26,0	10,0	15,0	11,7	6,4	-	15,8
Tanzania	28,0	35,0	25,1	16,7	15,7	10,4	22,9	20,7
Thailand	29,0	17,0	17,2	7,0	3,2	1,4	16,5	8,5
Timor-Leste	-	23,0	-	44,6	18,4	9,3	-	25,6
Togo	45,0	37,0	23,5	20,5	15,0	9,8	27,8	22,4
Tunisia	1,0	1,0	9,1	3,3	5,0	2,1	5,0	<5
Turkey	1,0	2,0	8,6	2,6	8,4	2,2	6,0	<5
Turkmenistan	-	6,0	13,4	8,0	9,9	4,8	-	6,3
Uganda	19,0	15,0	19,7	16,4	18,6	13,5	19,1	15,0
Ukraine	-	2,0	1,6	0,6	2,1	1,6	-	<5
Uruguay	5,0	2,0	6,6	6,0	2,4	1,4	<5	<5
Uzbekistan	-	13,0	9,3	4,4	7,4	3,8	-	7,1
Venezuela, RB	10,0	12,0	6,7	4,4	3,2	1,8	6,6	6,1
Vietnam	28,0	13,0	40,7	20,2	5,6	1,4	24,8	11,5
Yemen, Rep.	30,0	32,0	47,7	43,1	12,7	6,9	30,1	27,3
Zambia	40,0	45,0	19,5	14,9	17,2	14,8	25,6	24,9
Zimbabwe	40,0	39,0	8,0	14,0	7,9	9,6	18,6	20,9

Fonte: <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ghi10.pdf>

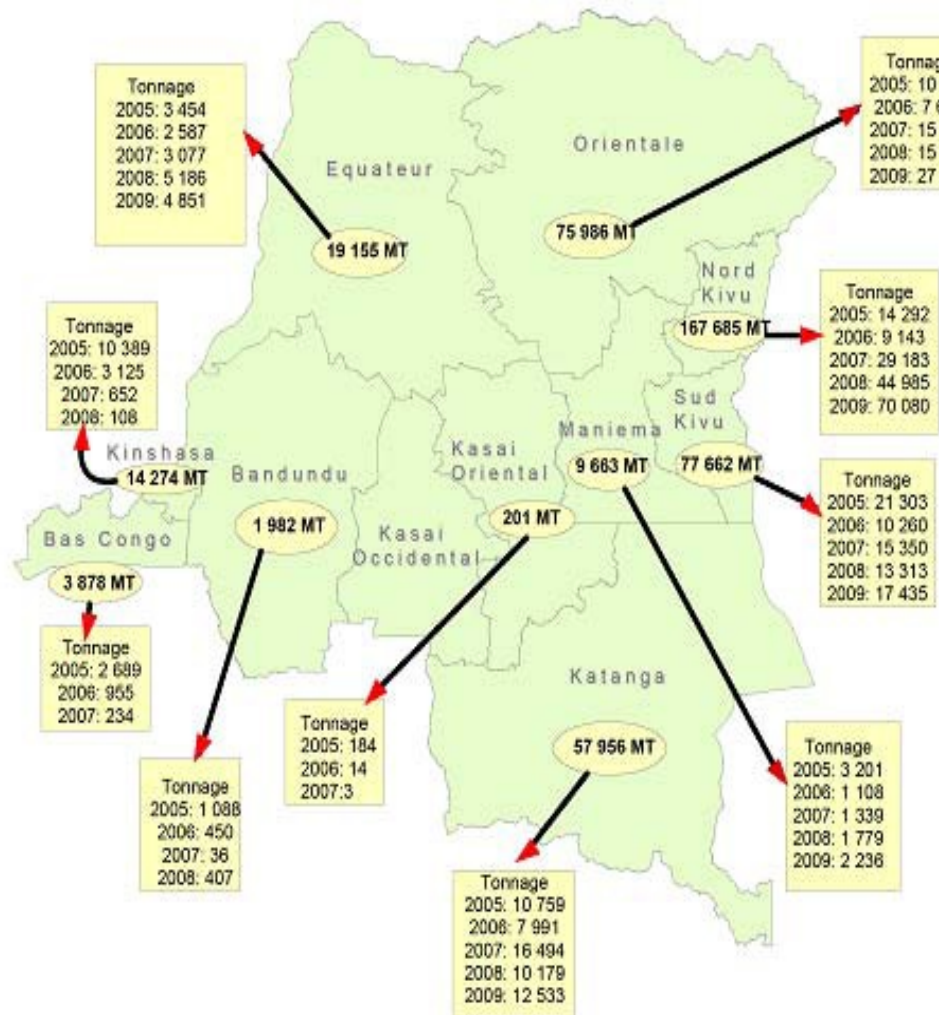
B - Taxa de má nutrição severa por província na RDC



Fonte: <http://home.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp186366.pdf>

Anexo III

Ajuda distribuída por ano / província na RDC



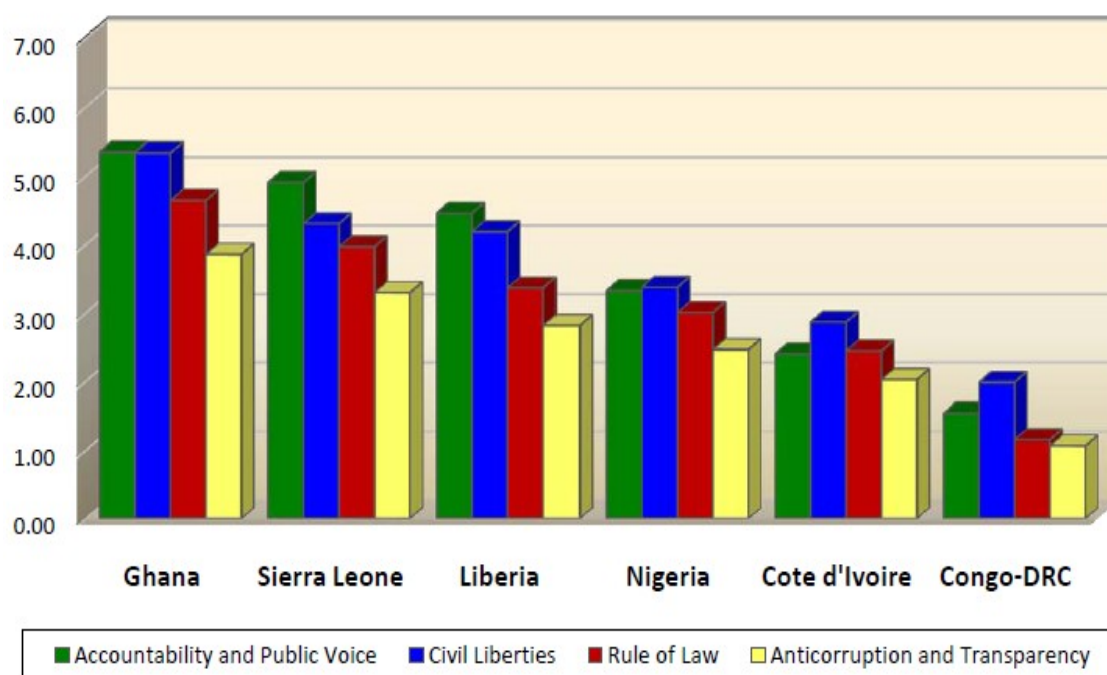
Produced by VAM DRC
19 July 2010

Fonte: http://www.usaid.gov/our_work/humanitarian_assistance/ffp/fy2011.drcbest.pdf

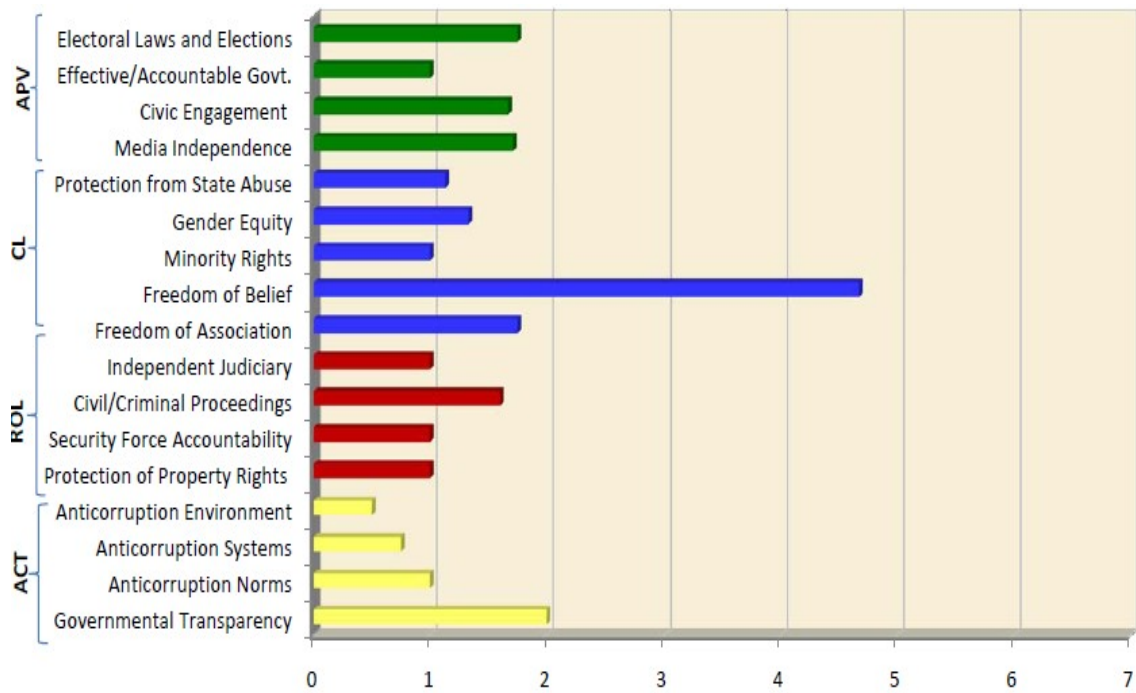
Anexo IV

Estado de direito da RDC

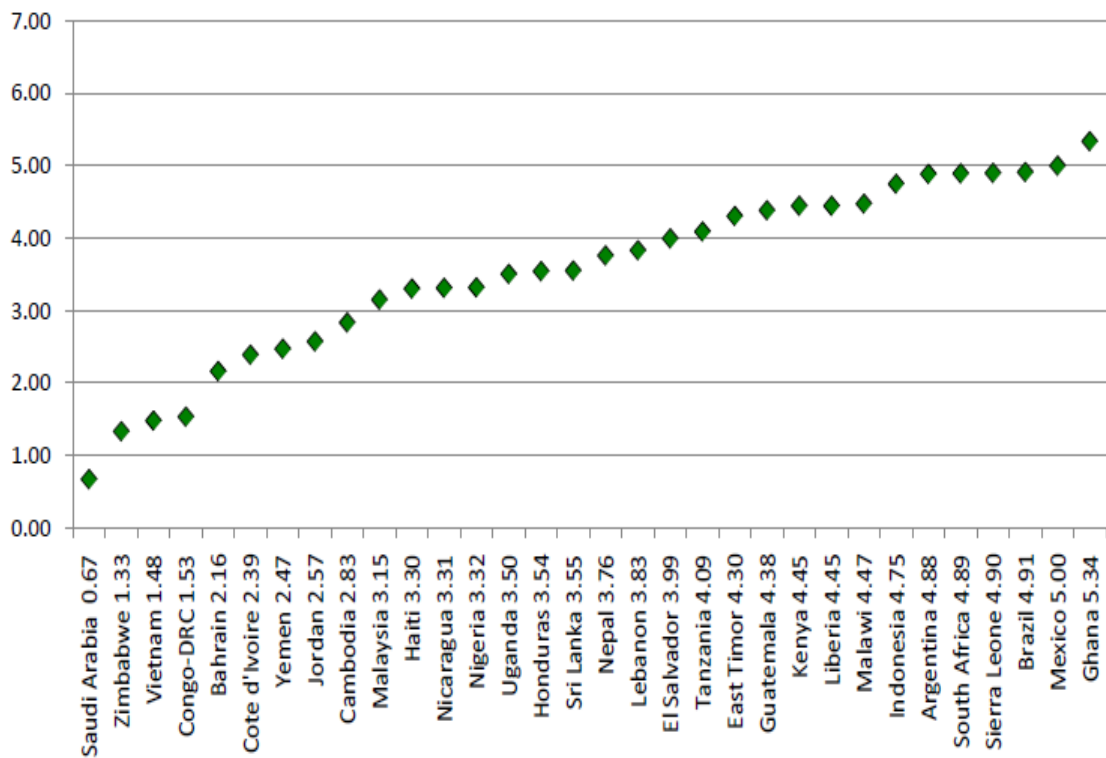
A - Estado de Direito 2010 (Comparativo regional)



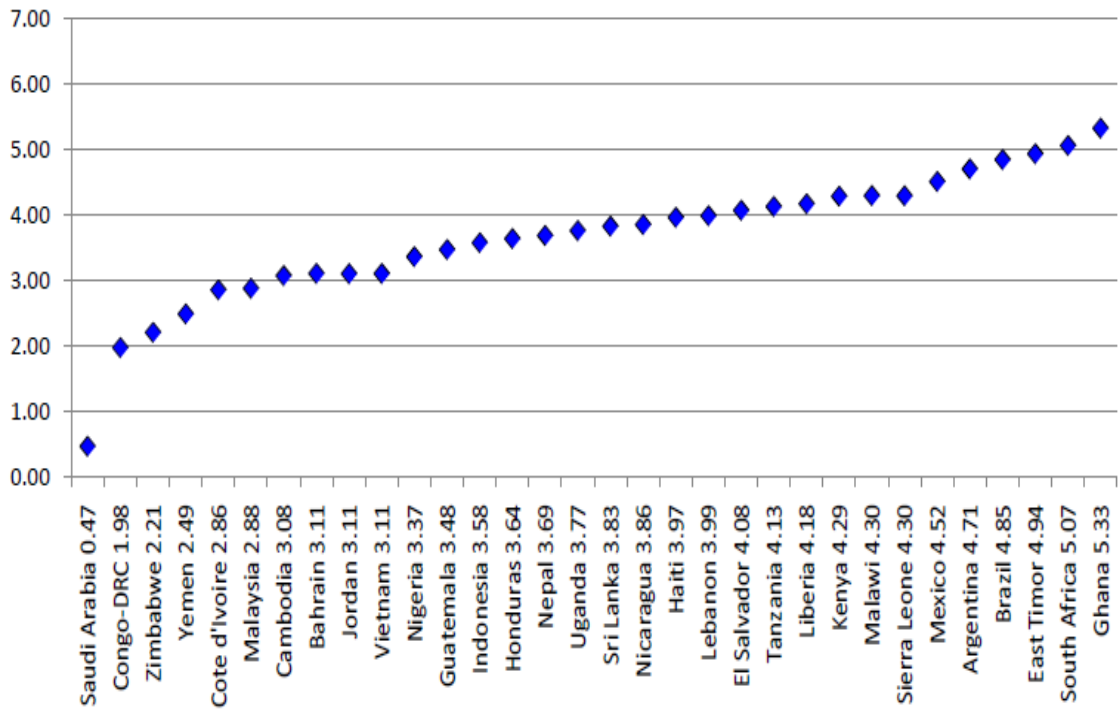
A 1 - Estado de Direito 2010 (valores individualizados da RDC)



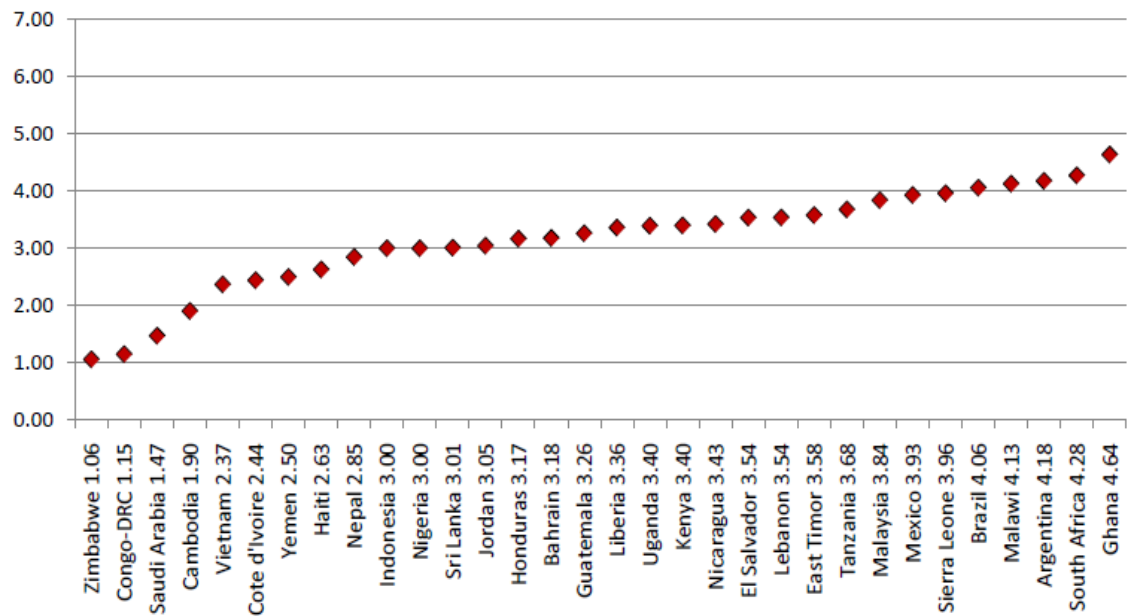
A 1.1 - Responsabilidade e Liberdade de expressão 2010 (piores países do mundo)



A 1.2 - Liberdades individuais 2010 (piores países do mundo)



A 1.3 - Estado de Direito 2010 (piores países do mundo)

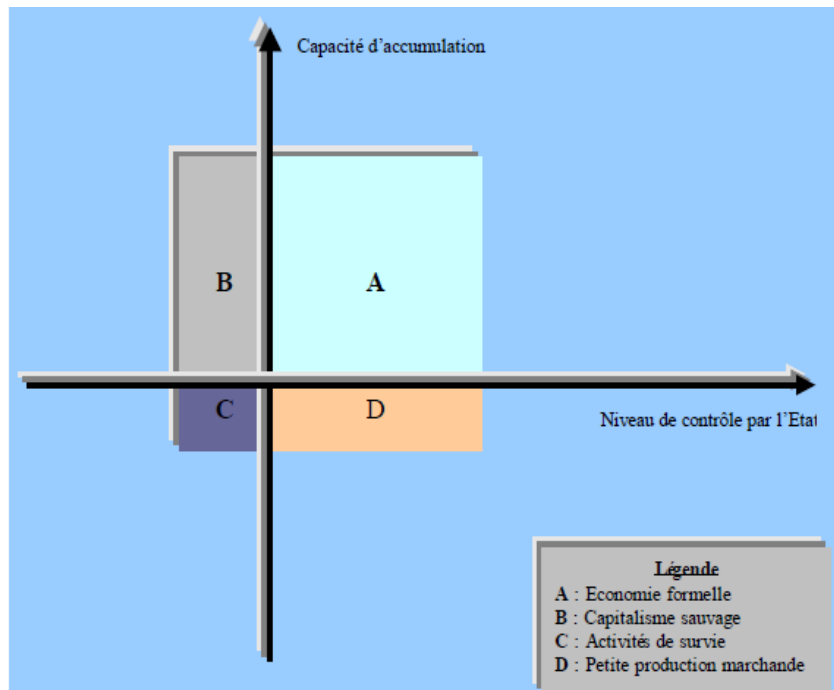


Fonte: <http://www.freedomhouse.org/uploads/ccr/page-46.pdf>

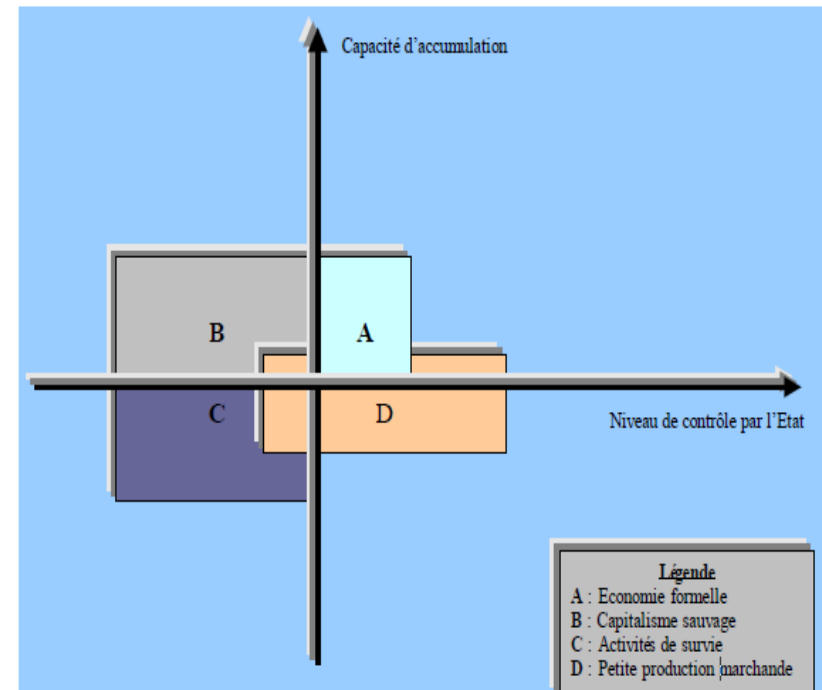
Anexo V

Mudança da estrutura económica na RDC

A - estrutura da economia da RDC no início dos anos 80



B - estrutura da economia da RDC no início dos anos 2000



Fonte: <http://jordi.free.fr/PNUD-RAPPORTO%20RDC.pdf>

Anexo VI

O conflito mudou a produção agrícola e comercial na RDC

Exemplo 1 - produção de óleo de palma

O óleo de palma, passou de uma produção anual de 176.715 toneladas ano (t.a.) em 1968, para apenas 16.781 t.a. em 1997 (ONU/PNUD, 2004: 20).

Exemplo 2 - produção de algodão

O algodão, que em 1960, tornava a RDC líder da produção em África, com cerca de 200.000 t.a., empregando 800.000 pequenos produtores (no Equador, Kivus, Kasais e Katanga - graficado a amarelo), passou em 2006 para uma cultura residual, com produção de 800 t.a., ocupando cerca de 5.000 pequenos produtores, em pólos reduzidos da província Oriental e Katanga (graficado a amarelo):

Produção em 1960



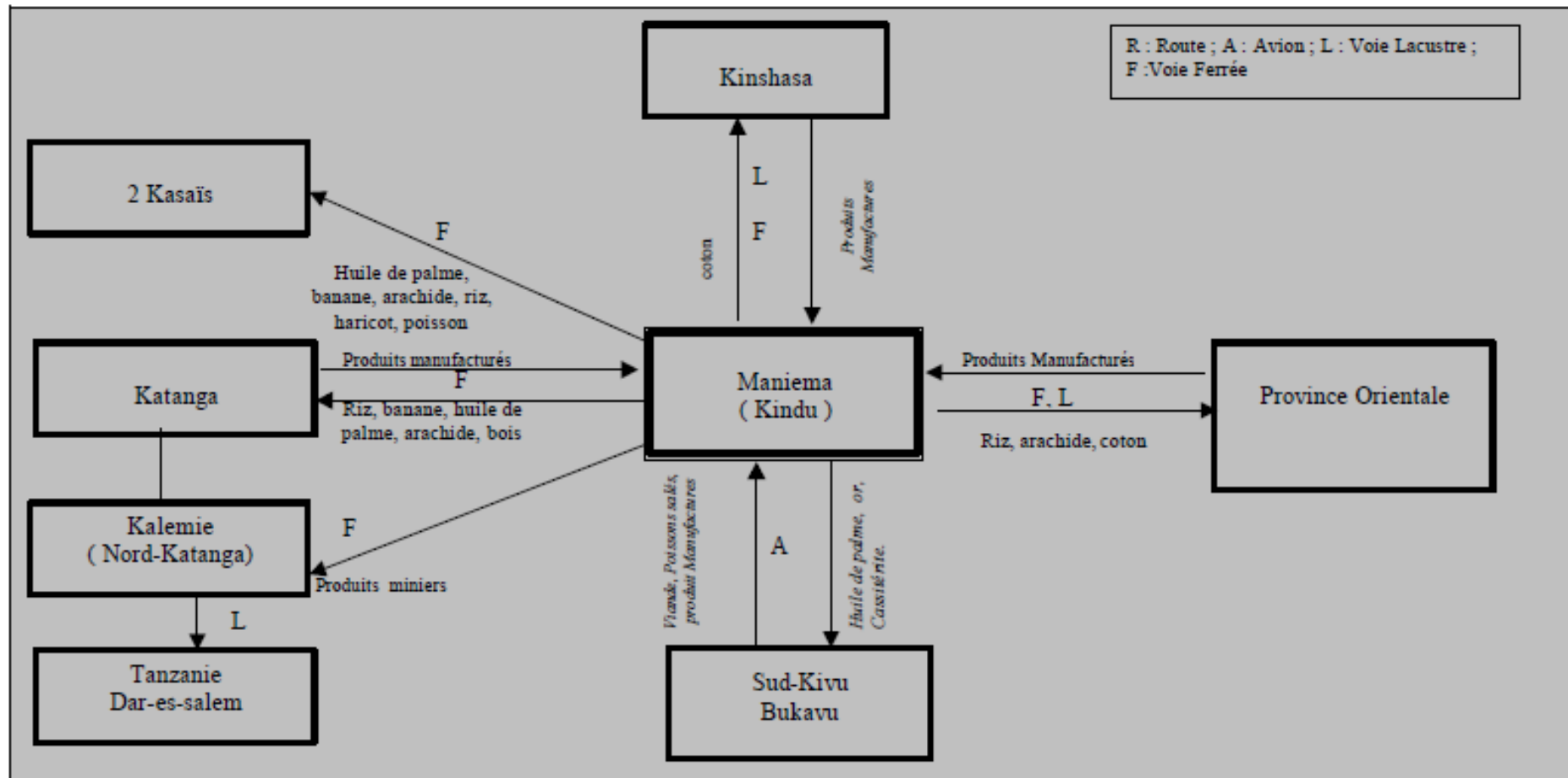
Produção em 2006



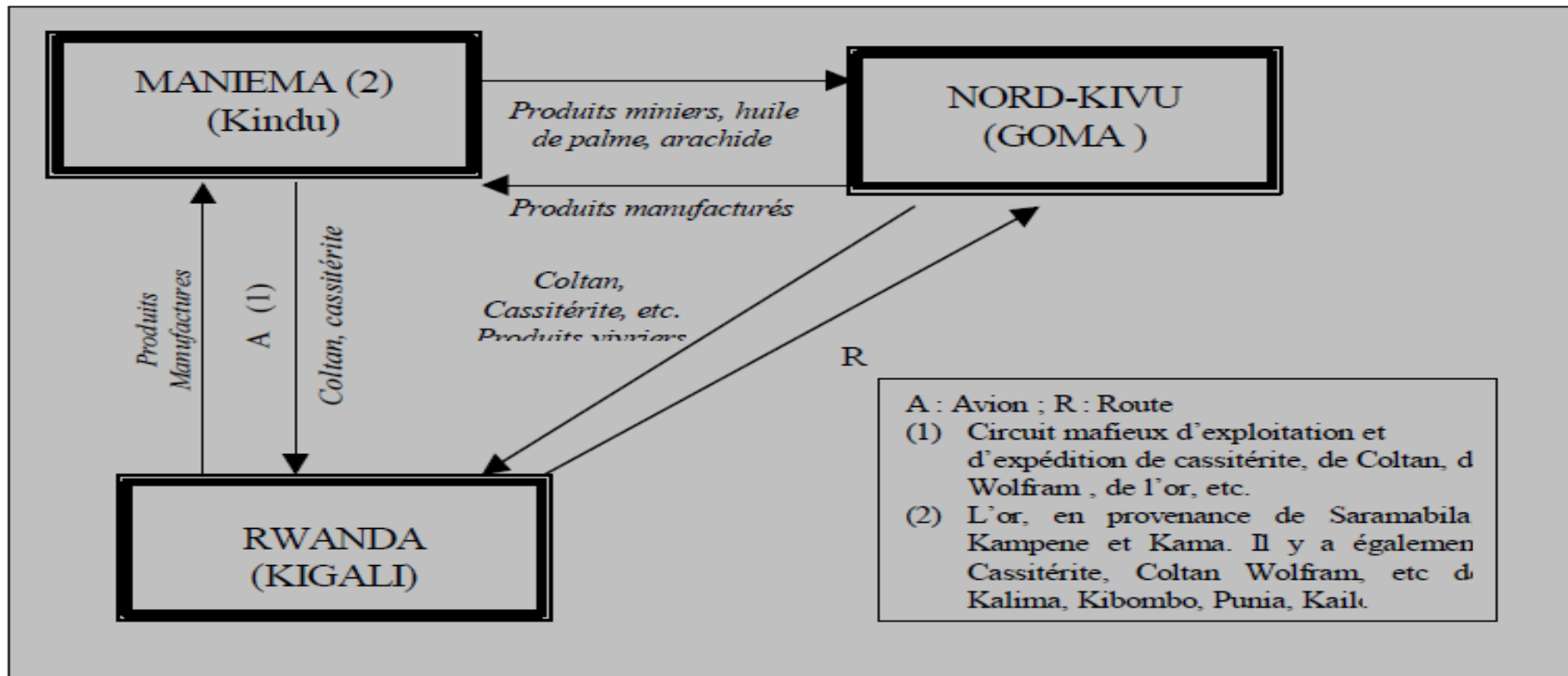
(WB, 2010: 134).

Exemplo 3 - comércio de produtos na Província de Maniema

A - Circuito comercial na Província de Maniema antes do conflito



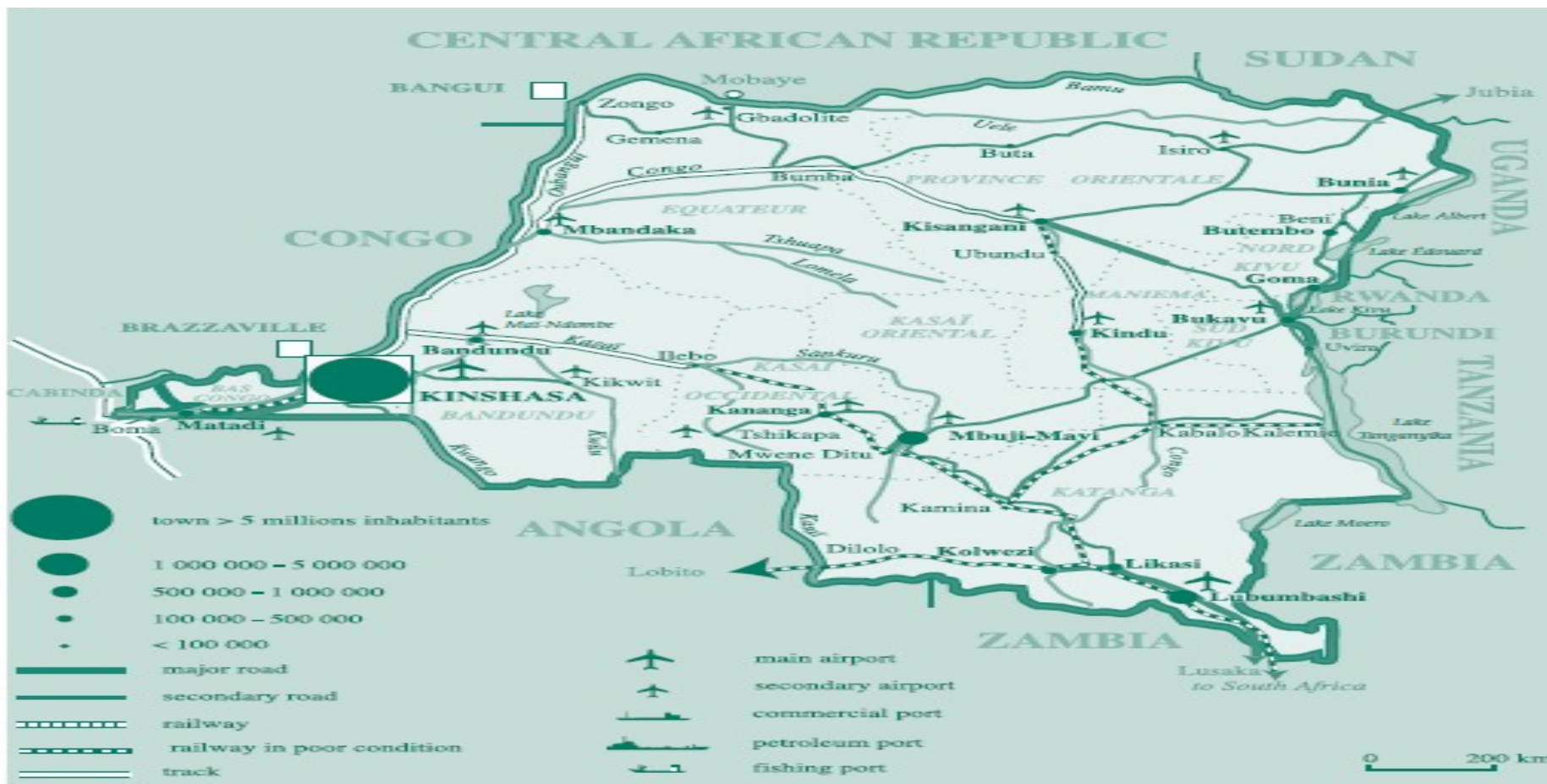
B - Circuito comercial na Província de Maniema durante o conflito



Fonte: http://siteresources.worldbank.org/INTCONGODEMOCRATIC/Resources/DRC_DTIS_English_August2010.pdf?resourceurlname=DRC_DTIS_English_August2010.pdf

Anexo VII

Estado das vias de comunicação da RDC 2010



Fonte: <http://www.oecd.org/dataoecd/13/39/40577125.pdf>

A - Caminhos-de-ferro

	Matadi (DRC)	Boma (DRC)	Luanda (Angola)	Douala (Cameroon)	Pointe Noire (Congo)	Apapa (Nigeria)	Durban (South Africa)
Traffic							
Container cargo throughput (TEU/year)	—	10,000	377,208	190,700	—	336,308	1,899,065
Container-handling capacity (TEU/year)	200,000	—	400,000	270,000	150,000	500,000	1,450,000
General cargo throughput (tonnes/year)	—	—	4,000,000	3,800,000	3,300,000	3,400,000	—
General cargo-handling capacity (tonnes/year)	1,700,000	500,000	4,000,000	6,500,000	5,000,000	4,000,000	7,900,000
Efficiency							
Average container dwell time in terminal (days)	25.0	—	12.0	11.5	18.0	42.0	4.0
Average truck-processing time for receipt and delivery of cargo (hours)	18.0	—	14.0	12.0	12.0	6.0	5.0
Average container crane productivity (containers loaded-unloaded per crane hour)	6.5	—	6.5	18.5	6.5	12.0	15.0
Average general cargo crane productivity (tonnes loaded-unloaded per crane working hour)	6.0	5.0	16.0	12.0	7.5	9.0	25.0
Tariffs							
Container-handling charge, ship to gate (\$/TEU)	120	—	320	220	140	155	258
Average general cargo-handling charge, ship to gate (\$/tonne)	10.0	10.0	8.5	6.5	5.5	8.0	8.4

— = data not available.

B - Estradas

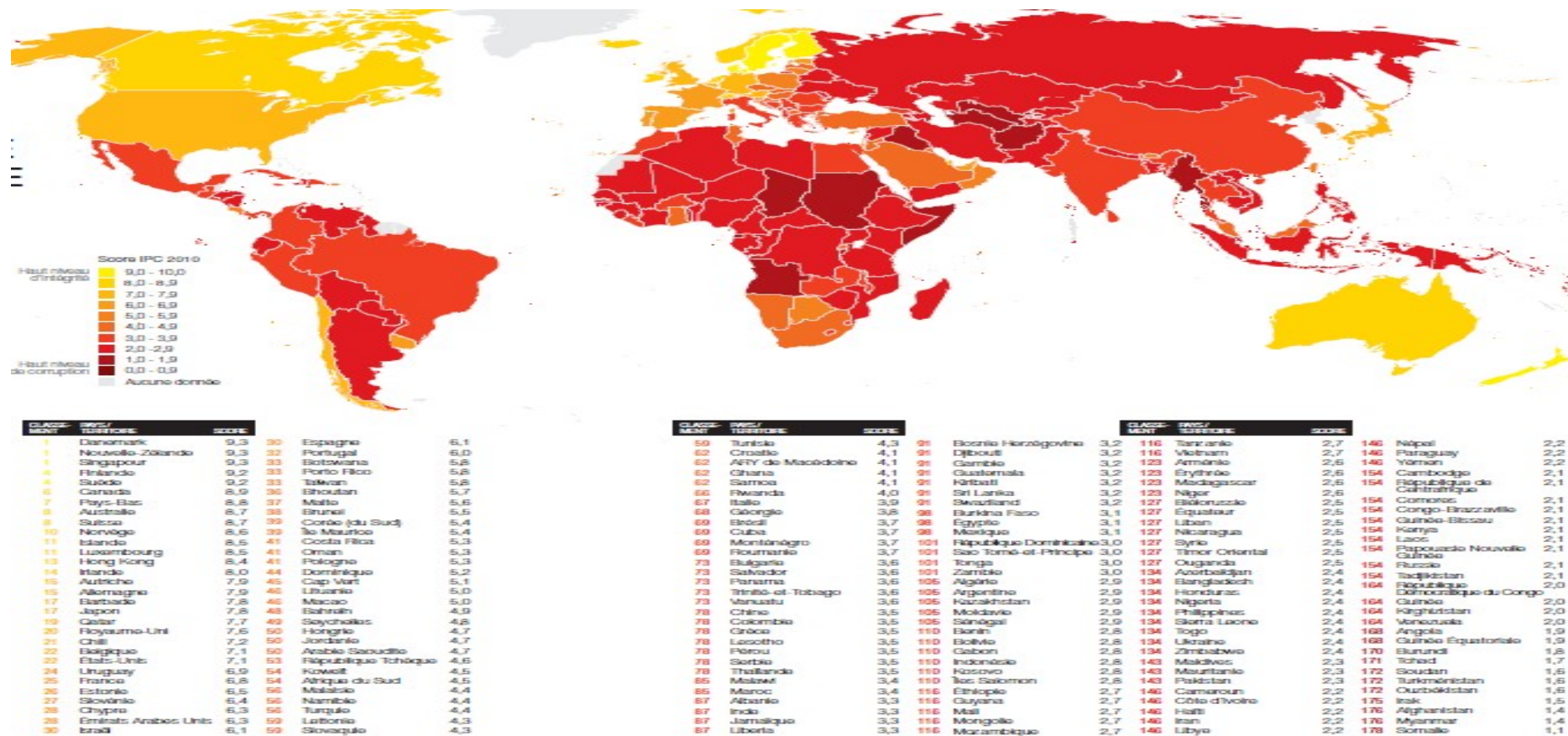
	Unit	LIC	DRC	Fragile states
Paved road density	km/1,000 km ² of land	16	1	21
Unpaved road density	km/1,000 km ² of land	68	14	75
Geographic information system (GIS) rural accessibility	% of rural population within 2 km of all-season road	21.7	29.3	—
Paved road traffic	Average annual daily traffic	1,027	257	843
Unpaved road traffic	Average annual daily traffic	55	20	55
Paved network condition	% in good or fair condition	75	70	69
Unpaved network condition	% in good or fair condition	58	42	55
Perceived transport quality	% firms identifying as major business constraint	23	30	—

— = data not available.

Fonte: http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/03/17/000158349_20110317160020/Rendered/PDF/WPS5602.pdf

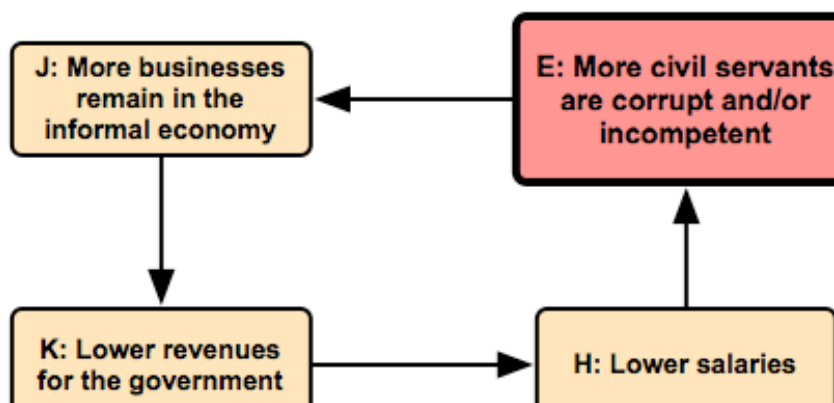
Anexo VIII

Índice da corrupção no mundo 2010

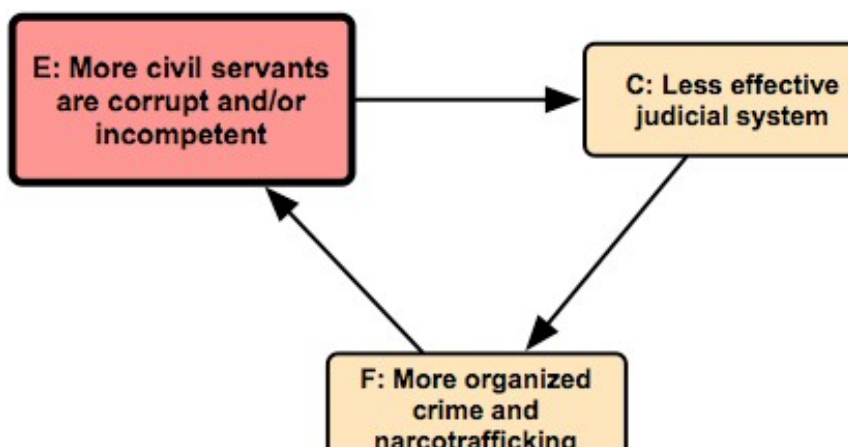


Fonte: http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/in_detail#1

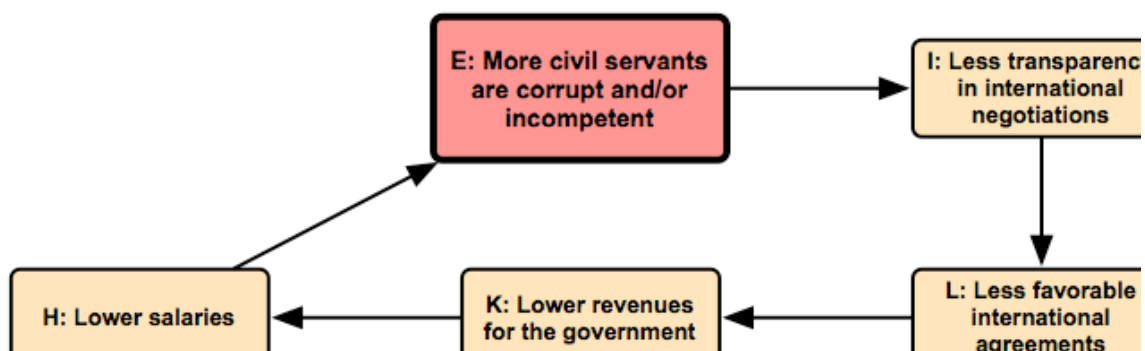
A - Influência da corrupção na economia informal



B - Efeitos da corrupção no sistema judicial



C - Efeito da falta de transparência nas negociações internacionais



Fonte: <http://www.aetheling.com/NL/docs/NL-Concept-of-Corruption.pdf>

Anexo IX
ELECTRICIDADE E ÁGUA NA RDC

A - Dados sobre electricidade na RDC 2010

	Unit	LIC	DRC	Fragile states
Installed power-generation capacity	MW/mil. people	20.2	41.6	45.7
Power consumption	kWh/capita	107.4	122.5	165.3
Power outages	Day/year	10.4	213.5	11.1
Firms' reliance on own generator	% consumption	21.2	17.1	16.2
Firms' value lost due to power outages	% sales	6.5	5.6	5.4
Access to electricity	% population	15.0	27.1	49.7
Urban access to electricity	% population	57.6	65.0	89.7
Rural access to electricity	% population	3.9	5.3	26.6
Growth access to electricity	% population/year	0.8	—	3.3
Revenue collection	% billings	93.1	41.8	33.6
Distribution losses	% production	23.7	40.0	40.0
Cost recovery	% total cost	84.4	100.0	100.0
Total hidden costs	% of revenue	68.8	595.3	442.5
U.S. cents				
			Predominantly hydrogeneration	Other developing regions
Power tariff (residential at 75 kWh)	4.0	10.27		5.0–10.0
Power tariff (commercial at 900 kWh)	11.0	11.73		
Power tariff (industrial at 50,000 kWh)	14.6	11.39		

— = data not available.

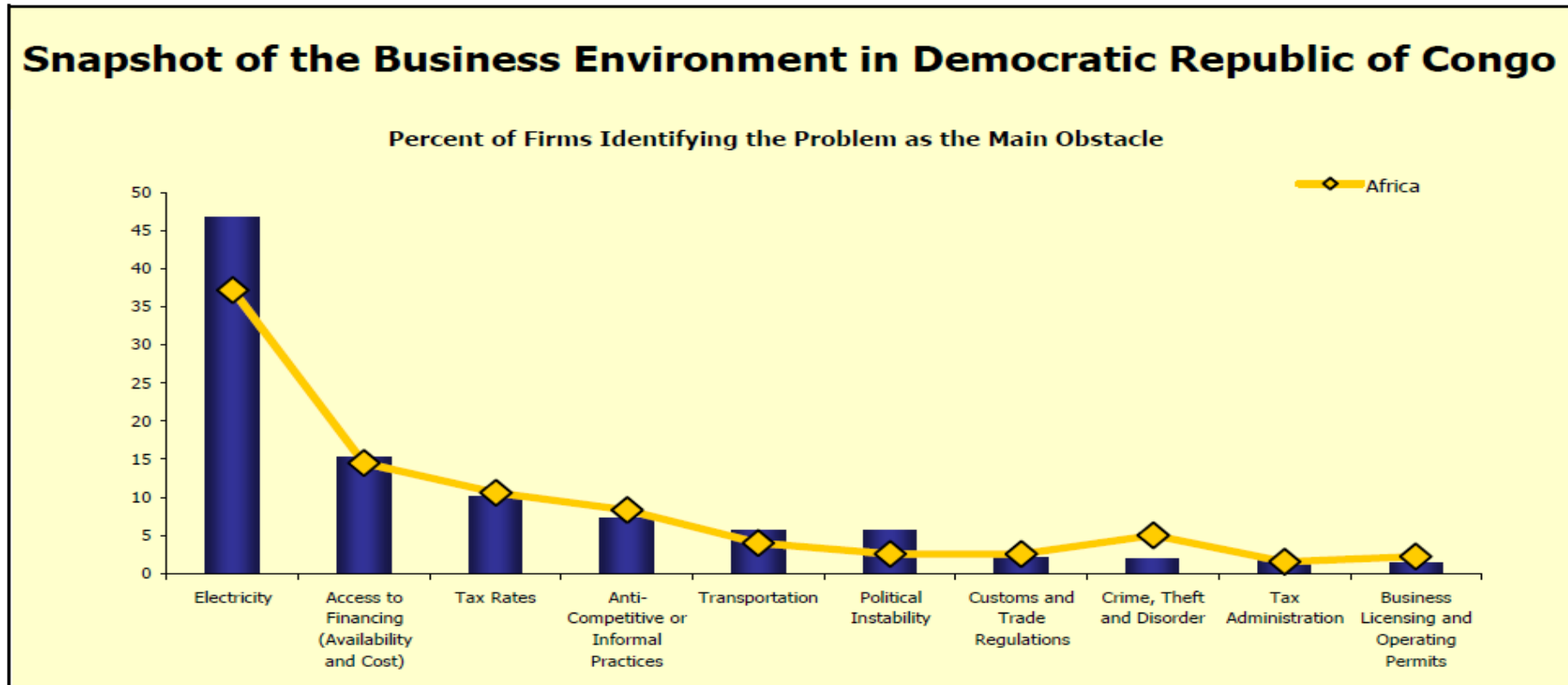
Fonte: <http://www.infrastructureafrica.org/system/files/DRC%20Country%20Report.pdf>

B - Dados sobre água na RDC 2010

	Unit	LIC	DRC	Fragile states
Access to piped water	% pop	8.4	21.0	27.0
Access to standposts	% pop	13.1	7.1	17.5
Access to wells/boreholes	% pop	34.4	49.0	61.5
Access to surface water	% pop	51.4	22.4	30.8
Access to flush toilets	% pop	2.7	1.6	7.1
Access to improved latrines	% pop	5.3	10.8	20.3
Access to traditional latrines	% pop	44.5	71.2	56.9
Open defecation	% pop	58.4	16.4	51.6
Domestic water consumption	liter/capita served/day	76.3	51.3	53.5
Urban water assets in need of rehabilitation	%	36.1	42.0	36.7
Revenue collection	% sales	97.2	70.0	100.2
Distribution losses	% production	33.8	40.8	32.8
Cost recovery	% operating expenses covered by revenues	107.3	64.4	82.3
Total hidden costs	% of revenue	112.9		202.3

Fonte: <http://www.infrastructureafrica.org/system/files/DRC%20Country%20Report.pdf>

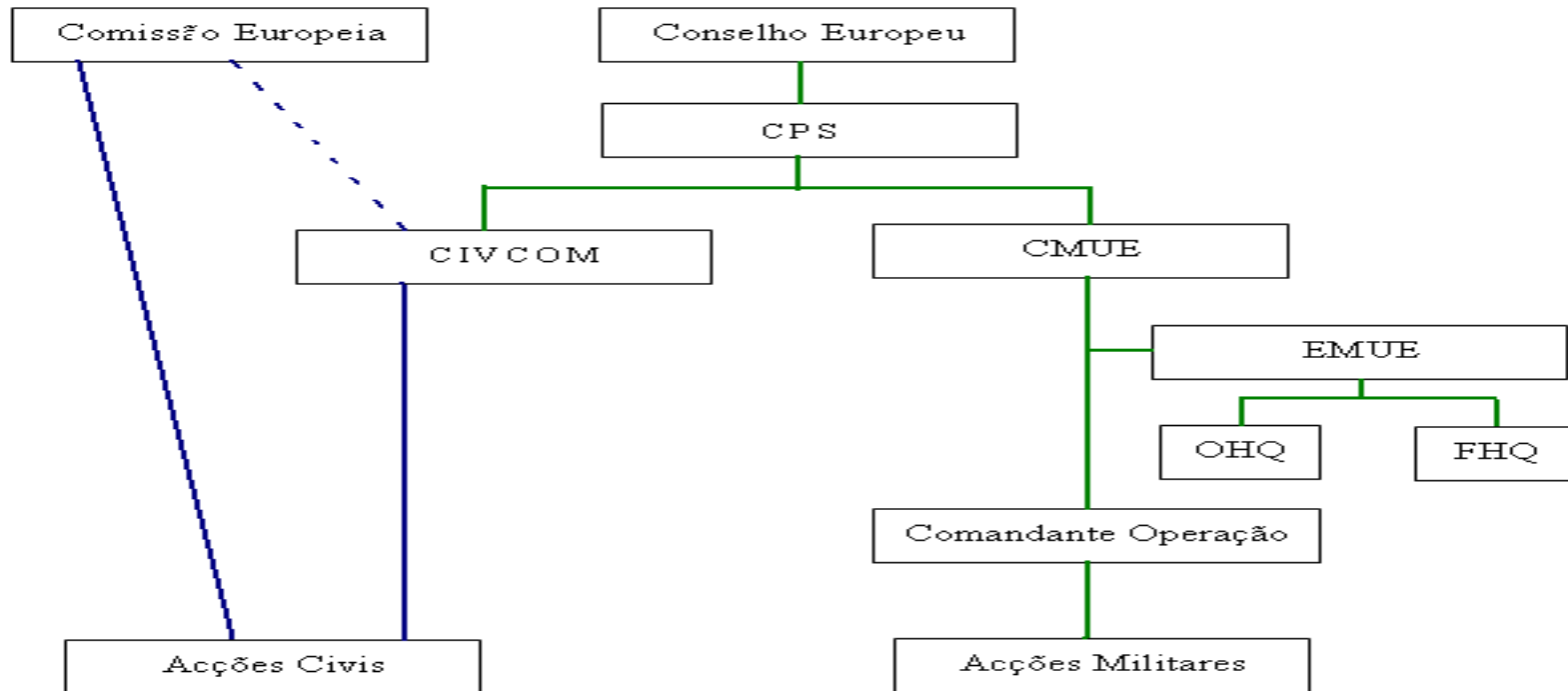
C - Maiores obstáculos ao desenvolvimento dos negócios na RDC



Fonte: <http://www.enterprisesurveys.org/~media/FDPKM/EnterpriseSurveys/Documents/Profiles/English/Congo%20Dem%20Rep-2010>

Anexo X

Estrutura de decisão da UE na gestão crises

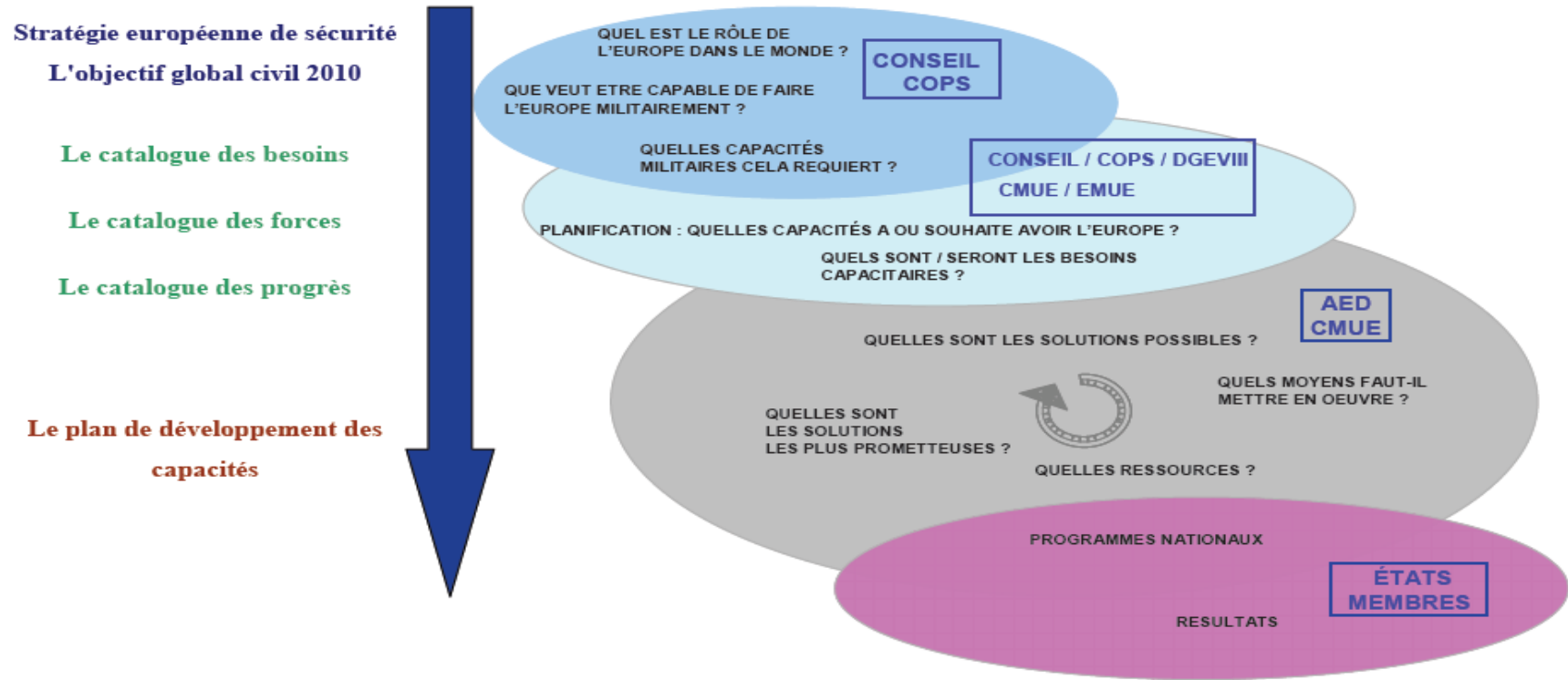


Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Rest, 2004.

Anexo XI

Desenvolvimento de capacidades da UE

Processus de développement des capacités



Fonte: UE/CE, 2008

A 1 - Carta de desenvolvimento de capacidades da UE / 2005

Capabilities Shortfalls and Catalogue Deficits¹	Progress 2002-2005	Impact	ECAP-PG Details	Qualitative/Readiness Shortfalls	Projects and Initiatives
LAND					
Attack Helicopter Battalions	≈	S	Helicopters (H/C) ECAP-PG		YES
Composite Army Aviation Battalions	≈			R	YES
Medium/Heavy Helicopter Transport Battalions	≈	S			YES
Reconnaissance and Liaison Helicopter Battalions	≈				YES
Nuclear, Biological & Chemical (NBC) Battalions	Solved	S	Nuclear, Biological & Chemical ECAP-PG		
NBC Coy (balanced)	≈		NBC ECAP-PG	R	
Logistic Battalion	≈			R	
Surveillance and Target Acquisition (STA) / Unmanned Aerial Vehicle (UAV) Battalions	≈	S			YES
STA Units	≈	S			
Medical Collective Protection Unit Role 3	≈		ECAP-PG Medical		YES

¹ This list does not reflect any order of priority.

P R E S S

Capabilities Shortfalls and Catalogue Deficits ¹	Progress 2002-2005	Impact	ECAP-PG Details	Qualitative/Readiness Shortfalls	Projects and Initiatives
Deployable Laboratories	↗	S	NBC ECAP-PG	Q	YES
MARITIME					
Carrier Based Air Power	≈				YES
Helicopter Carrier	≈				
Primary casualty Receiving Ship (PCRS)	≈		ECAP-PG Medical		
Port and Shipping advisory Team	≈				
Seaport of Disembarkation (SPOD) Units	↗				
Amphibious Brigade HQ (including Signal Company)	≈			R	
AIR					
Combined Air Operations Centre (CAOC)	Solved			R	
Suppression of Enemy Air Defence (SEAD)	≈	S			YES
Air to Air Refuelling (AAR)	≈	S	Air-to-Air Refuelling (AAR) ECAP-PG		YES
Combat Search and Rescue (CSAR)	≈	S	Combat Search and Rescue (CSAR) ECAP-PG		YES
Tactical Air Transport (TCC - M)	≈				YES

P R E S S

Rue de la Loi 175 B - 1048 BRUSSELS Tel.: +32 (0)2 285 6319 Fax: +32 (0)2 285 8026
press.office@consilium.eu.int <http://ue.eu.int/Newsroom>

Capabilities Shortfalls and Catalogue Deficits ¹	Progress 2002-2005	Impact	ECAP-PG Details	Qualitative/Readiness Shortfalls	Projects and Initiatives
Cruise Missiles and Precision Guided Munitions (PGM) Equipped A/C	≈	S			YES
Tactical Air Support fro Maritime Operations(TASMO) Aircrafts (A/C)	Solved			R	
Dispersed Operating Base (DOB) Air Traffic Control (ATC) and Fire & Crash Support Element	≈				
DOB Fuel distribution Support Element	≈				
DOB Personnel Support Element	≈				
C31					
Operation Headquarters (OHQs)	↗	S	HQ ECAP-PG	Q	YES
Force Headquarters (FHQs)	≈	S		Q	YES
Land Component Commander (LCC) Headquarters	≈	S		Q	YES
Maritime Component Commander (MCC) Headquarters	≈	S		Q	YES
Air Component Commander (ACC) Headquarters	≈	S		Q	
Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance (ISTAR)					

P R E S S

Capabilities Shortfalls and Catalogue Deficits¹	Progress 2002-2005	Impact	ECAP-PG Details	Qualitative/Readiness Shortfalls	Projects and Initiatives
Imagery Intelligence Collection	≈	S	Space ECAP-PG ECAP-PGs on ISTAR Information Exchange Framework and UAVs		YES
Signal Intelligence Collection	≈	S	ECAP-PGs on ISTAR IE Framework and UAVs		YES
Early Warning and Distant Detection Strategic Level	≈	S			YES
Theatre Surveillance and Reconnaissance Air Picture	≈	S			YES
Theatre Surveillance and Reconnaissance Ground Picture	≈	S			YES
STRATEGIC MOBILITY					
Strategic Airlift	≈	S	Strategic Air Lift (SAL) ECAP-PG	R in relation to passenger aircraft	YES
Strategic Sealift (including Strategic Medical Evacuation)	≈	S	Strategic Sea Lift (SSL) ECAP-PG		YES

P R E S S

Capabilities Shortfalls and Catalogue Deficits¹	Progress 2002-2005	Impact	ECAP-PG Details	Qualitative/Readiness Shortfalls	Projects and Initiatives
OTHER CAPABILITY					
Tactical Ballistic Missile Defence	≈	S	Tactical Ballistic Missile Defence (TBMD) ECAP-PG	Q	YES
CATALOGUE DEFICITS					
Force Headquarters (FHQ) Carrying Ship	≈				YES
Repair Support Ship	≈				
Amphibious Ship	≈			R	YES
Patrol Vessel / Corvette (PV/FS)	Solved				
Harbour & Shallow water Mine Counter Measures (MCM) Unit	≈				
Aircraft Carrier (CV) Based Recce Pods	≈			R	YES
Division HQ	≈			R	
Light Infantry Brigade HQ	≈				YES
Light/Medium Armoured Squadrons	≈				YES
Mechanised Infantry Battalions	↗			R	YES

P R E S S

Rue de la Loi 175 B - 1048 BRUSSELS Tel.: +32 (0)2 285 6319 Fax: +32 (0)2 285 8026
press.office@consilium.eu.int <http://ue.eu.int/Newsroom>

Capabilities Shortfalls and Catalogue Deficits¹	Progress 2002-2005	Impact	ECAP-PG Details	Qualitative/Readiness Shortfalls	Projects and Initiatives
Light Infantry Battalions	≈				YES
Amphibious Infantry Battalion	≈			R	
Field Artillery Battalion (Amphibious)	≈			R	
Short Range Air Defence (SHORAD) Battalion	≈			R	YES
Ground Based Air Defence (GBAD) Medium level Battalion	≈			R	YES
Ground Based Air Defence (GBAD) Battery	Solved			R	
GBAD Battery (Amphibious)	≈			R	
Combat Engineer Battalion (Amphibious)	≈			R	
General Support Engineer Battalions	≈				
General Maintenance Engineer Battalions	≈	S			
Reconnaissance Squadron (Amphibious)	≈			R	
Medical Treatment Facilities Role 3 (including In-Theatre ashore and afloat Medical Treatment Facilities)	Solved		ECAP-PG Medical	R	
Multinational Support Unit (MSU) Battalion	≈			R	
Forward Tactical Aeromedical Evacuation Helos	Solved			R	

P R E S S

Rue de la Loi 175 B - 1048 BRUSSELS Tel.: +32 (0)2 285 6319 Fax: +32 (0)2 285 8026
press.office@consilium.eu.int <http://ue.eu.int/Newsroom>

Anexo XII
Estrutura de Comando da UPI

GOVERNEMENT

MINISTRE DE L'INTÉRIEUR

Police Nationale Congolaise

INSPECTEUR GÉNÉRAL DE LA P.N.C.

UPI / Commandement

COMMANDANT DE L'U.P.I.

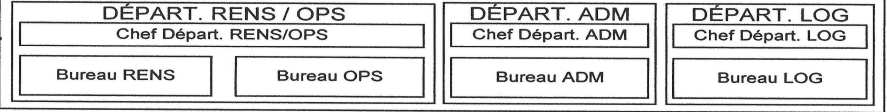
Secrétariat Général

**COMMANDANT ADJOINT
RENSEIGNTS / OPÉRATIONS**

**COMMANDANT ADJOINT
ADMINISTRATION -**

**UPI
Etat-Major**

Etat-Major de l'U.P.I.



**UPI
Groupements**

COMMANDANT DU 1er GROUPEMENT

COMMANDANT DU 2ème GROUPEMENT

Commandant Adjoint

Commandant Adjoint

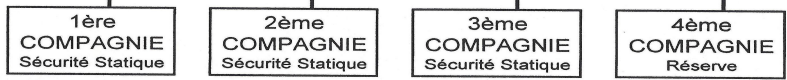
Secrétariat Administratif



Secrétariat Administratif



**UPI
Compagnies**

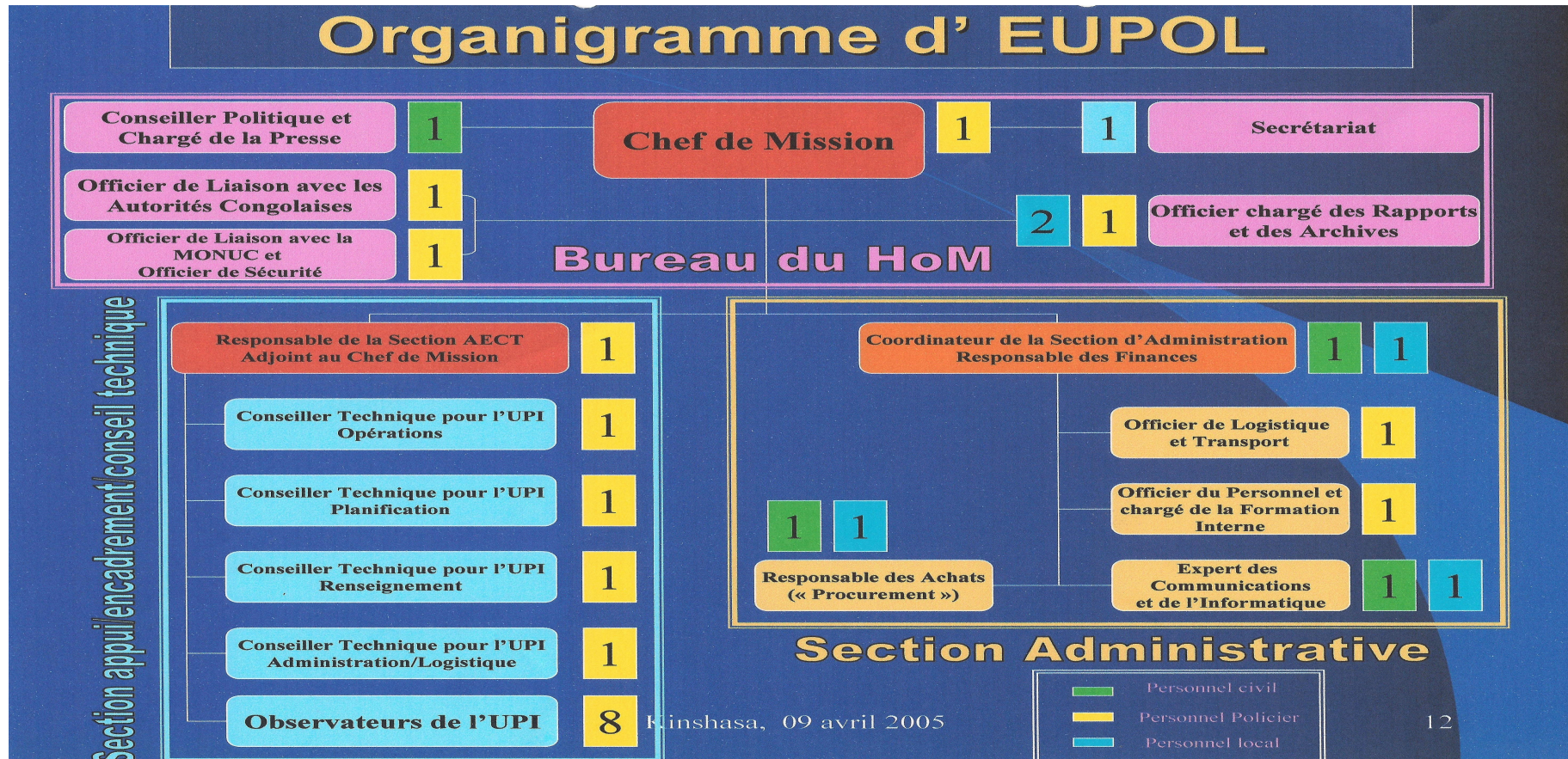


**UPI Pelotons
UPI Sections**

Fonte: UE/EUPOL-Kinshasa, 2005.

Anexo XIII

Organigrama da Missão Eupol-Kinshasa



Fonte: UE/EUPOL-Kinshasa, 2005.

Anexo XIV

Plano de Kinshasa



Fonte: Kinshasa, Carta turística, 2005.

Bibliografia

1 - Fontes Impressas:

a) Livros:

Almond, Gabriel ; Verba, Sidney (1963) *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.

Ayoob, Mohammed (1995) *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict and the International System*. London: Lynne Rienner.

Bobbio, Norberto (1989) *Democracy and Dictatorship*, Peter Kennedy (trans.), Minneapolis: University of Minnesota Press.

Bobbio, Norberto (1992) *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

Bobbio, Norberto *et al.* (1998) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Booth Ken (1994) *A Security Regime in Southern Africa: Theoretical Considerations. Southern African Perspectives*. Belville: University of Western Cape (CSAS).

Booth, Ken (1998), "Cold wars of the mind" in Booth, Ken (org.) *Statecraft and security: The Cold War and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

Braillard, Philippe, Djalili , Mohammad-Reza (1988) *Relations Internationales: Que sais -je?* Paris: PUF.

Brandão, Carlos R. (1995) *Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular*. São Paulo: Cortez.

Buzan, Barry (1991) *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. London: Harvester Wheatsheaf.

Cardoso, Fernando; Ferreira, Patrícia (2005) *A África e a Europa - Resolução de Conflitos, Governança e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

Chambers, Raymond John (1987) *Logic, Law and Ethics*. New York: Garland Publishing.

Colard, Daniel (1999) *Les Relations Internationales de 1945 à nos jours*. Paris: Armand Colin.

Cornet, Jules (1892) *Les richesses minérales du Congo Belge*. Bruxelles: Ed. Bielleveld.

Cravinho, João (2002) *Visões do mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Fall, Babakar (2005) *La modélisation de la pauvreté*. London: Debt Relief International Ltd.

Faria, Fernanda (2004). *La gestion des crises en Afrique subsaharienne - Le rôle de l'Union européenne*. Paris: Institute d'Études de Sécurité de l'UE.

Ghani, Ashraf and Lockhart, Clare (2008) *Fixing failed states: a framework for rebuilding a fractured world*. Oxford: Oxford University Press

- Green, Duncan (2008) *From poverty to power: how active citizens and effective states can change the world*. United Kingdom: Oxfam International
- Habermas, Jurgen (1989) *The Structural Transformation Of The Public Sphere: An Inquiry Into A Category Of Bourgeois Society*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Haskins, Jim & Biondi, Joann (1995) *From Afar to Zulu: A Dictionary of African Cultures*. New York: Walker Publishing Co.
- Held, David (1996) *Models of democracy*. Cambridge: Polity press.
- Hengelela, Cihunda (2005) *Sécurité régionale et règlement des conflits armés en Afrique: Contribution de la République Sud-Africaine post-apartheid*. Kinshasa: Université de Kinshasa.
- Hernandez, Leila (2005) *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.
- Hopmann, Terrence (1996) *The Negotiation Process and the Resolution of International Conflicts*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Huntington, Samuel (1991) *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- Hyden, Goran (2006) *African Politics in Comparative Perspective*. New York: Cambridge University Press.
- Inglehart, Ronald (1990) *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.
- International Rescue Committee & Burnet Institute (2004) *Mortality in the Democratic Republic of Congo: results from a nationwide survey*. New York: IRCBI.
- Jackson, Robert; Sorensen, Georg (2007) *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- Jervis, Robert (1976) *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Johnson, Allan G. (1997) *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kaldor, Mary (2001) *Las Nuevas Guerras: Violência organizada en la era global*. Barcelona: Tusquets Editores.
- Kelsen, Hans (2000) *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Kelsen, Hans (2003) *Teoria geral do direito e do estado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ki-Zerbo, Joseph (2003) *Guerre et paix - A Quand l'Afrique ? Entretien avec René Holenstei*. Paris: Editions de l'Aube.
- Kpundeh, Sahr J. (1992) *Democratization in Africa*. Washington: National Academy Press.
- Kubicek, Paul (2003) *The European Union and Democratization*. London: Routledge.
- Leslie, Winsome J. (1987) *The World Bank and Structural Transformation in Developing Countries: The Case of Zaire*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Lipset, Seymour M. (1963) *Political man: the social basis of politics*. New York: Anchor.

- Lipset, Seymour M. (1967) *The First New Nation*. Garden City. New York: Doubleday.
- Maldonado, Maria T. (1997) *Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência*. São Paulo: Moderna.
- Maluf, Sahid (1995) *Teoria geral do Estado*. Edição revista e actualizada pelo Prof. Miguel Alfredo Maluf e Neto. São Paulo: Saraiva.
- Mararo, Stanislas; Marysse, Stefaan (2004) *L'Administration Afdl/Rcd au Kivu: Novembre 1996-Mars 2003*. Paris: L'Harmattan.
- Meagher, Patrick (1996) *Governance and the Economy in Africa. Tools for Analysis and Reform of Corruption*. University of Maryland: IRIS.
- Mokoli, Mondonga (1997) *The Transition Towards Democracy in Post-1990 Zaire: Contradictions and Dilemma*. London: International Scholars Publications.
- Nye, Joseph (2004) *Soft Power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs.
- O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe (1986) *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. London: Johns Hopkins University Press.
- Packham, Eric (2004) *Africa in War and Peace*. New York: Nova Science Publishers.
- Potter, David *et al.* (1997) *Democratization*. Cambridge: Polity Press.
- Richmond, Oliver (2008) *Peace in International Relations*. Oxon: Routledge.
- Ruggie, John (2000) *Globalization and Global Community: The Role of the United Nations*. Ontario: Queens University School of Policy Studies.
- Sarlet, Wolfgang (2002) *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Schmitt, Carl (1968) *La Dictadura* (tradução de J.D. Garcia). Madrid: Revista de Occidente.
- Schumpeter, Joseph (1961) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Van Creveld, Martin (1991) *The transformation of war*. New York: The Free Press.
- Vigevani, Tullo *et al.* (1994) *Realismo versus globalismo nas relações internacionais*. São Paulo: Lua Nova.
- Vizentini, Paulo *et al.* (2007) *A África Independente e a Guerra Fria*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Wallensteen, Peter (2002) *Understanding Conflict Resolution: war, peace and the global system*. London: SAGE Publications.
- Whitehead, Laurence (2001) *The International Dimensions of democratization*. Oxford: Oxford University Press.
- Young, Crawford; Turner, Thomas (1985) *The Rise and Decline of the Zairian State*. Madison: University of Wisconsin.
- Ziegler, Jean (1964) *Sociologie de la nouvelle Afrique*. Paris: Gallimard.

b) Participação em obras coletivas:

Blair, Harry (1997) "Donors, democratization and civil society: relating theory to practice" in David Hume and Michael Edwards (Edits) *NGOs, states and donors: Too closer for comfort?* Hampshire: Macmillan.

Converse, Philippe (1964) "The nature of belief systems in mass publics" in David E. Apter (org.) *Ideology and Discontent*. Nova Iorque: Free Press of Glencoe.

Culpeper, Roy (2001) "Introduction: building a fairer world" in *Canadian Development Report*. Ottawa: North-South Institute.

De Boeck, Filip (1996) "Postcolonialism, Power and Identity: Local and Global Perspectives From Zaire" in R. Werbner and T. Ranger (eds) *Postcolonial Identities in Africa*. London: Zed Books.

Diniz, Alexandre; Batella, Wagner (2006) "Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias" in Simpósio Internacional sobre Cidades Médias. Uberlândia: Anais.

Doornbos, Martin (2006) "Fragile States or Failing Models? Accounting for the Incidence of State Collapse" in Doornbos, Martin *et al.* (eds.) *Failing States or Failed States? The Role of Development Models: Collected Works*. Madrid: Fride.

Duffield, Mark (1994b) "The Political Economy of Internal War: Asset Transfer, Complex Emergencies and International Aid" in Mcrae & Zwi (eds) *War & Hunger: Rethinking Responses to Complex Emergencies*. London: Zed Books.

Dunn, Kevin C. (2002) "A Survival Guide to Kinshasa: Lessons of the Father, Passed Down to the Son" in Clark, John F. (ed.) *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.

Killick, Tony (2002) "Aid Conditionality" in Vandana Desai and Robert B. Potter (Edits.) *The Companion to Development Studies*. London: Arnold

Mndende, Nokuzola. (2006) "Spiritual reality in South Africa" in *Secular Spirituality as a Contextual Critique of Religion*, eds. du Toit, W. and Mayson, C. Pretoria: Research Institute for Theology and Religion-UNISA.

Nicolet, Claude (2004) "Dictatorship in Rome" in Peter Baehr and Melvin Richter (eds.) *Dictatorship in History and Theory. Bonapartism, Caesarism, and Totalitarianism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Norris, Pippa (1999) "Introduction: the growth of critical citizens?" in Norris, Pippa *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press.

Pasquino, Gianfranco (2004) "Revolução" in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (organizadores). *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade Brasileira.

Riley, Stephen (2000) "Western Policies and African Realities: The New Anti-Corruption Agenda" in Kempe Ronald Hope, Sr. And Bornwell C. Chikulo, eds., *Corruption and Development in Africa*. New York: St. Martin's Press.

Van Rooy, Alison (2002) "Strengthening civil society in developing countries" in Vandana Desai and Robert B. Potter (Edits.) *The Companion to Development Studies*. London: Arnold.

Villers, Gauthier (1992) "Petite économie marchande et phénomènes informels en Afrique" in Villers, G. (éd.) *Economie populaire et phénomènes informels au Zaïre et en Afrique*. Les Cahiers du CEDAF: ASDOC STUDIES.

Zaluar, Alba (1999) *Violência e crime*. in: Miceli, S. (Org) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré.

Zartman, William (1995) "Introduction: Posing the Problem of State Collapse" in Zartman, William (ed.) *Collapsed States: The disintegration and the restoration of legitimate authority*. London: Lynne Rienner.

c) Artigos em publicações:

Barnett, Michael *et al.* (2007) "Peacebuilding: What is in a Name?" *Global Governance*. 13, 35-58.

Bratton, Michael (1994) "Civil Society and Political Transition in Africa" *Institute for Development Research*. 11, (6), 1.

Burnell, Peter (1993) "Good Governance and Foreign Aid". Working Paper 115. Coventry: University of Warwick - Department of Politics and International Studies.

Diamond, Larry; Morlino, Leonardo (2004) "The quality of democracy: An overview" *Journal of Democracy*. 15,(4), 20 - 31.

Dindelo, Umba (2006) "Diplomatic initiatives and peace in the DRC" *Conflict Trends Magazine*. 4, 46-50.

Duffield, Mark (1994a) "Complex Political Emergencies and the Crisis of Developmentalism" *IDS Bulletin: Linking Relief and Development*. Vol. 25, nº 3, October, 43-48.

Fossey, John C. H. (1934) "Democracy or Dictatorships?" *The Contemporary Review*. 286, 429-433.

Galtung, Johan (1964) "An Editorial" *Journal of Peace Research*. 1, (1), 1-4.

Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace and Peace Research" *Journal of Peace Research*. 6, (3), 167-191.

Ibeanu, Okechukwu (2000) "Ethnicity and Transition to Democracy in Nigeria: Explaining the Passing of Authoritarian Rule in a Multi-ethnic Society" *African Journal of Political Science*. 5(2) 45-65.

Jakobsen, Peter V. (2002) "The transformation of United Nations peace operations in the 1990: adding globalization to the conventional end of the cold war explanation" *Cooperation and Conflict: International studies association*. 37, (3), 267-282.

Jenkins, Willis (2008) *Missiology in Environmental Context: Tasks for an Ecology of Mission*. *International Bulletin of Missionary Research* 32, (4), 176-182.

Koko, Sadiki (2007) "The Lusaka Ceasefire Agreement and Stability in the DRC" *Conflict Trends*. 3, 32-37.

Lalji, Nadira (2007) "The Resource Curse Revised: Conflict and Coltan in the Congo" *Harvard International Review*, Cambridge, 29, (3), 34-38.

Licklider, Roy (1995) "The consequences of negotiated settlements in civil wars 1945-1993" in *American Political Science Review*. 89 (3), 681-690.

- Lima, Bernardo (2009) "NATO and European Union relations after 9/11" *Relações Internacionais*. 21, 87-99.
- Lourenço, Paulo (2006) "Cabo Verde ou da necessidade de uma nova parceria". *Nação e Defesa*. 114, 7-14.
- Maluwa, Tiyanjana (1995) "The Refugee Problem and the Quest for Peace and Security in Southern Africa" *International Journal of Refugee Law*. 7, (4), 653 - 75.
- Marysse, Stefaan (2003) "Regress, war and fragile recovery: The case of RDCongo", *European Journal for Development Research*. 15 (1), 73-99.
- Moisés, José A. (1992) "Democratização e cultura política de massas no Brasil" *Lua Nova*. 26.
- Montague, D. (2002) "Stolen Goods: Coltan and the Conflict in the Democratic Republic of Congo" *Sais Review*. 22, (1), 103-118.
- Nye, Joseph (1967) "Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis" *American Political Science Review*. 61, 407-419.
- Nzongola-Ntalaja, Georges (2004) "From Zaire to the Democratic Republic of the Congo" *Current African Issues*. 28, 5-23.
- Raik, Kristi (2006) "Promoting Democracy through Civil Society: How to Step up the EU's Policy towards the Eastern Neighbourhood" *Centre for European Policy Studies*. 237, 1-33.
- Richmond, Oliver (2004), "The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus" *Cooperation and Conflict*. 39 (2), 129-150.
- Richmond, Oliver (2007), "Critical Research Agendas for Peace: The Missing Link in the Study of International Relations" *Alternatives*. 32, 247-274.
- Seligson, Mitchell (2002) "The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study four latin American countries" *Journal of politics*. 64, (2), 408-433.
- Torres, Adelino (2008) "A África nas ambiguidades da globalização" *O Economista*. 21, 69-74.
- Vainio, Liisa (2008) "Policing missions: the case of EUPM" *European Security Review*. 41, 1-6.
- Väyrynen, Raimo (1984) "Regional Conflict Formations: An Intractable Problem of International Relations" *Journal of Peace Research*. 21, (4), 337-359.
- Vircoulon, Thierry (2005) "Ambigüités de l'intervention internationale en République Démocratique du Congo" *Politique Africaine*. 98, 79-95.

2 - Fontes Internet:

a) Jornal Oficial UE

Official Journal of the European Union (JOUE) (2003) "Decision no 3/2003 of the ACP-EC Council of Ministers of 11 December 2003: on the use of resources from the long-term development envelope of the ninth EDF for the creation of a Peace Facility for Africa" http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/oj/2003/L_345/L_34520031231en_01080111.pdf [06.05.2011].

JOUE (2004a) “ACÇÃO COMUM 2004/494/PESC DO CONSELHO de 17 de Maio de 2004 relativa ao apoio da União Europeia à criação da Unidade Integrada de Polícia na República Democrática do Congo (RDC)” <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:182:0041:0045:PT:PDF> [23.09.2011].

JOUE (2004b) “ACÇÃO COMUM 2004/847/PESC DO CONSELHO de 9 de Dezembro de 2004 sobre a Missão de Polícia da União Europeia em Kinshasa (RDC) no que respeita à Unidade Integrada de Polícia (EUPOL «Kinshasa»)” <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:367:0030:0034:PT:PDF> [23.09.2011].

JOUE (2005) “POSIÇÃO COMUM 2005/304/PESC DO CONSELHO de 12 de Abril de 2005 relativa à prevenção, gestão e resolução de conflitos em África e que revoga a Posição Comum 2004/85/PESC” <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:097:0057:0062:PT:PDF>

JOUE (2006) “ACÇÃO COMUM 2006/913/PESC DO CONSELHO de 7 de Dezembro de 2006 que altera e prorroga a Acção Comum 2004/847/PESC sobre a Missão de Polícia da União Europeia em Kinshasa (RDC) no que respeita à Unidade Integrada de Polícia (EUPOL Kinshasa) Prorrogação para 2007” <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:346:0067:0068:PT:PDF> [23.09.2011].

b) Papers, artigos:

Ayittey, George (2009) “George Ayittey” <http://www.monitortalent.com/talent/George-Ayittey-Profile.html> [05.05.2011].

Boutros-Ghali, Boutros (1992) “An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping” <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html> [02.07. 2011].

Cobb, Loren; Gonzalez, Mike (2005) “Corruption as a System of Interlocking Vicious Cycles:Lessons from NationLab” <http://www.aetheling.com/NL/docs/NL-Concept-of-Corruption.pdf> [10.8.2011].

Collier, Paul; Hoeffler, Anke (2003) *Civil wars and global security challenges: A quantitative economic perspective*. University of Oxford: Centre for the Study of African Economies - Department of Economics <http://www.csaе.ox.ac.uk/ressummy/CSAE-RS-2003.pdf> [10.8.2011].

Diamandouros, Nikiforos; Larrabee, Stephen (1999) “Democratization in the South eastern Europe: Theoretical considerations and evolving trends.” http://www.march.es/ceacs/publicaciones/working/archivos/1999_129.pdf [04.07. 2011].

Economist Intelligence Unit (EIU) (2007) “Country Profile - Democratic Republic of Congo” http://edu.care.org/Documents/Country%20Profile_Congo-ECR.pdf [10.08. 2011].

Forests Monitor (FM) (2007) “Commerce du bois et reduction de la pauvreté” http://www.forestsmonitor.org/uploads/2e90368e95c9fb4f82d3d562fea6ed8d/FR_Timber_Trade_and_Poverty_Alleviation_FM.pdf [12.07.2011].

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula (2010) “It´s not the What But the How: A critical approach to peace and violence” Centro Estudos Sociais, Laboratório Associado Faculdade de Economia UC, Oficina nº 343, http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/428_Freire_Lopes_versao_publicada.pdf [03.08. 2011].

Kabemba, Claude (2001) “The Democratic Republic of Congo: From Independence to África`s First World War” <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/3bc5a95e8.pdf> [21.07.2011].

- Laporte, Geert (2001) “O Novo Acordo de Parceria ACP-UE: Uma Renovação da Cooperação Internacional” <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=1023> [05.05.2011].
- Nederlands Institute for Southern África (NIZA) (2006) “The State versus the people: Governance, mining and the transitional regime in the Democratic Republic of Congo” <http://www.friendsofthecongo.org/pdf/fataltransactions.pdf> [22.07.2011].
- Ngoy-Kangoy (2006) “Parties and political transition in DRC” <http://www.eisa.org.za/PDF/rr20.pdf> [20.04.2011].
- Nkurunziza, Janvier (2008) “Civil War and Post-Conflict Reconstruction in Africa” <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Knowledge/30754226-EN-2.4.3-NKURUNZIZA-TUNIS.PDF> [22.07.2011].
- Montalvan, Luiz C. (2009) “Petróleo, Corrupção e Ameaças ao Nosso Interesse Nacional: Que Aprenderemos do Iraque?” http://usacac.army.mil/CAC2/Military_Review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20090630_art007POR.pdf [12.04.2011].
- Mpangala, Gaudens (2004) “Conflict resolution and peace building in Africa as a process: Case studies of Burundi and the Democratic Republic of Congo” <http://www.grandslacs.net/doc/2984.pdf> [22.07.2011].
- PSG Universidade Coimbra *et al.* (2003) “Failed and Collapsed States in the International System Repport” http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/media/pdfs/failed_collapsed_States-Report.pdf [02.02. 2011].
- Pureza, José Manuel (2009) “Relatório da Unidade Curricular Construções Teóricas da Paz do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos” UC, <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/13062/1/Constru%C3%A7%C3%B5es%20te%C3%B3ricas%20da%20paz.pdf> [22.07.2011].
- Pureza, José Manuel; Cravo, Teresa (2009) “Critical Edge and Legitimation in Peace Studies” RCCS Annual Review, 0, September, http://www.ces.uc.pt/publicacoes/annualreview/media/2009%20%20issue%20n.%200/ARO_1.Pureza_Cravo_RCCS71.pdf [06.02.2011].
- Rest, Yanick (2004) “A defesa europeia: situação político militar e perspectivas - consequências da integração militar europeia e seus efeitos no balanço de forças mundial” http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/defesaEuropeia_Rest. [07.05.2011].
- Veronis, Jean (2001) “Jacques Chirac, Interview accordée par Chirac Président de la République au quotidien “Le Figaro” Palais de L’Elysée - Lundi 20 Janvier 2003” <http://www.veronis.fr/discours/transcript/2003-01-20/Chirac> [07.05.2011].
- Sebahara, Phamphile (2006) “La réforme du secteur de la sécurité en RD Congo” <http://www.grip.org/bdg/g4600.html> [23.07.2011].
- Silva, Nuno (2008) “As Operações de apoio à Paz no âmbito da UE” <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/print.php?id=299> [08.05.2011].

c) Organizações:

- Africa Infrastructure Country Diagnostic (AICD) (2010) “The Democratic Republic of Congo’s Infrastructure: A Continental Perspective” <http://www.infrastructureafrica.org/system/files/DRC%20Country%20Report.pdf> [12.08.2011].
- Amnesty International (2002) “Democratic Republic of Congo - Making a killing: The diamond trade in government-controlled DRC” <http://www.grandslacs.net/doc/2454.pdf> [10.08.2011].

Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe (BGR) (2007) "Les ressources naturelles en République Démocratique du Congo" <http://www.congoforum.be/updocs/Ressources%20naturelles%20rapport%20Allemand%20avril%202007.pdf> [10.08.2011].

CIA-The World Factbook (2011) "Africa: Congo, Democratic Republic" <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cg.html> [10.08.2011].

FMI (2001) "DRC: Selected Issues and Statistical Appendix" <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2001/cr01123.pdf> [12.08.2011].

FMI (2002) "Interim Poverty Reduction Strategy Paper" <http://www.imf.org/external/np/prsp/2002/cod/01/033102.pdf> [12.04.2011].

Freedom House (FH) (2010) "COUNTRIES AT THE CROSSROADS 2010: Selected Comparative Data and Graphs from Freedom House's Analysis of Democratic Governance" <http://www.freedomhouse.org/uploads/ccr/page-46.pdf> [12.04.2011].

HRW (2001) "Uganda in Eastern RDC - Fuelling political and Ethnic Strife" <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/drc0301web.pdf> [28.07.2011].

HRW (2005) "The Curse of Gold" http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/drc0505_0.pdf [28.07.2011].

International Crisis Group (ICG) (2000) "Scramble for the Congo - Anatomy of an ugly War" <http://www.grandslacs.net/doc/2248.pdf> [28.04.2011].

ICG (2006) "La Réforme du Secteur de la Sécurité en RDC" http://www.peacecenter.sciences-po.fr/pdf/French_cycle/Sem_8/9_la_reforme_securite_en_rdc_french.pdf [23.08.2011].

ICG (2010) "Congo: A Stalled Democratic Agenda" http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/droi/dv/droi_20100701_5drc12_/droi_20100701_5drc12_en.pdf [23.08.2011].

IDH (2010) "Indicadores do desenvolvimento humano - 2010" http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_indicators.pdf [23.08.2011].

IDMC (2011) "DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO - IDPs need further assistance in context of continued attacks and insecurity" [http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/111D01A00B251BE0C125790B002DFC4C/\\$file/DRC-Overview-Sept2011.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/111D01A00B251BE0C125790B002DFC4C/$file/DRC-Overview-Sept2011.pdf) [23.08.2011].

IEEI / Grignon, François (2003) "The Artemis operation in the Democratic Republic of Congo: Lessons for the future of EU Peace-keeping in Africa" http://www.ieei.pt/files/Paper_FGrignon.pdf [05.05.2011].

IEEI / CIL (2007) "XXV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA - A Europa e África num Mundo Multipolar" http://www.ieei.pt/files/XXV_CIL_Programa_PT.pdf [21.08.2011].

International Finance Corporation (IFC); WB (2010) "Congo, Dem. Rep. Country Profile 2010" <http://www.enterprisesurveys.org/-/media/FDPKM/EnterpriseSurveys/Documents/Profiles/English/Congo%20Dem%20Rep-2010> [21.08.2011].

International Federation for Human Rights (IFHR) (2008) "Breaking the cycle of impunity", <http://www.unhcr.org/refworld/docid/480c40d12.html> [21.08.2011].

IFPRI (2010) "2010 Hunger Global Index" <http://www.ifpri.org/publication/2010-global-hunger-index> [21.07.2011].

Gouvernement RDC/Ministère du Plan (2008) “Analyse globale de la sécurité alimentaire et de la vulnérabilité (CFSVA)” <http://home.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp186366.pdf> [15.08.2011].

Musée Royal de l’Afrique Centrale (1961) “Archives Jules Cornet - HA.01.009” <http://www.africamuseum.be/museum/collections/archives/docs/ha.01.009-jules-cornet.pdf> [20.08.2011].

NEPAD (2001) “The New Partnership for Africa’s Development” http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf [06.05.2011].

OECD (2008) “Democratic Republic of Congo” <http://www.oecd.org/dataoecd/13/39/40577125.pdf> [05.02. 2011].

ONU (1945) Carta das Nações Unidas <http://www.un.org/es/documents/charter/index.shtml> [05.02. 2011].

ONU (1992) “An Agenda for Peace - A/47/277 - S/24111” <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html> [20.04.2011].

ONU / PNUD (1994) “Human Development Report 1994 - Chapter 2: New dimensions of human security” http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1994_en_chap2.pdf [17.07.2011].

ONU, (1999a) Resolução 53/243 de 06Out <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/774/43/PDF/N9977443.pdf?OpenElement> [05.08.2011].

ONU (1999b) “RÉSOLUTION 1279” http://www.operationspaix.net/IMG/pdf/NUCS_resolution1279_30nov1999_.pdf [26.07.2011].

ONU / IRIN (1999c) “Glossary of rebel groups” <http://www.africa.upenn.edu/Hornet/irin63099a.html> [20.04.2011].

ONU (2000a) “Cairo Declaration and Cairo Plan of Action” <http://www.unctad.org/en/docs/tb24d2.en.pdf> [25.05.2011].

ONU / UNHCR (2000b) “Refugees and Asylum seekers from the Democratic Republic of the Congo” http://www.asylumlaw.org/docs/congodemocraticrepublic/UNHCR_Congo_2000.pdf [20.04.2011].

ONU (2001a) “RDC - Bilan Commun de Pays: Kinshasa 2001” http://www.undg.org/archive_docs/1036-Democratic_Republic_of_Congo_CCA_French_-_Democratic_Republic_of_Co.pdf [20.04.2011].

ONU (2001b) “Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo” <http://www.un.org/News/dh/latest/drcongo.htm> [20.04.2011].

ONU/CS (2002) “Rapport du Groupe d’experts sur l’exploitation illégale des ressources naturelles et autres richesses de la République démocratique du Congo” http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/conflit-grands-lacs/pdf/N02_38367.pdf [29.07.2011].

ONU / PNUD (2004) ‘Conflits armés en République Démocratique du Congo : le rôle des facteurs économiques et leçons pour la reconstruction’ <http://jordi.free.fr/PNUD-RAPPORTO%20RDC.pdf> [27.04.2011]

ONU / PNUD (2006) “Case Study - Democratic Republic of Congo” <http://www.undp.org/evaluation/documents/thematic/conflict/DRC.pdf> [27.04.2011].

ONU / UNHCR (2008) “Democratic Republic of Congo - Towards a Constitutional Democracy” http://www.unhcr.org/Post_Conflict_Reconstruction/Docs/Democratic_%20Republic%20of%20the%20Congo.pdf [27.08.2011].

ONU / FAO (2010) “Evaluation des Ressources Forestières Mondiales - RDC” <http://www.fao.org/docrep/013/al490F/al490F.pdf> [14.04.2011].

ONU / HR (2010) “République Démocratique du Congo: 1993-2003; Project Mapping Report” http://www.kambale.com/pdf/drc_un_report_final_june2010_french.pdf [15.08.2011].

ONU / UNDP (2010) “Human Development Report 2010 - 20th Anniversary Edition” http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_EN_Complete_reprint.pdf [27.07.2011].

Transparency International (TI) (2010) “Corruption Perception Index 2010” http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/in_detail#1 [27.04.2011].

UE / CE (2000) / (AC 2000/792/PESC) do Conselho “Representante Especial da União Europeia para a região africana dos Grandes Lagos” <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2000:318:0001:0002:PT:PDF> [15.05.2011].

UE / CE (2001) Regulamento (CE) 381/2001 do Conselho “Criação de um mecanismo de reacção rápida” <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:057:0005:0009:PT:PDF> [15.05.2011].

UE / CE (2003) “European Security Strategy” <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf> [15.05.2011].

UE / CE (2004) “COMUNICADO DE IMPRENSA da 2621.a sessão do Conselho” http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/gena/82926.pdf

UE / CE (2005) “L'UE et L'Afrique: vers un partenariat stratégique” <http://www.mae.lu/images/biblio/biblio-227-1165.pdf> [13.09.2011].

UE / CE (2006) “L'Unité de Police Intégrée (UPI)” http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/DossierUPI_EUPOL_mars_2006.pdf [23.09.2011].

UE / CE (2008) “Développement des capacités militaires européennes” <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/080905FactsheetcapmilitFR.pdf> [17.05.2011].

Uppsala Conflit Data Program (UCDP) (2010) “Armed Conflit” <http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/definitions/> [27.05.2011].

USAID (2010) “USAID office of food for peace drc bellmon estimation” http://www.usaid.gov/our_work/humanitarian_assistance/ffp/fy2011.drcbest.pdf [27.05.2011].

World Bank (1997) *Helping Countries Combat Corruption: The Role of the World Bank*, <http://www1.worldbank.org/publicsector/anticorrupt/corruptn/corrptn.pdf> [27.05.2011].

World Bank (2007) “Forests in post conflict - RDC: Analysis of a priority Agenda” http://www.cifor.cgiar.org/publications/pdf_files/Books/BCIFOR0701.pdf [28.08.2011].

World Bank (2010) “DRC - Diagnostic Trade Integration Study” <http://ebookbrowse.com/drc-dtis-e-august2010-pdf-d82820321> [11.08.2011].

d) Outros sites:

AGI (2002) “Acordo Geral e Inclusivo de Pretória” - <http://www.grandslacs.net/doc/2826.pdf> [10.08.2011].

Afrique Redaction (2011) “[Pour la préparation du 2ème recensement général de la population et de l’habitat](http://afriqueredaction.over-blog.com/article-pour-la-preparation-du-2eme-recensement-general-de-la-population-et-de-l-habitat-77454776.html)” [http://afriqueredaction.over-blog.com/article-pour-la-preparation-du-2eme-recensement-general-de-la-population-et-de-l-habitat-77454776.h tml](http://afriqueredaction.over-blog.com/article-pour-la-preparation-du-2eme-recensement-general-de-la-population-et-de-l-habitat-77454776.html) [10.08.2011].

Digitalcongo.net (2011) “[Le ministre de la Justice Luzolo Bambi déterminé à éradiquer le banditisme urbain du phénomène « Kuluna » à Kinshasa](http://www.digitalcongo.net/article/76034)” <http://www.digitalcongo.net/article/76034> [09 Maio 2011].

Encyclopedia Britannica (2011) com as seguintes entradas : “Bantu”; “Berlim”; “Gorbatchov”; “Kasavuvu”; “Kibanguism”; “Lumumba” <http://www.britannica.com> [13.08.2011].

Leganet (2002) “26 janvier 2002 - DÉCRET-LOI N° 002-2002” <http://www.leganet.cd/Legislation/Droit%20Public/Divers/DL.002.2002.26.01.2002.htm> [13.09.2011].

Le Potenciel (2009) “Autopsie du Secteur Agricole de la Rdc” http://www.ngoma.cd/index.php/Autopsie_du_Secteur_Agricole_de_la_Rdc [10.08.2011].

Le Potenciel (2010) “RDC : Les partis politiques dans le coma !” <http://afrique.kongotimes.info/mobile/rdc/politique/les-partis-politiques-dans-le-coma.html> [12.04.2011].

RFI (2006) “Cartographie des fiefs des chefs de guerre aujourd’hui candidats à la présidentielle 2006” http://www.rfi.fr/actufr/articles/079/article_45019.asp [27.04.2011].

Université Laval (2011) “Congo-Kinshasa: République Démocratique du Congo” <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/afrique/czaire.htm> [27.04.2011].

Washington Post / Pomfret, John (1997) “Rwandans Led Revolt In Congo” <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/congo/stories/070997.htm> [08.05.2011].